

# Camínhos do Sul

**Vladimir Brandão**





*Praia do Campeche, em Florianópolis: cidade é reduto de açorianos*

Vladimir Brandão

# Camínhos do Sul

Florianópolis



2013



PATROCÍNIO:

Cia.Hering

Tractebel Energia  
GDF SUEZ

Enercan  
Campos Novos Energia S.A.

BAESA

PROSUL

Consórcio  
Machadinho

REALIZAÇÃO:

Ministério da  
Cultura

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



Av. Rio Branco, 380 - Sala 608 - Centro  
Florianópolis (SC) - 88015-200  
Fone (48) 3222-9000  
www.expressao.com.br

Diretor Corporativo: **Antonio Carlos Coutinho**  
Diretor de Arte: **Luiz Acácio de Souza**  
Coordenador Executivo: **Rodrigo Coutinho**  
Secretário de Redação: **Sérgio Ribeiro**

## Caminhos do Sul

Texto e Edição: **Vladimir Brandão**  
Fotografia: **Edson Junkes**  
Direção de Arte: **Luiz Acácio de Souza**  
Edição de Arte: **João Henrique Moço**  
Revisão: **Sérgio Ribeiro**  
Pesquisa: **Eliziário Goulart Rocha e Maria Paula Garcia**  
Ilustrações: **Renato Nascimento e Felipe Parucci**

Capa: o tropeiro Joaquim Alzilio Lorenzoni, de Siderópolis (SC), conduzindo suas mulas na Serra da Veneza, fotografado por Edson Junkes.

Fotos de mulas do capítulo Tropeiros foram feitas na propriedade de Rodrigo Floriani, na Estrada Morrinhos, em Lages (SC).

---

B817c Brandão, Vladimir  
Caminhos do Sul / Vladimir Brandão. - Florianópolis:  
Expressão, 2013.

144 p. : il.

ISBN

1. Brasil, Sul – História. 2. Economia – Região Sul.  
I. Título.

CDD 981.6

---

Ficha catalográfica elaborada por Inez Helena Garcia CRB – 14/950

## Apresentação

A ideia de trilhar os caminhos históricos da formação da região Sul brotou da curiosidade de quem, ao longo de vários anos, percorreu seu território para compreender a economia regional e conhecer seus principais atores. Minha experiência em jornalismo econômico inclui o trabalho em diversos veículos, dentre eles a revista Expressão, uma pioneira nessa abordagem. A revista nasceu no início dos anos 90 com o objetivo de prestigiar a economia regional, vigorosa porém pouco conhecida pelo público em geral. O foco inicial era Santa Catarina, depois foi estendido para toda a região. A Editora Expressão segue atuando no mercado regional, agora produzindo livros como este. Era, portanto, “natural” que uma abordagem referente à formação histórica – bastante adequada ao formato do livro – com ênfase no desenvolvimento econômico e seus personagens tivesse acolhida na editora e se tornasse um projeto cultural de êxito.

Com fidelidade à tradição jornalística, o conteúdo foi pensado e elaborado para ser atraente e acessível ao leitor comum. Escrito de forma sintética, com uma linguagem leve, ressaltando curiosidades, valorizando os pioneiros, bem ilustrado, o livro destina-se a quem deseja conhecer as origens da região sem ter que para isso recorrer a teses acadêmicas, que normalmente se aprofundam em um único aspecto, distanciando-se dos leitores não especializados. O livro Caminhos do Sul oferece uma visão panorâmica e sintética do assunto.

A maneira encontrada para organizar o tema – que é vastíssimo – foi a definição de oito “caminhos”, que correspondem aos capítulos do livro. Eles não são aleatórios, pois combinam com eventos importantes e com os processos de movimentação e assentamento de pessoas e de recursos pelos territórios que hoje compõem os estados do Sul. Tanto que alguns dos caminhos definidos já foram objeto de outras obras, que abordaram temas como o tropeirismo ou as imigrações de açorianos e outros povos europeus. A novidade aqui é organizar esses e outros temas, apresentados na forma de “caminhos”, em uma mesma obra, para que o leitor tenha uma visão geral de todo o processo de ocupação e desenvolvimento econômico da região Sul.

Os capítulos, em muitos casos, se inter-relacionam, e a visão de conjunto é capaz de proporcionar um entendimento mais amplo do processo que deu origem ao Sul que hoje conhecemos. Um exemplo: as missões jesuíticas (capítulo 2) introduziram o gado no Rio Grande do Sul, que era arrebanhado e transportado pelos tropeiros (capítulo 3) e que também deu origem às estâncias e amparou a formação cultural do gaúcho (capítulo 5). Outro caso é o dos imigrantes europeus da Serra Gaúcha (capítulo 6), cujos descendentes se deslocaram para colonizar o oeste de Santa Catarina e do Paraná (capítulo 7). Apesar de haver muitas conexões entre os caminhos, o livro foi pensado de modo a permitir a leitura de capítulos individualmente. Como houve a pre-

ocupação de sempre contextualizar os assuntos, foram inevitáveis algumas poucas repetições de informações em capítulos diferentes.

Escolher um espaço geográfico como a região Sul do Brasil para definir o alcance de uma obra é desafiador, pois muitos autores não reconhecem traços comuns fortes o bastante para que regiões tenham uma história que possam chamar de sua. É mais usual se debruçar sobre a formação de países, de estados ou de cidades, e não de regiões. Mas os caminhos do Sul demonstram que existem, sim, fortes laços que unem a região Sul desde seus primórdios. Para começar, o Brasil meridional não despertava grande interesse econômico na coroa portuguesa, fato que se estendeu por mais de três séculos. Tanto que o Sul não participou diretamente dos primeiros grandes ciclos econômicos brasileiros, o do açúcar e o do ouro. Servia apenas de apoio a essas atividades, fornecendo escravos indígenas, mulas e gado. O Sul era, entretanto, estratégico para as pretensões territoriais da coroa portuguesa, e serviu ao mesmo tempo de linha de defesa e de base para movimentos expansionistas sobre terras espanholas – caso em que se enquadravam originalmente todo o Rio Grande do Sul e o interior de Santa Catarina e do Paraná.

Já no século 19, após a independência, o Sul reforçaria sua identidade com a imigração europeia, que teve características peculiares na região, o que a fez diferenciar-se radicalmente da ocorrida em São Paulo. Os três estados do Sul receberam grande número de colonos, assentados em pequenas propriedades rurais. Já os imigrantes que rumaram para São Paulo se limitavam a trabalhar nas grandes lavouras de café, em substituição aos escravos, dificilmente se tornando proprietários de terras. Dessa forma, o Sul também não participou diretamente do ciclo econômico do café, cujo capital acumulado pelos seus barões financiou a grande onda de industrialização do Brasil a partir dos anos 30. Sem café (à exceção do norte do Paraná) e sem investimentos do poder central, o Sul financiou sua industrialização com os capitais dos comerciantes das isoladas colônias de imigrantes. A partir daí a região finalmente se integrou ao processo de desenvolvimento e urbanização do século 20, porém de modo distinto do verificado no restante do país. É isso que diferencia o Sul de outras regiões, ao mesmo tempo em que aproxima os três estados que o compõem, permitindo a abordagem realizada nesta obra.

Vladimir Brandão  
Florianópolis, junho de 2013

A edição deste livro não seria possível sem o apoio de companhias absolutamente dedicadas ao desenvolvimento do Sul. Uma delas é a Cia Hering, de Blumenau, uma de nossas empresas pioneiras e até hoje uma das mais importantes da região, tanto pelo que gera de negócios quanto pelo que representa. Fundada em 1880 por dois imigrantes alemães, os irmãos Hermann e Bruno Hering, ela foi uma síntese de toda uma cultura que desembarcou no século 19, trazendo uma nova visão de mundo e a modernidade na forma da indústria, algo então praticamente inexistente por aqui. A Hering cresceu e se desenvolveu ao longo do século 20, tornando-se a principal companhia em seu segmento no país e com forte presença no mercado internacional. Também foi uma grande apoiadora da cultura, investindo em projetos como o Teatro Carlos Gomes e a Orquestra de Câmara de Blumenau. Após a crise do setor, nos anos 90, a empresa entrou no século 21 com uma nova formatação, sob o comando das novas gerações da família fundadora. Voltou-se para o varejo e para a gestão de marcas, tornando-se a companhia mais copiada do Brasil, tamanho o sucesso de seu novo modelo de negócios. Trata-se de um notável caso de mescla de tradição e modernidade que levou ao rejuvenescimento de uma marca centenária. A memória da empresa, da moda e da colonização em Blumenau está preservada no Museu Hering, inaugurado em 2010.

Os demais patrocinadores estão associados a um movimento econômico muito mais recente, que envolve a ampliação e a renovação da infraestrutura regional. Tractebel, Enercan, Baesa e Maesa são companhias dedicadas à geração de energia elétrica. A Tractebel Energia, sediada em Florianópolis, é a principal geradora privada do país, administrando 22 usinas e suprindo cerca de 7% do consumo total brasileiro. Controlada pela International Power – GDF SUEZ, a Tractebel começou suas atividades no Brasil com a aquisição da estatal Gerasul e a conclusão da Usina Hidrelétrica de Itá, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Dentre as usinas que opera, nove são hidrelétricas, seis termelétricas e sete complementares: duas a biomassa, duas eólicas e três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Na área cultural a empresa se destaca pela criação de centros de cultura de alto nível em pequenas cidades onde mantém plantas geradoras. Não fosse a iniciativa dificilmente as cidades contariam com boas estruturas e poderiam realizar oficinas culturais ou receber espetáculos de teatro e dança.

A Machadinho Energética S/A – Maesa foi constituída em 1999 para a implantação e operação da Usina Hidrelétrica Machadinho, situada entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS). A usina entrou em operação em 2002, tendo sido construída no prazo recorde de 52 meses. Também no leito do Rio Pelotas, entre os municípios de Anita Garibaldi (SC) e Pinhal da Serra (RS), situa-se a Usina Hidrelétrica Barra Grande, que foi construída e é operada

pela Baesa – Energética Barra Grande S/A. O empreendimento foi inaugurado em 2005 e tem capacidade para gerar o equivalente a 30% do consumo de Santa Catarina. Já a Usina Hidrelétrica Campos Novos, administrada pela Enercan – Campos Novos Energia S/A, está situada no Rio Canoas. Esta usina fica totalmente em solo catarinense, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos.

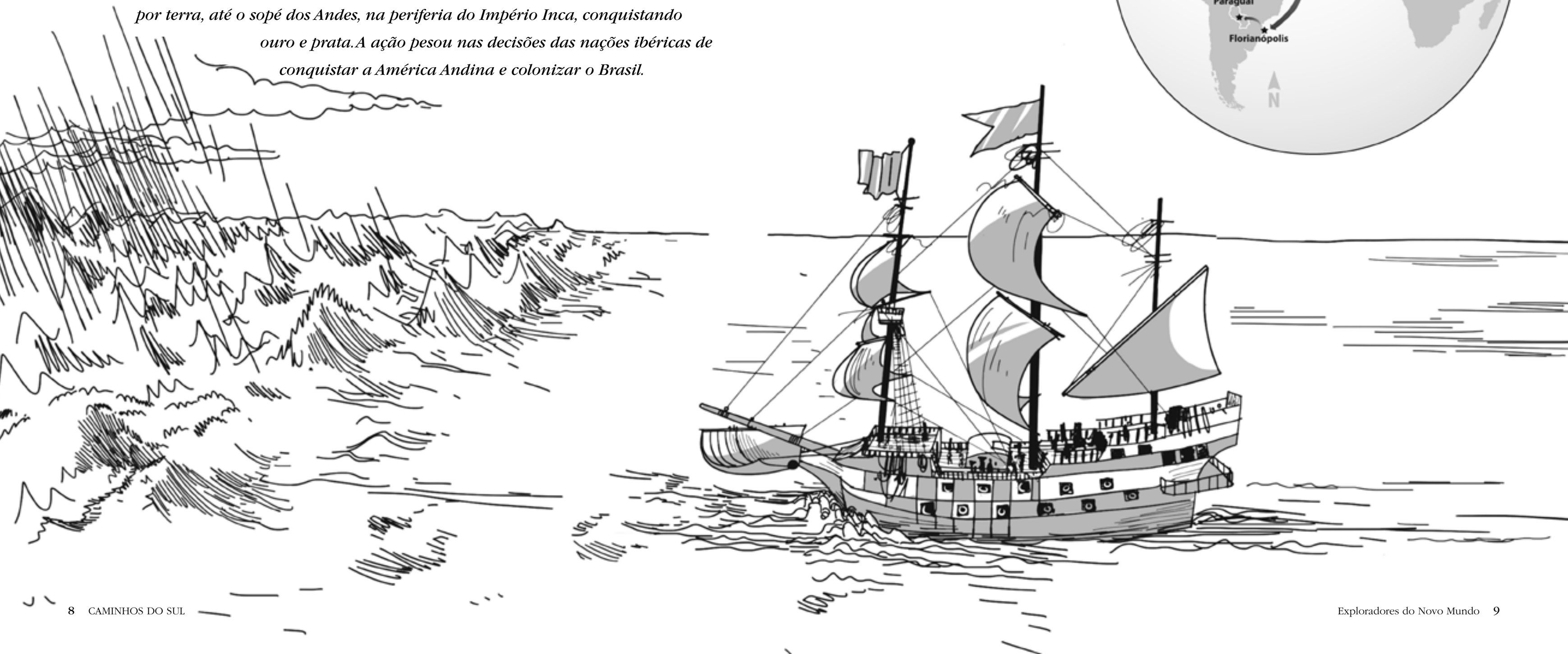
Além do desenvolvimento proporcionado pela geração de energia, esses novos projetos hidrelétricos vieram acompanhados de ações sociais e ambientais destinadas a compensar os impactos causados pela formação de lagos e o deslocamento de famílias. Além dos royalties repassados aos municípios, as empresas indenizam e realocam as famílias e mantêm projetos de geração de emprego e renda que se mostram capazes de aumentar a produtividade e a qualidade da produção rural. Um exemplo é o programa desenvolvido pela Maesa no município de Machadinho (RS), em parceria com a associação de produtores locais de erva-mate e a Embrapa. Cerca de 90 famílias implantaram um sistema agroflorestal sustentável de plantio, consorciado com outras espécies nativas, que gerou maior produtividade e aumento da renda dos agricultores. A Baesa, além de investir em infraestrutura, orientação técnica e assistência social nas comunidades, criou um projeto para assegurar a sobrevivência de um tipo raro de bromélia, a *Dyckia distachya*, que foi reintroduzida, com sucesso, fora de seu habitat. A Enercan contribuiu de outra forma para compensar os impactos: doou uma área de 1.200 hectares para a implantação do Parque Estadual Rio Canoas, onde se encontram espécies vegetais ameaçadas, como a araucária, e 350 espécies de animais. No setor cultural, todas as empresas investiram em centros de memória.

Desenvolver a infraestrutura também é o negócio da Prosul, de Florianópolis, uma das maiores empresas do país em engenharia consultiva para o setor, destacando-se na elaboração de estudos para determinar a viabilidade ambiental de empreendimentos como usinas de geração de energia e sistemas de transmissão, estradas e ferrovias, além das áreas de saneamento, construção civil e de óleo e gás. A Prosul se norteia pela estratégia de prever e prevenir impactos ambientais ainda na fase de planejamento, em lugar de criar mecanismos para mitigá-los mais tarde. Essa postura tem origem em parcerias com empresas de outros países e órgãos de fomento como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que permitiu à empresa capacitar-se e adaptar-se às normas internacionais.

	CAPÍTULO 1 <b>EXPLORADORES</b>	<b>8</b>
	CAPÍTULO 2 <b>MISSÕES</b>	<b>22</b>
	CAPÍTULO 3 <b>TROPEIROS</b>	<b>38</b>
	CAPÍTULO 4 <b>AÇORIANOS</b>	<b>52</b>
	CAPÍTULO 5 <b>PAMPAS</b>	<b>66</b>
	CAPÍTULO 6 <b>IMIGRANTES</b>	<b>78</b>
	CAPÍTULO 7 <b>OESTE</b>	<b>114</b>
	CAPÍTULO 8 <b>ECONOMIA DO SUL</b>	<b>128</b>

# Exploradores do Novo Mundo

*O primeiro europeu a pisar no sul do Brasil foi um francês, que ao partir levou consigo um índio que se tornaria celebridade na Europa. Já navegadores portugueses e espanhóis levaram histórias de riquezas fabulosas e deixaram naufragos, que se lançaram às mais incríveis aventuras: alguns dos que viviam em Santa Catarina organizaram um exército de índios e viajaram, por terra, até o sopé dos Andes, na periferia do Império Inca, conquistando ouro e prata. A ação pesou nas decisões das nações ibéricas de conquistar a América Andina e colonizar o Brasil.*



## Franceses chegaram primeiro

*Obsessão por especiarias e ouro levou as potências ibéricas à conquista do Novo Mundo, mas foi uma expedição normanda que desembarcou antes na porção sul do que viria a ser o Brasil*



*Apetite por especiarias motivou grandes navegações*

Pimenta. Foi esse simples produto, tão comum hoje em dia, que aguçou o apetite expansionista das potências europeias do século 15 e as levou àquela que talvez tenha sido a maior aventura de todos os tempos: as grandes navegações, que literalmente mudaram o mundo com o descobrimento do continente americano e a abertura de rotas marítimas para a Ásia. A pimenta era um dos mais cobiçados artigos do grupo das especiarias, que incluía também cravo, gengibre, noz-moscada, canela, anis e açafraão, dentre outros, com aplicações variadas na culinária, medicina e produção de tecidos (corantes). A pimenta ajudava na conservação da carne numa época em que não havia refrigeração nem técnicas pecuárias avançadas. Com a falta de boas pastagens no inverno, o gado era abatido no outono e a carne tinha que durar alguns meses – a pimenta aliviava o mau cheiro e atrasava a degradação do quitute.

Ocorre que andava difícil e caro obter especiarias, pois os turcos tomaram Constantinopla (atual Istambul, Turquia) em 1453, interrompendo as tradicionais rotas comerciais do Mediterrâneo, que ligavam Ocidente e Oriente – as especiarias provinham de locais exóticos como Índia, Sri Lanka, Ilhas Molucas (atual Indonésia), Sumatra, China e Cochinchina (Vietnã). Foi daí que Portugal, grande potência, decidiu investir alto para encontrar um “Caminho das Índias” pelo mar, dando a volta nos turcos e indo direto à fonte de especiarias. No mesmo “pacote” de intenções expansionistas o país desejava aumentar sua presença comercial na África, fonte de ouro e escravos e, ainda, tomar a Terra Santa das mãos dos infiéis. Houve grande sucesso nas investidas ao continente africano e à Índia. Bordejando – e adentrando – a costa ocidental da África, os lusos encontraram ouro e pavimentavam sua rota para o Oriente. O auge desse período de conquistas se deu com a expedição de Vasco da Gama, que dobrou o Cabo da Boa Esperança (sul da África) em 1498 e chegou a Calicute, na Índia.

A Espanha, outra nação poderosa, tinha ambições parecidas e vivia se estranhando com Portugal pelas possessões na África. Sua desvantagem é que não possuía o mesmo poderio naval que os lusos, tendo que contar com parcerias para realizar sua expansão marítima. Um belo dia chegou à Espanha um navegador genovês com um ousado plano para chegar à Índia navegando a oeste pelo Atlântico, afirmando ser este o caminho mais curto. Os rivais portugueses já haviam rejeitado sua proposta, não por duvidar que a Terra fosse esférica, pois isso era aceito na época, mas por não concordar com seus cálculos. Os espanhóis resolveram bancar Cristóvão Colom-

bo e este chegou à América em 1492, tendo certeza de que estava nas Índias Ocidentais. Morreu com essa convicção. Foi outro grande navegador a serviço da Espanha, o florentino Américo Vespúcio, quem primeiro percebeu, alguns anos mais tarde, que a descoberta de Colombo era na verdade um novo e gigantesco continente, a que denominou *Mundus Novus*, e que mais tarde se chamaria América em sua homenagem.

A América excitou espanhóis e portugueses, que quase entraram em guerra pela posse das terras que ainda estavam por ser descobertas fora da Europa, situação (mal) resolvida pelo Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494. As terras a leste do meridiano imaginário que corta o Brasil desde a Ilha de Marajó, no Norte, até Laguna (SC), caberiam a Portugal, e de fato elas foram alcançadas em 1500 por Pedro Álvares Cabral, que saíra oficialmente em expedição às Índias. No ano seguinte zarpava nova frota portuguesa com destino à “Terra de Vera Cruz”, com o objetivo de reconhecimento, sob o comando de Gonçalo Coelho. Na tripulação estava ninguém menos que Américo Vespúcio, que fora então contratado pelos portugueses, na surdina. É possível que a frota tenha explorado o continente até sua porção meridional, o que daria a Coelho e Vespúcio a primazia do reconhecimento da atual região Sul do Brasil, situada aproximadamente entre 25° e 33° de latitude Sul. Mas a existência dessa parte da viagem é incerta: os registros oficiais dão conta de que a expedição teria ido apenas até Cananeia, no litoral de São Paulo.

Por ironia, os primeiros europeus a desembarcar com certeza no Sul do Brasil não eram portugueses nem espanhóis, povos que pelos séculos seguintes brigariam feio por pedaços das terras sul-americanas. A honra coube aos marujos de Binot Paulmier de Gonneville, capitão de uma expedição proveniente da França, nação que corria por fora na competição pelos oceanos

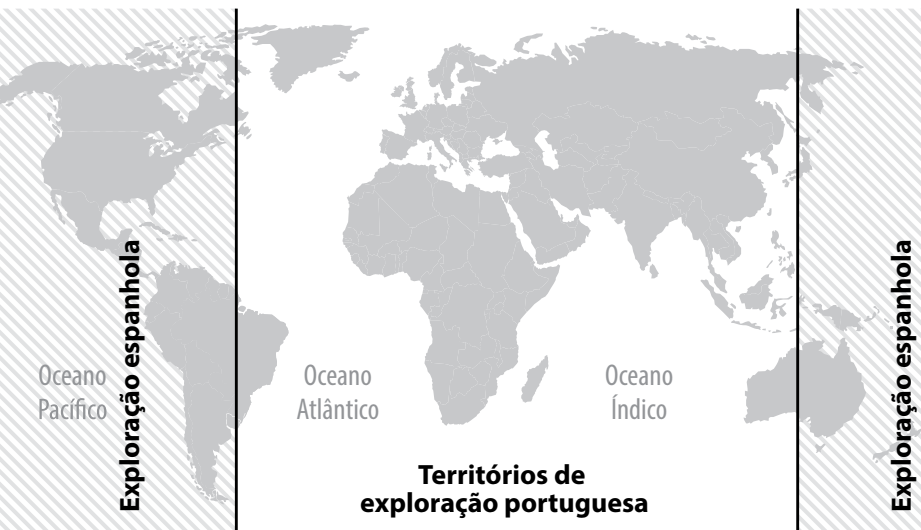
*Expedições espanholas partiam de Sevilha, representada na pintura de Alonso Sánchez Coello*



e riquezas das novas terras. A missão original do L'Espoir (A Esperança), navio de Gonville, era alcançar as Índias Orientais e, para tanto, dois pilotos portugueses foram contratados em absoluto sigilo – estavam sujeitos à pena de morte por traição aqueles que revelavam segredos navais de Portugal a outras nações. Só que a expedição não conseguiu repetir o caminho de Vasco da Gama, sendo engolfada por tempestades no cabo da Boa Esperança. A nau sem rumo acabou indo dar com os costados no Novo Mundo, após navegar milhares de quilômetros pelo Atlântico. O fato aconteceu em janeiro de 1504. Os locais de acesso e desembarque foram, provavelmente, a baía da Babitonga e a Ilha de São Francisco do Sul, no litoral Norte de Santa Catarina. Também

é possível, mas menos provável, que o fato pioneiro tenha se dado na baía de Paranaguá ou de Guaratuba, ambas no atual estado do Paraná. Os exploradores chamaram a região de “Índias Meridionais”.

Os normandos (franceses) pelo jeito gostaram do que viram, e foram muito bem recebidos pelos nativos, provavelmente carijós, membros da nação guarani. Tanto que ficaram seis meses por aqui, apreciando as delícias da floresta subtropical sem relatar um único confronto com os índios, que lhes ofereceram do



## Repartindo o mundo

Quem legitimou a expansão europeia nos séculos 15 e 16 foi a Igreja Católica em articulação com as nações poderosas do continente, que por sua vez tinham influência na Igreja. Foi com esse espírito que uma bula papal de 1494 concedeu a Portugal o direito de se apropriar das terras africanas que descobrisse e também de escravizar, sem peso na consciência, quem encontrasse por lá. Os rivais espanhóis não gostaram, e deram o troco depois do descobrimento da América por Colombo: em 1493 os Reis Católicos arrancaram do papa espanhol Alexandre VI uma bula que lhes dava o direito sobre todo o Novo Mundo e os seus nativos. Portugal estrilou, afirmou que as ilhas de Colombo estavam dentro de seus domínios, ameaçou ir à guerra e, no ano seguinte, saiu um acordo entre as duas nações: o célebre Tratado de Tordesilhas, assinado na cidade castelhana de mesmo nome, que dividia o mundo em dois novos hemisférios. O acordo, pioneiro no uso da diplomacia, evitou a guerra iminente entre as duas nações.

Uma linha imaginária foi traçada a 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, sendo que o que estivesse para leste – descoberto ou por descobrir – seria de Portugal e a oeste, da Espanha. Daí foi

a vez das outras nações estrilarem. O rei francês Francisco I dizia, jocosamente, mas não sem razão, desconhecer o testamento de Adão que dividia o mundo entre portugueses e espanhóis – seu ponto de vista pretendia legitimar os avanços franceses sobre o Novo Mundo. Mas o tratado não só continuaria valendo entre as nações ibéricas como teria uma nova “rodada”, com o objetivo de estabelecer os limites do restante do mundo, isto é, a Ásia. Não havia certeza sobre de quem seriam as cobiçadas Ilhas Molucas, então se propôs a continuação da linha de Tordesilhas no hemisfério oposto do globo. As ilhas, então administradas pela Espanha, acabaram passando a Portugal, não sem antes envolver o pagamento de uma volumosa quantia de ouro à Espanha.

Tordesilhas ainda daria o que falar por muito tempo, com contes- tações sobre seus limites surgindo de ambos os lados envolvidos na assinatura e também de terceiras nações. Ele nunca foi de fato demarcado, mas valeu até 1750, quando foi substituído pelo Tratado de Madri. Seus limites pouco precisos e o contínuo desrespeito por parte dos portugueses no Brasil seriam fundamentais para escrever a história da região Sul do país.



Representação da extração de pau-brasil no litoral: índios faziam o serviço

bom e do melhor. Só que o tratamento dispensado pelo cacique Arosca não era destituído de interesses. Após observar demonstrações do poder de fogo da artilharia normanda e se convencer do caráter celestial dos visitantes, Arosca negociou a ida de seu filho de 15 anos à terra dos exploradores. O jovem se chamava Essomeriq, cujo nome pode ser uma corruptela de içá mirim – formiga pequena, em tupi-guarani. O objetivo de Arosca era que o filho aprendesse a manejar canhões com que pudesse trucidar seus inimigos tradicionais, os tupiniquins do litoral paulista.

Com um acompanhante de sua aldeia, partiu o menino com os normandos no inverno de 1504 para uma jornada tenebrosa. O L'Espoir foi assolado por doenças que mataram dezenas de tripulantes, entre eles o acompanhante de Essomeriq. Em uma parada no litoral brasileiro foram atacados pelos ferozes índios Goitacá, que mataram um tripulante, capturaram e canibalizaram outros dois e feriram vários. Em outra escala, abasteceram-se de **pau-brasil** para não perder a viagem. Mas quando estavam quase chegando em casa, no canal da Mancha, os franceses foram atacados por piratas. O navio foi a pique, a carga foi saqueada e poucos sobreviveram, entre eles Gonville e Essomeriq. Sem poder cumprir a promessa de levar o príncipe das “Índias Meridionais” de volta para casa, Gonville permitiu que ele se casasse com a sua filha. Tiveram muitos filhos, netos e até bisnetos, pois Essomeriq viveu 94 anos, tornando-se muito conhecido e respeitadíssimo pelos franceses da região de Gonville. Quando o índio aculturado faleceu, em 1583, nada mais restava de sua aldeia natal. O velho Arosca há muito tempo fechara os olhos pela última vez, imaginando os pipocos de seus sonhos canhões.

## Tintas da moda

Na Europa pós-Idade Média o ato de vestir-se bem passou a ser valorizado, abrindo espaço para a moda e a distinção social por meio das vestimentas. A tinta proveniente de uma árvore asiática chamada pau-brasil garantia as melhores – e mais caras – tonalidades de vermelho e púrpura, as mais chiques da época. Mas a interrupção do comércio com a Ásia tornou difícil a obtenção do corante, causando chilikques nas cortes europeias. Mas Colombo, logo que chegou ao Caribe, notou que as tais árvores avermelhadas abundavam por lá. Assim como os portugueses as notaram entre o litoral do Rio de Janeiro e do Nordeste do Brasil – que a partir de 1504 passou a se denominar Terra do Brasil. Os lusos, assim como os franceses, que corriam por fora, logo se lançaram à atividade de abatê-las, contando com o trabalho de índios que escravizavam. Navios eram abarrotados com toneladas de troncos e seguiam para a Europa, onde a matéria-prima era beneficiada. Removiam-se oito mil toneladas de madeira por ano da Terra do Brasil. Nesse ritmo, no início do século 17 já quase não havia mais pau-brasil no Brasil, que via assim o esgotamento de seu primeiro ciclo econômico.

## A conexão do Prata

*Já nos primeiros anos do século 16 o Sul era um importante - e decisivo - palco de disputas entre Portugal e Espanha pelas riquezas americanas*



*Américo Vespúcio: a serviço de dois senhores*

Os ventos que moviam as caravelas portuguesas e espanholas em busca das riquezas do Novo Mundo também faziam mudar de lado as “estrelas” da navegação, cujo conhecimento náutico poderia não ter preço, considerando-se o valor inimaginável do que se poderia encontrar do outro lado. Assim ocorreu, por exemplo, com Américo Vespúcio, que iniciou a saga americana a serviço da Espanha, depois navegou por Portugal e, por volta de 1505, virou novamente a casa, naturalizando-se castelhano. Compartilhou com os espanhóis os conhecimentos que adquirira a serviço dos lusos. O mais importante deles vinha de suas explorações pelo Sul do continente. Ele notara que o Brasil não era uma ilha, como se pensava, e que o continente se retraía para oeste à medida que se navegava para o sul, o que poderia indicar a existência de uma passagem para o Oriente. Essa possibilidade soava como ouro aos ouvidos do rei D. Fernando, que buscava uma rota alternativa para a Ásia e suas especiarias, pois o caminho pelo Mar Oceano (Atlântico) já era dominado pelos rivais.

Nos primeiros anos do século 16 o monarca castelhano organizou várias expedições à América em busca de uma passagem para o suposto “Mar del Sur” (Pacífico) – cuja existência seria confirmada em 1513, por terra, no Panamá –, mas não obteve êxito. A façanha caberia a Fernão de Magalhães, um português a serviço da Espanha que em 1520 cruzou o estreito no extremo meridional da América do Sul, que assim ganhou o nome de Estreito de Magalhães, e navegou o Pacífico, ao qual batizou. Mas, antes disso, uma outra “passagem”, não menos importante, começava a se desenhar nos mapas náuticos. Era o Rio da Prata, “porta de entrada” para as minas de prata e ouro do Peru e da Bolívia, que se configurariam, juntamente com o México, nas grandes fontes de riquezas do império espanhol no Novo Mundo. Mas o curioso é que os verdadeiros descobridores do Rio da Prata e do Império Inca foram portugueses.

A esquadra que primeiro adentrou a foz do Rio da Prata saiu de Portugal em 1514, comandada por João de Lisboa e Estevão Fróis. Antes de chegar eles navegaram pelo litoral do atual Rio Grande do Sul, o qual, desprovido de enseadas ou baías ao longo de 600 quilômetros, foi classificado como inóspito, o que fez com que se tornasse de pouco interesse para projetos de colonização. Já no Rio da Prata, que batizaram de Santa Maria, e por onde entraram 300 quilômetros, os navegadores travaram contatos com índios charruas, que lhes deram as primeiras notícias de

um povo do alto da serra onde a neve nunca desaparece, gente que andava repleta de ornamentos de ouro e prata. Para comprovar o que diziam eles deram a Fróis um machado de prata. Outra versão da história permite supor que os índios não eram os charruas de Santa Maria, mas sim os carijós de Porto dos Patos, conhecidos como índios “patos” pelos navegadores que passavam pela Ilha de Santa Catarina. Na viagem de volta, a nau de Lisboa teria feito ali uma parada, pois o lugar era um convidativo porto natural, de localização privilegiada, repleto de víveres e habitado por simpáticos nativos. Além de relatos sobre o “rei branco” (o imperador Inca) e os serranos cheios de ouro, Lisboa teria obtido informações de que por ali já haviam passado outros marujos, de barbas cor de fogo, o que faz supor que se tratava de franceses. A atratividade do local tornaria o porto uma parada obrigatória para o abastecimento das expedições europeias que atravessavam o Estreito de Magalhães, com destino ao Oriente.

O “descobrimento” do Rio da Prata por Lisboa e Fróis não foi oficial. A região perscrutada pelos lusos era dos castelhanos por direito (Tordesilhas), e tal missão não poderia ser formalmente registrada. O que não impediu que sua notícia chegasse ao conhecimento do rei da Espanha, que, furibundo e receoso de perder a suposta passagem para o oriente, logo organizou uma armada sob o comando de um navegador português, a seu soldo. Tratava-se de João Dias de Solis, um beerrão inveterado, conhecido como “Bofes de Bagaço” (algo como “bafo de pinga”), que havia assassinado a mulher em Portugal e fugido para a Espanha, onde se naturalizou, num processo facilitado pelos seus saberes e talentos náuticos. Ele participou de expedições ao Novo Mundo, passou um tempo na cadeia em Sevilha por outros crimes mas logo foi solto e, com a morte de Américo Vespúcio, em 1512, foi nomeado nada menos que piloto-mor da Espanha, a maior autoridade náutica do país.

Sua expedição de duas (ou três) caravelas partiu em 1515 com a missão de chegar às Molucas e determinar se elas se localizavam no hemisfério espanhol. Grandes tragédias se abateriam sobre a missão, mas seu saldo seria espetacular para o futuro da América do Sul, pois deixaria no Porto dos Patos os futuros descobridores do Paraguai e da Bolívia. Resumindo a história, Solis cruzou o Mar Oceano, fez escalas em vários pontos do Brasil e, finalmente, navegou centenas de quilômetros pelo Mar Dulce (Mar Doce, conforme batizara o Prata) até chegar perto do Rio Uruguai, vislumbrando charruas às margens. Resolveu desembarcar, acompanhado de alguns homens, para capturar um ou outro espécime



*Índios carijós, habitantes do litoral Sul. Ilustração de Ulrich Schmidl (1599)*

*Solis, o Bofes de Bagaço: jornada trágica no Rio da Prata*





*Ilha de Santa Catarina (ao fundo), defronte à região do Massiambu, onde ficava o Porto dos Patos*

para El Rei. Talvez aqueles índios bravios, precursores dos gaúchos, não tenham apreciado o gesto, ou as emanções dos bofes de bagaço. Então atacaram o grupo, mataram quase todo mundo, incluindo Solis, e esquartejaram, assaram e comeram os homens diante do restante da tripulação horrorizada que permanecera nas caravelas.

Consternados, os marujos decidiram retornar à Espanha, mas uma das naus sofreu avarias em uma tempestade e ficou pelo caminho. Ao tentar entrar no Porto dos Patos acabou afundando próximo à praia hoje chamada Naufragados, na Ilha de Santa Catarina (denominada Meimbipe pelos Carijós), onde primeiramente se refugiaram os que se salvaram. Quantos eram não se sabe ao certo. Depois os marujos teriam se estabelecido na região que era o Porto dos Patos propriamente dito, a porção continental defronte à parte sul da ilha, na foz do Rio Massiambu.

Uma das consequências da expedição de Solis foi a crença despertada em Portugal de que sua missão era colonizadora, o que levou o rei D. Manoel a tentar fazer o mesmo. Boa parte dos 300 integrantes da armada de Cristóvão Jaques, que partiu de Lisboa em 1516, tinha por objetivo fincar raízes na Terra do Brasil. Mas a iniciativa foi absolutamente infrutífera e ficou por isso mesmo. Tratou-se de tentativa isolada, pois nos primeiros 30 anos após o descobrimento Portugal pouco investiu em seu quinhão do Novo Mundo, ocupado que estava em extrair riquezas bem mais concretas da Índia e da África. Por aqui se contentava com a extração de pau-brasil, e a expedição de Jaques tinha muito mais o intuito de vigiar e organizar essa atividade do que a

colonização. Ao parar para se abastecer no Porto dos Patos, o capitão “durão” de D. Manoel – que tratava os invasores franceses e espanhóis a ferro e fogo – capturou sete dos naufragos de Solis, acusados de invadir o espaço português, e levou-os à prisão em Lisboa. Segundo uma outra versão da história os naufragos teriam sido capturados em Santos (SP), para onde teriam navegado desde o Porto dos Patos. De um jeito ou de outro, eles seriam trocados por portugueses presos na Espanha por crime equivalente, entre eles Estevão Fróis.

Numa segunda incursão de Jaques ao Brasil, em 1521, o objetivo central era explorar o Prata. Jaques, protegido de D. Manoel, insistira na possibilidade de encontrar ouro na região e obteve recursos para a empreitada. Rumou direto para o Porto dos Patos e lá encontrou outros nove naufragos de Solis (os que não levaram presos na primeira viagem), todos casados, com várias mulheres. Sem querer prender ninguém dessa vez, Jaques notou que os europeus viviam muito bem ali, contando com a farta generosidade da natureza e dos carijós, que lhes ofereciam suas mulheres e escravos. Faziam suas próprias embarcações com a madeira-de-lei das redondezas e navegavam até Cananeia, onde mantinham contatos com outros europeus. É bem provável que os filhos gerados a partir de suas relações com as índias tenham sido as primeiras pessoas com sangue europeu nascidas no Brasil.

O capitão tomou como intérprete um dos naufragos, o português Melchior Ramires, e rumou para o Prata. Chegou à foz do Rio Paraná e o navegou mais de cem quilômetros acima em pequenos barcos, entrando para a história como o seu “descobridor”. Mas desistiu da empreitada por entender que estava mal equipado. Na viagem de volta deixou Ramires no Porto dos Patos, carregou seu navio de pau-brasil no Nordeste e seguiu para Portugal, tentando montar nova expedição ao Prata. Mas D. Manoel morrera, e seu filho e sucessor, D. João III, não aprovou nova expedição. Fato que teria levado Jaques a revelar segredos da excursão ao Prata aos rivais espanhóis, incluindo a preciosa informação de que o rio estava do lado espanhol da partilha de Tordesilhas. Ainda assim Jaques voltaria ao Brasil, em 1527, a serviço de Portugal, com a missão de combater os entrelopos – contrabandistas de pau-brasil – franceses.

Logo após a fracassada incursão de Jaques pelo Rio Paraná e a volta de Melchior Ramires ao seu reduto carijó, em 1522, organizaria-se no Porto dos Patos a mais fabulosa expedição jamais concebida na porção Sul da jovem América. Longe dos salões imperiais e do dinheiro dos banqueiros e comerciantes que financiavam as expedições para o Novo Mundo, o objetivo daqueles naufragos aventureiros era alcançar por terra as riquezas do rei branco, já que nem espanhóis nem portugueses conseguiam fazê-lo navegando pelos rios da bacia do Prata.



*O capitão Cristóvão Jaques se impressionou com a boa vida no Novo Mundo*

## “Catarinenses” descobrem Paraguai e Bolívia

*Expedição organizada no Porto dos Patos chegou ao império Inca antes do conquistador Pizarro, influenciando na conquista da América andina e na colonização do Brasil.*



*Caboto farejou, mas não encontrou ouro*

Imagine-se um punhado de náufragos ociosos em meio a uma mata luxuriante, cercados por praias magníficas e servidos por escravos e esposas indígenas. Alguns dos índios que circulam pelos seus domínios são vistos com penduricalhos de ouro e prata e, questionados sobre a origem, afirmam tê-los obtido de homens provenientes das serras a oeste, onde impera o “rei branco”. As histórias se repetem ao longo dos anos. E mais: um dos náufragos, Melchior Ramires, participa de uma expedição ao Rio de Solis (Prata) e ouve dos nativos de lá – gente de uma outra etnia e distantes 1.500 quilômetros do Porto dos Patos – a mesmíssima história contada pelos carijós. Não seria, então, uma bênção divina aquele naufrágio, ao invés de um infortúnio? Pois estaria nas mãos deles, náufragos, a oportunidade de conseguir o que navegador europeu nenhum jamais obtivera, o ouro do rei branco.

Talvez assim pensasse o português Aleixo Garcia, um dos náufragos, cujo carisma o fazia ser levado a sério em seus ousadíssimos planos pelos demais marujos e nativos. Se ele não possuía os recursos disponíveis na Europa, com os nativos poderia formar uma expedição armada maior do que qualquer uma jamais organizada na Península Ibérica, apostava. Se não possuía a melhor tecnologia de transportes e de localização, contava com o conhecimento secular dos índios, suas trilhas abertas nas matas e os intercâmbios que faziam com as demais nações indígenas da região. A trilha para o tesouro, aliás, tudo indicava que já estava aberta. Era a estrada do Peabiru, que tinha mais de 1.200 quilômetros de extensão e razoável largura, ligando vários pontos do litoral brasileiro até onde hoje se localiza Assunção. É provável que o Peabiru fosse uma malha viária ligando diversas tribos aliadas, ou uma rota comercial que permitia o intercâmbio entre os povos do altiplano e das terras baixas.

E foi assim, com base em relatos e provas materiais, movido pela mais elevada cobiça e espírito de aventura, que Garcia arregimentou um exército de dois mil índios, entre flecheiros, mulheres e crianças, e partiu em direção aos domínios do rei branco – que vinha a ser o imperador inca Huayna Capac. Não se sabe ao certo o ano, 1522 ou 1524, nem exatamente quanto tempo durou a incrível jornada. Ela teria saído de Porto dos Patos e seguido para o norte, até perto de São Francisco do Sul, feito o contorno do Rio Itapocu (perto de São Bento do Sul, em Santa Catarina), atravessado o Rio Iguaçu e, no atual estado do Paraná, tomado a estrada do Peabiru, que cortava a região pela margem direita do rio. Ao chegar até perto do que hoje é Assunção, Garcia teria “descoberto” o Paraguai. Dali o grupo tomou o Rio Pilcomayo e o navegou até suas nascentes, nos Andes, “descobrimo” a Bolívia. Encontrava-se, então, na periferia do império Inca, onde atacou os vilarejos próximos a Sucre. Mas os homens não avançaram: abasteceram-se com o que puderam

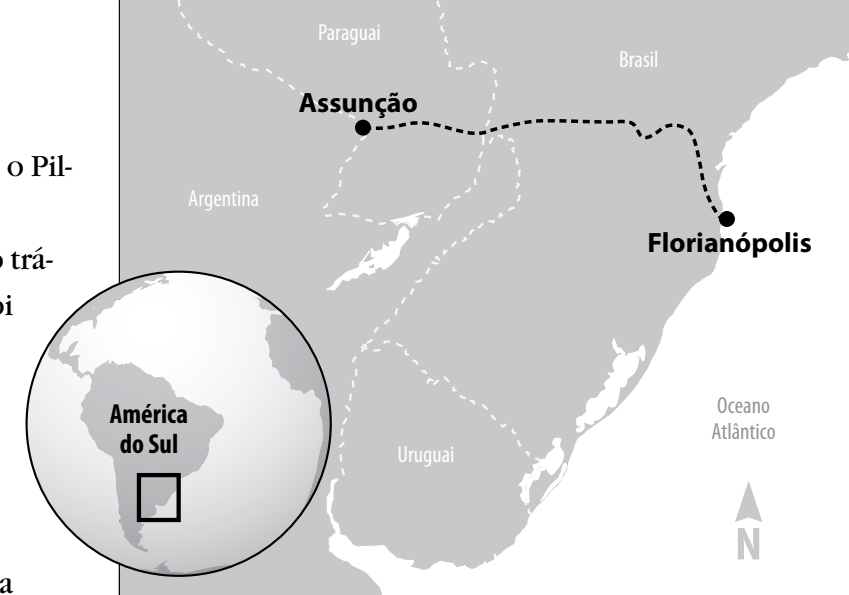
saquear – objetos de ouro, prata e estanho – e desceram o Pilcomayo até o Paraguai.

No Paraguai, parte do grupo encontrou seu destino trágico. Atacados pelos índios Payaguás, a armada carijó foi praticamente dizimada. Entre os mortos, Aleixo Garcia. Essa é uma versão da história. Outra é que Garcia teria sido morto por um ou alguns de seus companheiros, que teriam ficado então com a maior parte do ouro. Fato é que um grupo reduzido, liderado pelo negro Francisco Pacheco, conseguiu voltar ao Porto dos Patos com uma amostra das riquezas incas. Era o suficiente para magnetizar os espanhóis que navegavam pela região, e também, mais tarde, os próprios monarcas da Espanha e de Portugal, que tomariam as mais importantes decisões estratégicas influenciados pelos relatos dos náufragos de Patos.

Nessa época a Espanha estava fortemente voltada a estabelecer domínio sobre as ilhas Molucas, consideradas o berço das especiarias, pois, para variar, estava em conflito com Portugal pela sua posse. Segundo as medições espanholas do Tratado de Tordesilhas as Molucas estariam em seus domínios, o que não era reconhecido por Portugal, que por sua vez já se estabelecera em Málaca, na atual Malásia, que servia de entreposto para as especiarias, que de lá seguiam para a Índia. A Espanha desejava ocupar militarmente as Molucas e Málaca. Por isso, a partir de 1525, o rei Carlos V organizou três armadas com destino ao sudeste asiático, que lá chegariam pelo Estreito de Magalhães. De um jeito ou de outro, todas elas seriam desvirtuadas pelos feitiços do litoral catarinense.

O navio comandado por D. Rodrigo Acuña, integrante de uma grande frota, perdeu-se e foi parar no Porto dos Patos em 1526. Além de se perder do restante da frota, D. Rodrigo perdeu metade de sua tripulação. Extasiados com a boa vida, a poligamia e as histórias de tesouros contadas pelos náufragos ali instalados, 32 marujos desertaram e se uniram ao grupo. Restou a D. Rodrigo batizar as dezenas de filhos dos europeus que brincavam pelo Porto dos Patos e sair dali rápido, antes que a situação piorasse. Ele arrastou sua nau como pôde até a região de Imbituba ou Laguna, fez os concertos possíveis e foi-se embora. Mas os homens que insistiram em seguir com seu capitão foram devorados por antropófagos na Bahia, e D. Rodrigo acabou preso numa feitoria portuguesa.

O caso de Sebastião Caboto foi ainda mais grave. O navegador veneziano era nada menos que piloto-mor da Espanha e fora designado pelo próprio rei para levar uma poderosa armada às Molucas, à China (Cathay), ao Japão (Jipango) e aos reinos míticos de Tarsis e Orfir, onde se encontrariam, segundo a Bíblia, os tesouros do rei Salomão. Só que, na escala em Porto dos Patos, Caboto conversou com os náufragos Henrique Montes e Melchior Ramires, que não se arriscaram na empreitada de Aleixo Garcia mas difundiram sua lenda. E o faziam com grande eficiência, pois Caboto ficou convencido de que deveria lançar-se às terras do rei branco, em detrimento da missão real de que estava incumbido. Não o faria por terra, como Garcia, mas pelos rios da Prata e Paraná. Construiu um bergantim – barco adequado à navegação fluvial – no Porto dos Patos e rumou para o sul com sua



*Traçado do Caminho do Peabiru, percorrido pelos exploradores rumo ao Império Inca*



O imperador inca subjugado por Pizarro, na representação de John Everett Millais (1846)

esquadra, em 1527. Antes de partir, o piloto-mor tomou uma providência de grande relevância histórica: batizou a ilha defronte ao Porto dos Patos de “Santa Catalina”, numa singela homenagem à própria esposa, que o aguardava ansiosa na Europa. Ela teria que esperar bastante.

Caboto passou quase três anos navegando pela bacia do Prata, construiu fortalezas, se envolveu em escaramuças, contraiu doenças e passou fome. Entrou por dezenas de afluentes dos rios Paraná e Paraguai, mas não teve a sorte de navegar o Pilcomayo, a rota do tesouro. Num belo dia de 1528 seu bergantim cruzou, em pleno

Paraná, com os barcos de Diego Garcia de Merguer, o chefe da terceira armada espanhola montada para conquistar as ilhas Molucas. A diferença é que Merguer tinha autorização real para explorar também a bacia do Prata, porém jamais cumpriria a missão na Ásia. Acabaram os dois capitães navegando juntos durante um bom tempo, ainda que às turras.

Na volta para a Espanha, Merguer levou junto o degredado Gonçalo da Costa e o náufrago Francisco Pacheco, companheiro de Aleixo Garcia. Caboto levou Melchior Ramires e Henrique Montes. Apesar da baixíssima condição social dos marujos, Carlos V ouviu pessoalmente suas histórias, que reforçaram seu ímpeto na bacia do Prata. O rei, na verdade, já tinha aberto mão de suas ambições na Ásia, e dividia os esforços entre uma guerra contra a França e a conquista dos metais preciosos dos incas. A consumação dessa estratégia viria em 1532, com a derrocada do império inca e a conquista de Cuzco por Francisco Pizarro. Seu caminho para a conquista, entretanto, foi diferente daquele tentado pelos visitantes de Santa Catarina: ele chegou ao Peru a partir da América Central. Em 1534, Carlos V, já começando a receber os dividendos em ouro e prata de suas conquistas na América, organizou uma expedição para fundar Buenos Aires e sacramentar seu domínio no Prata, que se consolidaria como porta de entrada e saída para as riquezas andinas. Nessa missão, comandada por Pedro de Mendoza, os náufragos Gonçalo da Costa e Melchior Ramires tiveram posição de destaque. Em 1541 o rei mandou à região Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que passou seis meses na Ilha de Santa Catarina, da qual foi nomeado governador, e refez o caminho de Aleixo Garcia para assumir, em Assunção, a governança da província do Rio da Prata, organizando a ocupação espanhola e expandindo seus limites.

Todos esses fatos foram uma ducha de água fria para as pretensões portuguesas de conquistar a bacia do Prata. Anos antes, em 1530, o rei de Portugal, D. João III, mandara ao Novo Mundo a famosa expedição de Martim Afonso de Souza, que entrou para a história como a pioneira em colonizar o solo brasileiro, com a fundação da cidade de São Vicente. Seu objetivo principal, porém, seria chegar à Bolívia por terra, pelo Peabiru, a partir de São Vicente, repetindo a façanha de Aleixo Garcia. O destacamento incumbido da missão, chefiado por Pero Lobo, fracassou – pereceu ante os Payaguás. Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso, tentou novamente chegar lá navegando o Rio Paraná. Chegou a instalar marcos de posse em diversas localidades, contestando

o Tratado de Tordesilhas, mas não obteve êxito. O saldo mais importante da missão, e que entrou para a história oficial do Brasil, foi a colonização de São Vicente. Fato que teve, como é fácil concluir, a influência dos náufragos de Solis que se instalaram no litoral catarinense.

Com a expedição de Martim Afonso definiram-se as capitanias hereditárias correspondentes ao sul do Brasil. A capitania de São Vicente, do próprio Martim Afonso, ia da Barra de Paranaguá até Bertioga (SP). Seu irmão, Pero Lopes de Souza, teve direito à capitania de Sant’Ana, que ia de Paranaguá até onde o Tratado de Tordesilhas permitisse, no caso Laguna, ou Viaça, como era conhecida. Mas não houve colonização efetiva dessa zona litorânea. Há registros de ocupações esparsas de paulistas na costa do Paraná e de Santa Catarina. As tentativas mais consistentes de ocupação do litoral partiam de espanhóis, cujos **frades franciscanos** sucederam os náufragos e degredados, estabelecendo relações amistosas com os carijós. Estes, porém, foram dizimados pelas doenças dos brancos e pelos índios tupis, seus velhos inimigos, então dedicados a escravizá-los em conluio com os portugueses, que tinham interesse em desestabilizar a ocupação espanhola. Como resultado, já em 1550 o litoral de Santa Catarina estava praticamente despovoado, situação que perduraria até meados do século 17. Quanto ao litoral gaúcho, este só começaria a ser ocupado no século 18.

Entretanto, rechaçados do litoral, os espanhóis buscariam ocupar as terras que lhes eram devidas a partir do oeste para leste, por meio das missões jesuíticas do Paraná e do Rio Grande do Sul. Como acontecera nos povoados em que seus náufragos se estabeleceram no litoral, a lógica era a de conviver em harmonia com os indígenas, ao invés do confronto, situação que os portugueses não poupariam esforços em desestabilizar, conforme se verá adiante.

Mapa de 1586 com as capitanias e a linha de Tordesilhas mais a oeste



Cabeza de Vaca: governador de Santa Catarina e da província do Prata

### Pescadores de almas

O litoral catarinense se mostrara acolhedor aos marujos espanhóis nos primeiros anos do século 16, o que incluía a excelente receptividade dos carijós. Isso decerto animou os frades franciscanos Bernaldo de Armenta e Alonso Lebrón, que, numa passagem pelo litoral, acompanhando uma expedição ao Rio da Prata, desembarcaram e iniciaram uma pequena jornada evangelizadora. Tal fato se deu em 1538. Valendo-se da ajuda de espanhóis que viviam entre os índios, os freis batizaram e catequizaram centenas de indivíduos em Porto dos Patos, Porto Dom Rodrigo (atual Garopaba) e Viaça (Laguna). Havia um franco interesse espanhol em se apoderar das terras catarinenses, tanto que colonos tentariam desenvolver, entre 1550 e 1570, economias baseadas na extração de cana-de-açúcar e de canela-sassafrás, ambas sem êxito.

# *Caminhos missionários*

*Os guaranis conquistaram o Sul do Brasil antes da chegada dos europeus. Muitos sucumbiram sob a espada e as doenças de espanhóis e portugueses, mas parte deles rendeu-se ao encanto dos jesuítas espanhóis, que lhes deram alimento e cultura, em troca de submissão religiosa e trabalho árduo. As missões jesuíticas resultaram numa sociedade formidável, erigida no meio da floresta, com guaranis destacando-se na administração, indústria, agropecuária e artes. Seu maior legado foi o fundamento econômico do Rio Grande do Sul: o gado.*



## Antes dos europeus

*Guaranis dominaram a região durante séculos antes de se depararem com espanhóis e portugueses, que adotaram estratégias diferentes para lidar com os gentios*

É provável que os primeiros habitantes do que hoje é o Sul do Brasil caçassem, há longínquos 12 mil anos, mastodontes, preguiças gigantes (megatérios) e tatus gigantes (gliptodontes), entre o final do Pleistoceno e o início do Holoceno, a época atual. Esse povo, conhecido como “umbu”, usava flechas com ponta de pedra lascada e primitivas boleadeiras, equipamento até hoje manejado por vaqueiros gaúchos. Além de serem intrépidos caçadores, os umbus coletavam vegetais – eram os típicos caçadores-coletores pré-históricos – e pescavam. Reunidos em pequenos assentamentos, suas casas eram subterrâneas, geralmente escavadas sob grandes rochas. No Rio Grande do Sul, no Uruguai e na Argentina os descendentes diretos dos umbus foram os índios charruas, minuanos e guenoas, conhecidos pela sua bravura.

Os umbus conviveram um período com os sambaquieiros, ou construtores de sambaquis, povo que habitou o litoral de 4.000 AC ao primeiro milênio da Era Cristã. Seu legado é impressionante, pois as dimensões dos sambaquis rivalizam com as das pirâmides do Egito. Sambaquis são montes de conchas acumuladas intencionalmente, de até 30 metros de altura e centenas de metros de diâmetro. Essa gente morava sobre os montes de conchas e enterrava ali seus mortos. As estruturas eram abrigos livres de umidade, de insetos e de cobras, e ainda bons pontos de observação para vigiar os inimigos. Viviam junto a lagoas e desembocaduras de rios, lugares ricos em peixes, crustáceos e moluscos, seu principal alimento, mas também caçavam e colhiam frutas. Os “concheiros”, como são também conhecidos, deixaram belas esculturas de pedra e osso e inscrições rupestres.

Os inimigos avistados pelos concheiros do alto de seus sambaquis eram do povo jê, que migrava para o litoral Sul há dois mil anos, proveniente do atual estado de São Paulo. Dominadores, ocuparam os topos de sambaquis e, engenhosos, introduziram a agricultura nas terras sulinas, praticando-a em clarei-

ras abertas na floresta, onde cultivavam mandioca, milho, cará, abóbora e amendoim. De inimigos eles podem ter se tornado parceiros dos concheiros, uns ensinando aos outros suas principais habilidades: a agricultura e a pesca/coleta. Mas, no fim das contas, os jês expulsaram os sambaquieiros do litoral. O destino dos jês também seria deixar o litoral, expulsos que foram pelos guaranis, que chegaram depois. Dentre seus descendentes destacam-se os índios xoclengues e caingangues, que ainda povoam o Sul.

A última onda de colonização sulina antes dos europeus foi obra dos guaranis, um povo da matriz tupi que passou dois mil anos se deslocando desde a Amazônia. Os que se encaminharam para o leste originaram tribos como tupinambá, tupiniquim, potiguar e tabajara. Outro grupo rumou para o sul, no sentido dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, sempre em busca de uma espécie de terra prometida, sob a orientação de líderes espirituais. A diáspora pode ter origem no crescimento demográfico resultante do desenvolvimento da agricultura, além das sucessivas divisões de aldeias. Mas ainda assim os tupis mantiveram características culturais essenciais – o tronco linguístico é a mais relevante – que permitem classificá-los como uma enorme civilização. O grupo que se destinou ao sul, instalando-se na bacia do Prata, por volta do século 5, formou a nação guarani. Os guaranis tinham a capacidade de “assimilar” outros povos, incorporando seus genes e cultura sem abrir mão da sua própria. Isso permitiu sua expansão, formando uma vasta rede de aldeias interconectadas por estradas. Há 2.700 sítios arqueológicos guaranis nas bacias do Paraguai, Paraná e Uruguai.

Os guaranis do litoral, ocupantes da faixa que vai de Cananeia (SP) até o Rio Grande do Sul, eram conhecidos como carijós. Por volta dos séculos 9 e 10 (ano mil da Era Cristã) eles desalojaram

*Sambaqui: montes de conchas serviam de abrigo para povos primitivos que habitaram o Sul*



sambaqueiros e jês das praias. Era uma gente brava, que **devorava os inimigos**. Foram eles que, no litoral sul, primeiro travaram contato com os europeus (embora seja possível que os índios com que o explorador francês Gonneville conviveu – ver capítulo 1 – fossem jês). Ainda que tenham comido alguns europeus, foram classificados como o “melhor gentio (nativo) da costa” pelos portugueses. Isso dá uma ideia da ferocidade de outros povos tupi, que atacavam sem clemência os navegadores em vários pontos da costa brasileira. Apesar dos “elogios” portugueses, foi com os espanhóis que os carijós melhor se deram. Vide a boa recepção que tiveram os náufragos de Solis, conforme descrito no capítulo anterior.

Os portugueses colaboraram para dizimá-los. Aliando-se aos tupis, bandeirantes escravizaram os gentios e raptaram suas mulheres. As uniões entre brancos e índios geravam os mamelucos, que, ao atingirem idade suficiente, agregavam-se às bandeiras escravizadoras de índios, seus irmãos de sangue. Essa ação, somada às doenças trazidas pelos brancos, praticamente acabou com os carijós do litoral ainda no século 16. Além dos aspectos sexuais e materiais da rapina, havia os geopolíticos. Os espanhóis eram aliados dos carijós e, a partir de um convívio pacífico, pretendiam apossar-se das terras que poderiam estar de seu lado do limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. Os portugueses, ao fulminar os carijós, desestabilizavam as ocupações espanholas.

Já a Espanha, diferentemente do que fez em outras colônias americanas, como México e Peru, onde dizimou astecas e incas, adotou uma estratégia de ocupação que incluiu o guarani. O índio, aliás, era a pedra fundamental das missões – ou reduções – jesuíticas que se multiplicaram em vários pontos do território do Sul. Para os jesuítas, era uma oportunidade de ouro para a conversão de centenas de milhares de almas pagãs à “fé verdadeira”. Para o império espanhol, era uma forma de ocupar vastas áreas de sua colônia sem altos investimentos – mas que, se não fossem ocupadas, permitiriam a perigosa aproximação portuguesa das minas de ouro e prata dos Andes. As missões seriam, no decorrer de muitos anos, impiedosamente atacadas por bandeirantes paulistas e seus aliados tupis. A incrível aventura jesuíta na região sul construiria uma civilização prodigiosa, mas que seria completamente destruída. Ela deixaria, entretanto, um legado econômico de primeira grandeza para a região: o gado.



aliados tupis. A incrível aventura jesuíta na região sul construiria uma civilização prodigiosa, mas que seria completamente destruída. Ela deixaria, entretanto, um legado econômico de primeira grandeza para a região: o gado.

*Antropofagia: gravura de Theodore de Bry de 1592 apavorou europeus*

#### Hábitos alimentares

Os carijós apreciavam seus prisioneiros. Eles costumavam ser mantidos por muito tempo nas aldeias, podendo até mesmo se casar e ter filhos. Até que um belo dia eram abatidos a golpes de tacape, esquartejados, assados e comidos em meio a celebrações rituais, que envolviam desde pactos políticos até a iniciação de jovens guerreiros. Associada à questão cultural, suspeita-se que poderia haver uma razão biológica para o bizarro hábito alimentar: a carência de proteínas. É que, apesar de possuir técnicas agrícolas razoáveis, os guaranis não criavam animais para o abate. A mandioca brava era o principal item da alimentação do povo, sendo uma verdadeira bomba calórica, porém pobre em proteínas. Assim, quando a caça escasseava, seus prisioneiros convertiam-se em fontes proteicas. Isso pode explicar o hábito de manter os prisioneiros vivos durante tempos. À parte os rituais e as proteínas, a antropofagia era usada para aterrorizar os inimigos. Nesses casos os ritos eram dispensados, e os infelizes inimigos eram devorados assim que capturados, bem à vista dos seus.

## Sul do Brasil, terra de Espanha

*Com as missões jesuíticas do Paraná e do Rio Grande a coroa espanhola controlou a região por 150 anos, ao mesmo tempo em que se conformava uma “República Guarani”*

Após consumir-se o massacre dos carijós, entre os meados dos séculos 16 e 17, o litoral do Sul ficou despovoado e excluído dos planos das potências ibéricas. Mas, se o litoral definhava, erguia-se no interior, em territórios hoje pertencentes a Paraguai, Argentina, Uruguai e sul do Brasil, uma incrível sociedade, que entraria para a história como República Guarani, que não existiu de fato como república independente, mas sim como uma experiência social de 150 anos de duração. Seus artífices foram padres jesuítas espanhóis que conseguiram a proeza de implantar, no meio da selva, um estado teocrático com características de organização social que seriam identificadas mais tarde como comunistas, já que apresentava aspectos como propriedade coletiva e socialização do trabalho. As missões jesuíticas não se organizavam em torno de simples aldeias, mas de cidades com notável infraestrutura. Era uma sociedade rica, com comida farta, graças ao sucesso da agricultura e da pecuária, o que facilitou a adesão de centenas de milhares de índios guaranis ao mirabolante projeto, ainda que para tanto eles tivessem que abrir mão de sua riqueza cultural. Nesse sentido o Cristianismo revelou-se um poderoso veículo de colonialismo europeu no Novo Mundo, incorporando o índio à cultura europeia.

A criação dessas extraordinárias missões insere-se no contexto de ocupação dos territórios americanos divididos entre Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas. Na largada da corrida colonialista a Espanha levava a melhor. Após a conquista dos incas do Peru (1532) e a descoberta de Potosi, uma fabulosa montanha inteira de prata na Bolívia, a Espanha passou a extrair grandes riquezas de suas colônias americanas. Descendo a cordilheira, entretanto, a equação não era tão fácil de resolver. Na segunda metade do século 16 a província de Assunção (atual Paraguai) fornecia mão de obra para as minas, num tempo em que o tráfico negreiro ainda não estava instituído – sobrava, então, para os pobres indígenas. Mas era forte a reação dos guaranis, que praticamente destruíram Assunção em 1558. Se na controlada Assunção já estava complicado “reduzir” os índios aos seus interesses, pior seria nas terras que ainda estavam por ser ocupadas pela coroa espanhola, que se estendiam muito mais a leste, num território coalhado de ferozes guaranis.



*Representação do trabalho pesado nas minas de Potosi, na atual Bolívia: mão de obra indígena*

### Nova ordem na Igreja

A Contrarreforma da Igreja Católica foi uma resposta à Reforma Protestante de Martinho Lutero, que abalara os alicerces da instituição em 1517. Implicou na volta da inquisição e na proibição da venda de indulgências, além da introdução do catecismo. Também incentivou a criação de novas ordens religiosas para catequizar os povos do Novo Mundo. Foi nesse contexto que surgiu a Companhia de Jesus, dos padres jesuítas, criada pelo basco Ignácio de Loyola em 1534. A congregação era formada por padres muito cultos, alguns originários da nobreza, e ficou conhecida pelo seu extenso trabalho educacional e missionário, renovando a pedagogia na Europa e se firmando como vanguarda da Igreja de então. Jesuítas portugueses chegaram ao Brasil em 1549, liderados por Manuel da Nóbrega, e seu principal representante no país foi José de Anchieta. Padres lusos chegaram a estabelecer missões no território do Rio Grande do Sul a partir de 1605, mas elas não obtiveram êxito. Os jesuítas espanhóis chegaram à América depois dos portugueses, em 1567, no Peru.

Era o caso da região do Guairá, que abrangia boa parte do atual estado do Paraná. Ali viviam 150 mil indígenas e, até onde se sabia, não havia ouro nem prata. Portanto, não se justificava empreender onerosas campanhas militares para a conquista das terras. Mas se os espanhóis não ocupassem a região, os portugueses poderiam fazê-lo. Foi quando entraram em cena os **jesuítas** convencendo o rei Felipe III de que era mais negócio catequizar do que escravizar os índios. Assim eles poderiam produzir e gerar riquezas para o rei, incluindo impostos, além de servir de armada, rechaçando ataques inimigos. Um outro aspecto importante haveria de ser considerado: era essencial para a coroa espanhola estabelecer uma ligação entre o Peru e o Rio da Prata, unindo as pontas para o acesso às minas e o escoamento para a Europa do que lá era produzido. As dezenas de missões poderiam pontilhar e definir esse caminho, servindo como pontos de apoio para os viajantes e suas mercadorias.

Para os jesuítas parecia um excelente negócio, pois além de um manancial inesgotável de almas puras para a conversão, eles plantariam seus valores sobre vastas terras do Novo Mundo, onde, diziam as más línguas, pretendiam estabelecer um Estado teocrático e independente – suposição esta que levaria à sua ruína, conforme se verá adiante. Não há provas de que essa intenção era realista. Mas também não há registros claros de que não era essa a vontade dos religiosos.

As reduções começaram a ser implementadas nos primeiros anos do

*Guaranis, alvos dos jesuítas: catequização era uma das funções da ordem religiosa*



*Apresamento de indígenas por bandeirantes (Jean-Baptiste Debret): missões jesuíticas na mira*

século 17 em três províncias guaraníticas do Paraguai: Itatins, Guairá e Uruguai. A província de Itatins abrangia o atual Paraguai, à margem direita do Rio Paraná, e o estado de Mato Grosso do Sul. A do Uruguai definia-se pelo rio de mesmo nome, cuja margem esquerda corresponde atualmente ao Rio Grande do Sul e ao país Uruguai. A província de Guairá situava-se em território hoje brasileiro, delimitada pelos rios Tietê (SP) ao norte, Iguaçu ao sul e Paraná a oeste, estendendo-se até o litoral. Nessa vasta região apenas duas vilas davam sustentação às ambições colonizadoras da Coroa Espanhola. Quando começaram a ser organizadas as missões, a partir de 1612, a área missioneira de Guairá ficou circunscrita, ao norte, pelo Rio Paranapanema, correspondente à atual divisa com São Paulo. Os domínios das reduções, que além de núcleos urbanos administravam enormes estâncias (fazendas) de gado, estendiam-se para muito mais além das áreas urbanas, os “pueblos”.

Com as bênçãos da Coroa e a boa vontade dos frades, foram erguidas em Guairá 14 reduções até 1630, envolvendo cerca de 100 mil guaranis convertidos – ou “reduzidos” – ao Cristianismo. Mas os batismos realizados aos milhares não eram suficientes para afastar as “forças do mal” – os maloqueiros, como definiam os jesuítas – do encaço dos pobres guaranis. Uma complexa situação política na Europa se refletia sobre a vida nas colônias.

Nesse período vigorava a União Ibérica (1580-1640), quando as duas nações se submetem a uma “fusão”, sob o controle da Espanha. Isso se configurava numa óbvia oportunidade para os espanhóis avançarem para além do Tratado de Tordesilhas em direção ao litoral, o que era feito com vigor pelos padres da Companhia de Jesus. O problema é que a licenciabilidade valia também para o outro lado: os bandeirantes paulistas não se acanharam em ultrapassar os limites do tratado em busca de escravos indígenas, num cenário de escassez dessa “mercadoria” no mercado interno: os holandeses, em conflito com a Espanha, ocupavam o Nordeste brasileiro e cortaram, na África, o suprimento de escravos negros para o restante do Brasil. Os índios

do Guairá entraram na mira dos bandeirantes, mas não eram somente eles os maloqueiros. Havia também os “**encomenderos**” espanhóis no encalço dos indígenas. Nesse contexto, as missões eram sopa no mel para a rapinagem: já ofereciam os guaranis todos ali reunidos, adestrados para o trabalho e para a obediência.

Ataques se sucederam desde 1618 até que, a partir de 1628, os paulistas engrossaram o caldo de vez, erguendo fortalezas e mobilizando verdadeiros exércitos de tupinambás e mamelucos para fazer terra arrasada das missões – o líder dessas bandeiras de apresamento era Antonio Raposo Tavares, secundado por Manoel Preto. Somente numa ocasião, em 1630, após a destruição das reduções de Santo Antônio, São Miguel e São Francisco Xavier, todas no Guairá,

um sinistro comboio de 15 mil índios cativos seguiu pela mata em direção a São Paulo. Não sem que pelo caminho fossem deixados velhos e crianças, e que fossem executados líderes e guerreiros que pudessem iniciar uma rebelião. Do total de índios aldeados do auge das missões do Guairá restaram, se muito, 12 mil. Um dos lances mais dramáticos da história missioneira foi a fuga desses índios, liderados pelo padre Antonio Ruiz de Montoya, chefe das missões do Guairá, a bordo de 700 canoas, pelo Rio Paraná. As embarcações não puderam transpor as cachoeiras – as Sete Quedas, que hoje estão inundadas pelo lago da usina de Itaipu. Os índios lançaram os barcos às quedas e seguiram a pé, protegendo-se em missões no Paraguai, na Argentina e ao sul do atual território brasileiro.

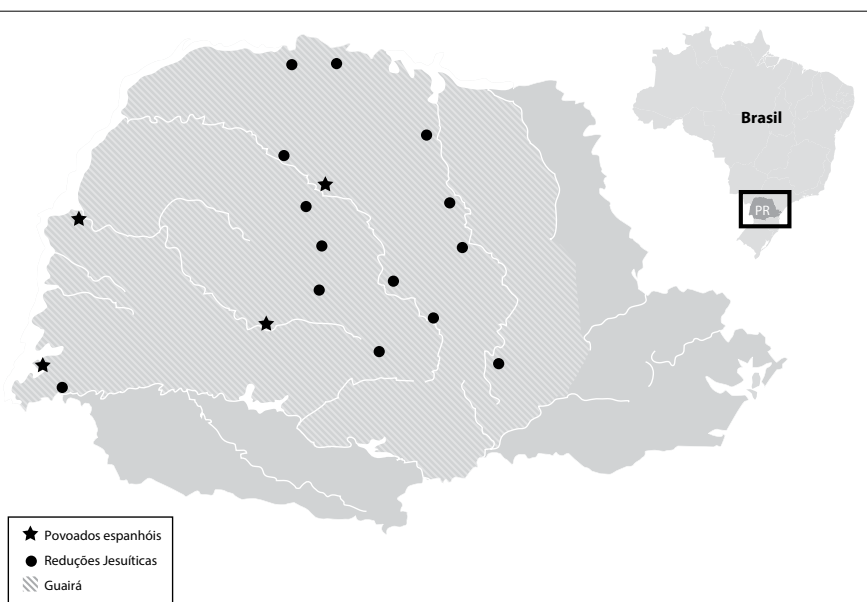
O assédio às missões do Guairá provocou um deslocamento do projeto jesuíta mais para o sul, a partir de 1626, dando origem às reduções da chamada zona do Tape, na bacia do Rio Jacuí, delimitada pela Serra Geral de um lado e o Rio Uruguai de outro, em território do atual Rio Grande do Sul. O Tape se revelou uma nova e promissora fronteira

para os missionários espanhóis, que criaram um total de 18 reduções desde o noroeste do Rio Grande até o sul, avançando ainda para o leste, em direção ao litoral, ocupando as zonas dos rios Ijuí, Piratini, Jacuí, Taquari, Ibicuí, Guaíba e Pardo. Planejavam ocupar plenamente a área, tanto que em mapas da época assinalava-se o mar do sul do Brasil como “Mar do Paraguai”. Para sustentar tamanha ambição, os missionários fizeram uma

*Localização das missões do Guairá, no atual estado do Paraná*

### Concessionários de índios

Uma das formas de a Coroa Espanhola viabilizar suas colônias na América e na Ásia era o instituto das *encomiendas*, cujo titular era o *encomendero*. Ele recebia uma série de direitos para explorar, principalmente terras. Já o índio americano que nelas vivia devia tributos ao rei, sendo que o *encomendero* poderia explorar seu trabalho como forma de pagamento do tributo. Em troca, protegia e financiava a educação cristã dos nativos. Eles então “contrataram” jesuítas, financiando missões para que educassem e adestrassem os índios para o trabalho em suas terras. Só que os padres se recusavam a entregar os nativos, por isso os *encomenderos* lançaram-se à sua captura em algumas missões.



★ Povoados espanhóis  
● Reduções Jesuíticas  
▨ Guairá

grande “importação” de gado da província de Corrientes, hoje Argentina. Mas a alegria dos missionários duraria pouco, pois os velhos bandeirantes não tardariam a chegar, recomeçando os ataques em 1636, justo na redução de Jesus Maria, a que se situava mais a leste, pondo fim ao projeto dos jesuítas de estender seus domínios até o mar. No comando, Raposo Tavares, que logo ergueu uma fortificação ali mesmo, servindo de base aos bandeirantes para atacar as demais missões.

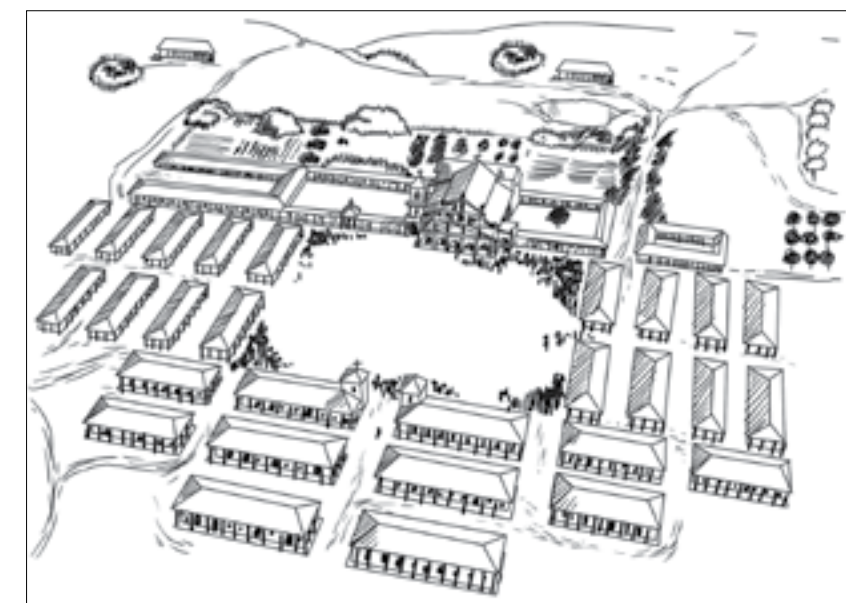
Foi assim que, até 1640, as missões do Tape foram seguidamente molestadas e cada vez mais “empurradas” para oeste, em direção ao Rio Uruguai. Até que não deu mais, e indígenas e jesuítas optaram por abrigar-se do lado de lá do rio, deixando para trás – momentaneamente, como se verá – o Rio Grande do Sul. Mas não sem antes organizar uma última resistência contra os bandeirantes. Dessa vez contaram com recursos da Coroa Espanhola, obtidos pelo padre Montoya, que convencera o governo de que se estava, na prática, perdendo terras para a coroa portuguesa, como já acontecera no Guairá. A União Ibérica, afinal, estava terminando, com Portugal insurgindo-se contra a dominação espanhola. Assim os jesuítas ganharam recursos, armando seus índios de arcabuzes e canhões. Nicolau Nhenguirú era o chefe militar indígena – esse nome se repetia entre os líderes militares guaranis ao longo de gerações. Pelo lado dos bandeirantes, Fernão Dias Paes. A vitória dos guaranis se deu na batalha de M’Bororé, em 1641, na atual província de Misiones (Argentina), depois da qual eles ficaram muitos e muitos anos sem ser perturbados.

Não foi exatamente a vitória militar que livrou os missionários dos bandeirantes. É que, após o fim da União Ibérica, Portugal expulsou os holandeses que ocupavam suas antigas bases na África, retomando o fornecimento de escravos para o Brasil. O fato extinguiu a demanda por escravos índios, que ademais eram considerados uma “mercadoria” de qualidade inferior aos negros, que teriam maior resistência e mais capacidade de trabalho. Isso levou os bandeirantes a procurar outras formas de ganhar a vida – procurando ouro, por exemplo, o que conseguiriam algum tempo depois, em parte em terras espanholas, caso do Centro-Oeste brasileiro. Já os jesuítas resolveram ampliar suas reduções na margem direita do Uruguai (Argentina) e no Paraguai, deixando para trás, no Tape, um verdadeiro tesouro: imensos rebanhos bovinos e muars soltos pelos pampas. Até que uma série de motivos os faria ocupar novamente a margem esquerda do Uruguai, dando origem aos Sete Povos das Missões.

*Representação de uma redução jesuítica: 100 mil guaranis foram convertidos até 1630*



*Padre Montoya: recursos da Coroa Espanhola*



## Rezar, comer, produzir

*Incorporando aspectos da cultura guarani para se legitimar, jesuítas impuseram o Cristianismo e criaram uma potência econômica e cultural no meio da selva*



*Músicos guaranis: eles também construía os instrumentos (gravura de Keller Leuzinger)*

Mesmo separadas por mundos e culturas distintas, a fé cristã tinha notáveis pontos de contato com a fé guarani, o que facilitou o trabalho dos jesuítas em suas extraordinárias missões. Dentre os povos americanos, os guaranis eram os que mais davam importância à vida sobrenatural. Quando missionários europeus se embrenharam pelos matos do sul, coisas estranhas aconteceram: conheceram o mito guarani do Pai Sumé, que seria uma figura de barbas longas e vestes brancas, saído do fundo das águas para ensinar ao povo como trilhar o caminho do bem e a plantar mandioca. Um dia ele voltaria para, novamente, guiar o povo desorientado. Pai Sumé teria sido ainda o responsável pela abertura das trilhas do Peabiru, que ligavam o litoral brasileiro ao Paraguai. Jesuítas espanhóis logo associaram o mito de Sumé à figura cristã do apóstolo São Tomé, que teria, concluíram eles, peregrinado pela América há mais de mil anos, levando a palavra de Deus àquele povo. Houve padre que identificou pegadas de São Tomé gravadas em pedras do Peabiru. Então caberia a eles, jesuítas, dar sequência à missão evangelizadora. Para os índios, aqueles seres assemelhavam-se a deuses, ou a xamãs, profetas detentores da palavra dos deuses.

Tal arranjo permitiu a aproximação religiosa entre os dois lados, mas ela culminaria em um tremendo impacto cultural para os guaranis, que abririam mão de seus costumes e se tornariam camponeses, boiadeiros, marujos ou artistas, esquecendo a condição selvagem. É certo que alguns hábitos primitivos dos guaranis até facilitaram o “casamento” religioso com os jesuítas, como a facilidade para viver em comunidades ritualizadas e praticar trabalho comunitário e agrícola. Já outros aspectos caros aos jesuítas batiam de frente com costumes nativos, como antropofagia, bebedeiras e poligamia. Em geral, a repressão era baseada em castigos físicos, com bons resultados, segundo consta, tudo de acordo com um código penal institucionalizado, que não previa pena de morte. Já a poligamia requeria uma certa dose de engenharia social. Os quartos das missões eram, originalmente, amplos e coletivos, mas à medida que a evangelização avançava os espaços iam sendo limitados com o auxílio de couros e madeiras, que serviam de divisórias. As crianças eram usadas como alcaçuetes, denunciando para os padres os “pecados” dos adultos.

Emolduradas por um projeto urbanístico avançadíssimo, as reduções podiam abrigar até 15 mil habitantes. As ruas, retas, se expandiam a partir da igreja, abrigando as casas dos índios, as reduções contavam com escola, hospital, asilo, cemitério e residência para viúvas. Seu funciona-

mento dependia de uma organização complexa, que incluía burocracia administrativa, polícia, justiça, oficinas e serviços à população. O padre era o líder e a igreja era o centro de comunidade, mas as funções burocráticas eram realizadas por índios. Um ponto essencial para que as rotinas fossem incorporadas era o estabelecimento de hora para dormir, acordar, rezar, divertir-se e, principalmente, trabalhar. O sino do campanário marcava os horários da vida nas reduções e tambores ditavam o ritmo do trabalho, sempre realizado ao som de cânticos. Tal rotina deve ter sido de algum modo chocante para os nativos, que não possuíam, em sua cultura, esse tipo de relação com o trabalho. Um guarani primitivo colhe a mandioca quando precisa, e não planeja a produção em função das necessidades futuras da aldeia. Meio nômade, meio sedentário, ele se desloca quando necessário, em busca de alimento.

Mas o fato é que a organização racional do trabalho aumentou absurdamente a produtividade do indígena, gerando riqueza para as missões. Tanto que quem era de fora tinha certeza de que elas eram cheias de ouro e prata. Mas o que havia era trabalho e tecnologia para mover teares, serrarias, moinhos, curtumes e fundições, onde se fabricavam desde sapatos até armas pesadas. Em São João Batista (RS) forjava-se ferro e temperava-se aço para fabricação de sinos. Outras reduções mantinham estaleiros. Os padres, detentores de elevado conhecimento técnico e humanístico, formavam profissionais qualificados em inúmeras artes. Por isso os índios produziam esculturas e instrumentos musicais com padrão europeu de qualidade, objetos que auxiliavam em sua própria **evangelização**. As missões integravam-se destacadamente à economia colonial, fornecendo peças de couro manufaturadas, fumo, erva-mate e outros produtos a praças tão distantes quanto o Equador e o México. Quase tudo era produzido à moda coletiva e o uso do solo era comunitário, sendo o resultado do trabalho redistribuído pelos padres em função das necessidades.

O maior legado econômico das missões foi a introdução e a multiplicação do gado bovino e muar no Rio Grande do Sul. De início, a formação de estâncias quase que se resumia a tanger o gado para áreas desocupadas de pastagens naturais, e os próprios acidentes geográficos, como rios e serros, delimitavam seus limites. Com o tempo vieram currais, invernadas, sedes de fazendas e a domesticação de animais, estágio que marcou o período dos Sete Povos das Missões, a partir do final do século 17. O gado era fundamental ao bom funcionamento das reduções: dava couro, carne e leite, além de prover tração e transporte. Os guaranis foram precursores dos fazendeiros gaúchos, com a diferença de que num caso as fazendas eram coletivas; em outro, latifúndios particulares. Os índios vaqueiros também foram essenciais para a formação cultural do gaúcho típico, com seus laços, boleadeiras, mate, churrasco, poncho e muitos outros itens.



*Escultura de Nossa Senhora da Conceição ao estilo guarani*

### Elevação pela arte

Antes da missa, autos escritos pelos jesuítas eram encenados nas praças. Dedilhando harpas e violinos, soprando clarinetes e flautas, grupos de músicos refinados executavam música erudita no interior de suntuosas igrejas, ricamente adornadas e tomadas pelo perfume do incenso. As imagens sacras, coloridas, retratando santos e mártires em gestos amplos, esculpidas ali mesmo, pelos índios guaranis das missões, pareciam pegar pelas mãos os fiéis e os encaminhar ao arrebatamento. Que se completava com a comunhão, quando o ato de comer a hóstia remetia à antropofagia, em que a ingestão do corpo de outro implicava na absorção de suas boas características, como força e coragem. A belíssima produção artística dos índios das missões foi fruto de sua habilidade, adestrada pela elevada cultura dos jesuítas e guiada por sua engenhosa pedagogia para a evangelização.

## Os Sete Povos enfrentam o mundo

*A volta das missões ao Rio Grande significou seu apogeu e queda: Portugal e Espanha se juntaram para destruí-las e baniram os jesuítas de seus países e da América*

Num ambiente em que os colonizadores europeus só pensavam em maneiras de encontrar e se apropriar de ouro e prata da América, os jesuítas que tanto investiram nas missões do Tape deixaram um verdadeiro tesouro para trás. Ao recolherem as missões para a margem direita do Rio Uruguai, na década de 1640, os padres deixaram na margem esquerda (no atual Rio Grande do Sul) rebanhos consideráveis de bois e mulas. Acontece que a região dos pampas é mais do que propícia para o desenvolvimento dos animais, pois é riquíssima em pastagens naturais. Sem predadores naturais, bastaram algumas décadas para que o gado se tornasse xucro e se multiplicasse, ocupando quase todo o atual estado do Rio Grande do Sul. A boiada avançou para o sul e o litoral, formando a “Vacaria del mar”. Esse rebanho, na verdade, ainda pertencia, na prática, às missões, considerando que seus vaqueiros atravessavam com frequência o Uruguai para “prear” gado. Mas eles começaram a perceber que havia portugueses demais na área. Era gente da Colônia do Sacramento, que descobrira aquele patrimônio todo dando sopa pelos campos.

Sacramento era uma afronta portuguesa aos domínios espanhóis. Durante a União Ibérica, comerciantes lusos prosperaram em Buenos Aires fornecendo produtos coloniais em troca da prata que descia de Potosi. Com o fim da União, retiraram-se da cidade portenha. Mas Portu-

*Ruínas das missões de São Miguel Arcanjo, no Rio Grande do Sul: um dos Sete Povos*



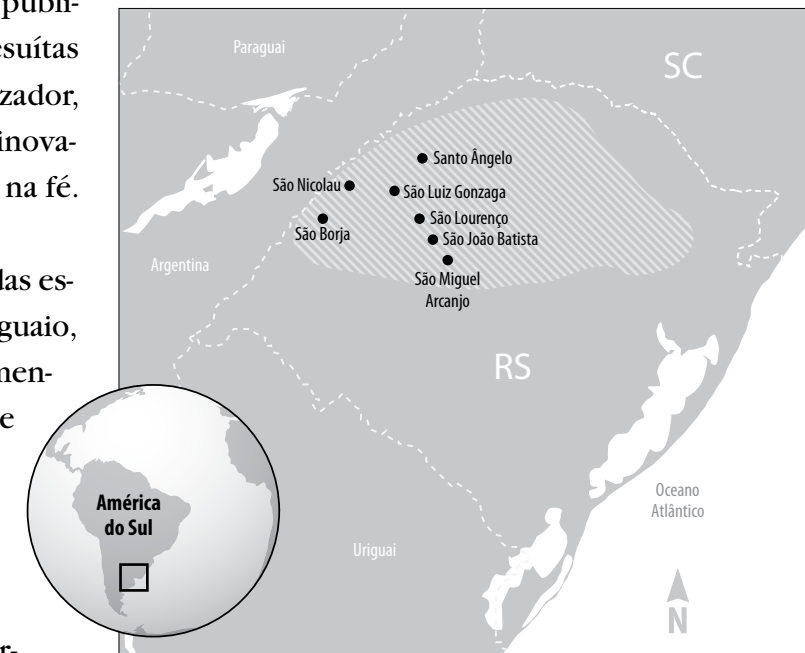
gal, enfrentando uma crise do açúcar e tendo perdido colônias na África e na Ásia em troca de apoio militar para se livrar dos vizinhos ibéricos, tinha que fazer dinheiro. Juntando-se os interesses de comerciantes e da Coroa, os portugueses lançaram-se, em 1680, ao ousadíssimo projeto de fundar a Colônia do Sacramento, um enclave bem defronte a Buenos Aires, do outro lado do Rio da Prata. Sua construção foi sorrateira, financiada por comerciantes do Rio de Janeiro. O objetivo, escancarado, era contrabandear mercadorias pelo Prata, via de intenso fluxo de riquezas. Colônia foi um foco constante de conflitos entre as duas coroas.

Os muitos portugueses que por ali passavam logo perceberam o “ouro” de quatro patas que vagava pela região. E muita gente se lançou à caça dos bovinos, simplesmente para arrancar-lhes o couro, mercadoria valorizada, deixando a carcaça para apodrecer. Também se dedicavam à captura de gado os seleiros de Santa Fé e Corrientes, vaqueiros autônomos e até alguns ingleses, que instalaram uma companhia de beneficiamento de couros na região. Um pouco mais tarde, quando se iniciasse a corrida do ouro no Brasil, os pampas seriam percorridos também pelos tropeiros paulistas, em busca de mulas para trabalhar nas Minas Gerais (ver capítulo 3). Nesse contexto, as autoridades espanholas determinaram a volta das missões para o lado direito do Uruguai, com a finalidade não somente de ocupar território, mas de se apropriar daquela riqueza bovina com proveito para a coroa – as missões, afinal, pagavam impostos ao rei.

A partir de 1682 os jesuítas e os “seus” guaranis começaram a retornar para o Rio Grande do Sul, fundando os célebres Sete Povos das Missões: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo. Estrategicamente, logo se ocuparam em formar uma nova reserva de gado próxima às suas possessões, a Vacaria dos Pinhais, nos chamados Campos de Cima da Serra. Junto às reduções, estabeleceram estâncias bem organizadas e produtivas, como era de seu feitio. Ao se somar os Sete Povos às demais reduções já existentes no Paraguai e em Missiones (Argentina) tinha-se o conjunto de 30 Povos das Missões, o que representou o apogeu da “República Guarani” na América do Sul. Nas reduções gaúchas os jesuítas conseguiram elevar ao estado da arte seu projeto evangelizador, erguendo grandes cidades autossuficientes na economia, inovadoras na política, avançadas em urbanismo e mergulhadas na fé. Foi bom enquanto durou.

Os Sete Povos estenderam seus domínios, por conta das estâncias, até Bagé e mais adiante ainda, ao território hoje uruguiaio, confrontando-se com os portugueses de Colônia do Sacramento. Missioneiros serviram de braço armado para a defesa de posses espanholas, envolvendo-se em guerras e sufocando movimentos de emancipação. Ao mesmo tempo, entretanto, conquistavam crescente autonomia, dada a complexidade de sua organização, e a expansão para o sul se dava de uma forma quase que independente. Era como se uma ter-

*Localização dos Sete Povos das Missões*





### Um santo índio

José (Sepé) Tiaraju foi um líder militar guarani que esteve à frente da resistência às tropas lusas e espanholas, tornando-se um mártir. Mais até do que isso, ganhou status de santo popular – São Sepé é nome de cidade no Rio Grande do Sul. O problema é que, como todo mito, é difícil determinar onde terminam os fatos e começam as lendas. Seu simbolismo ora atende à ideia de território gaúcho “independente” (ele teria bradado aos inimigos europeus: “Esta terra tem dono”); ora encanta idealistas socialistas, que veem nas missões o protótipo de uma sociedade não capitalista, baseada na coletividade e na solidariedade, e em Sepé seu defensor. Sem falar da mística religiosa em torno de sua figura, um guarani que morreu pela fé. Há quem afirme ter Sepé enfrentado sozinho um exército de mil homens, e que antes de perecer matou vários inimigos. Menos. Sepé de fato era um líder, mas teria sido capturado dias antes da batalha final de Caibaté, sendo identificado pelos livros de orações e cartas que carregava. Foi então torturado e executado. Seu corpo, afirmam relatos, seria recuperado pelos missionários, que lhe confeririam as devidas honras militares e religiosas – ou seja, foi “santificado”.

ceira nação – embora não houvesse muita coesão entre as diferentes missões – estivesse ocupando e extraindo riquezas de um território disputado pelas duas coroas. Falava-se na gestação de um império teocrático na América, num momento em que os jesuítas eram influentes na Igreja e em vários países católicos da Europa. A sensação ficou tão forte que chegaria a unir os dois países contra as missões guaraníticas, selando o seu destino.

Em meados do século 18, as minas de Potosi já estavam esgotadas, mas as de Minas Gerais estavam a todo vapor. Portugal dependia das mulas e do gado do Rio Grande para sustentar a mineração, ao passo que à Espanha interessava o domínio definitivo do estuário do Prata. Assim, por meio do Tratado de Madri, de 1750, acertou-se uma troca: as missões iam para Portugal e Colônia do Sacramento para a Espanha. A conta ficou com os Sete Povos, que perderam quase tudo o que construíram. O contrato rezava que os missionários deveriam deixar para trás suas cidades, igrejas, estâncias e terras, indo refugiar-se em território espanhol. O plano dos portugueses era ocupar a região com colonos que começavam a chegar das ilhas dos Açores e da Madeira (ver capítulo 4). Mas os padres e os guaranis não estavam dispostos a entregar de mão beijada sua grande obra. E resistiram, ocasionando a Guerra Guaranítica.

As batalhas foram cruentas a partir de 1753, quando Espanha e Portugal, agora aliados em função das conjunções políticas, uniram forças para demarcar os novos limites e expulsar os missionários. Com pouca articulação e munição, os índios foram massacrados, mas legaram um herói à posteridade, o líder Sepé Tiaraju, símbolo do idealismo e **resistência missionários**.

*Forças militares missionárias em formação: agindo em defesa da coroa espanhola (autor: Florian Pauke)*



Vale dizer que a resistência foi essencialmente dos guaranis. Os padres dividiram-se entre obedecer e resistir, e seus superiores da Companhia de Jesus apoiaram o abandono das missões. Passado algum tempo, novas injunções políticas desfizeram o Tratado de Madri, voltando, em 1761, as missões ao controle espanhol. Índios e jesuítas puderam retornar aos Sete Povos, mas a decadência era evidente: menos da metade da população original, que chegara a 30 mil pessoas, ocupava as cidades. Logo depois, um novo golpe: a expulsão dos jesuítas. Seu poder na Europa ameaçava as monarquias absolutistas do continente e eles acabaram expulsos de Portugal em 1759, da Espanha em 1767 e da América em 1768. Fim da linha para os artífices da “República Guarani”.

Como os territórios sulinos naqueles tempos ou eram de posse indefinida ou mudavam de mãos do dia para a noite, os espanhóis, já não mais aliados dos lusos, tomaram Colônia do Sacramento e Rio Grande em 1763, provocando reação de Portugal, que, numa grande ofensiva militar, se apossou de todo o Rio Grande do Sul, incluindo as missões, em 1776. Em 1777 a região voltaria ao controle espanhol. Nesse período as cidades dos Sete Povos padeceram sob administrações militares ou corruptas. A conquista final da região aconteceu em 1801, por meio de uma pequena milícia privada, formada por antigos desertores, que com o apoio do governo gaúcho e a ajuda dos próprios índios conquistou a vasta região, anexando-a definitivamente à América portuguesa e, conseqüentemente, ao Brasil. Sua integração ao país viria com a abertura de uma estrada de tropeiros, ligando a maior fonte de gado da colônia lusa a São Paulo.

As mulas e bois produzidos nas missões foram o fundamento da formação econômica e da ocupação territorial do Rio Grande do Sul, além de pilar de sustentação para todo o ciclo do ouro no Brasil. Já não seria pouco, mas seu legado é muito maior, ainda que não tão visível ou palatável quanto um pedaço de carne de primeira na prateleira de um supermercado. As missões gaúchas representaram um experimento socioeconômico, religioso e cultural sem precedentes, ainda difícil de ser analisado em todas as suas nuances e compreendido em toda a sua grandeza pela sociedade do século 21.

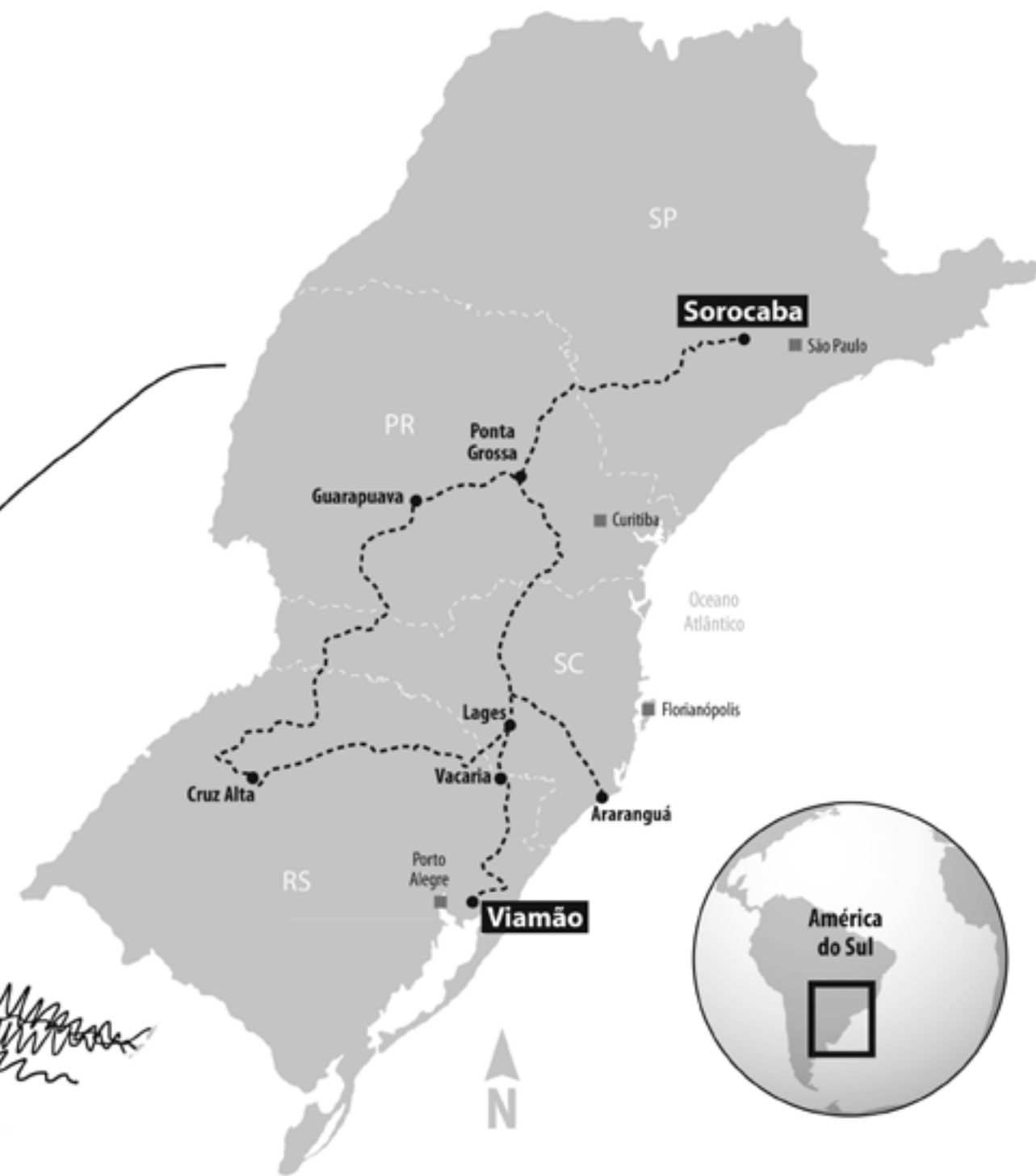
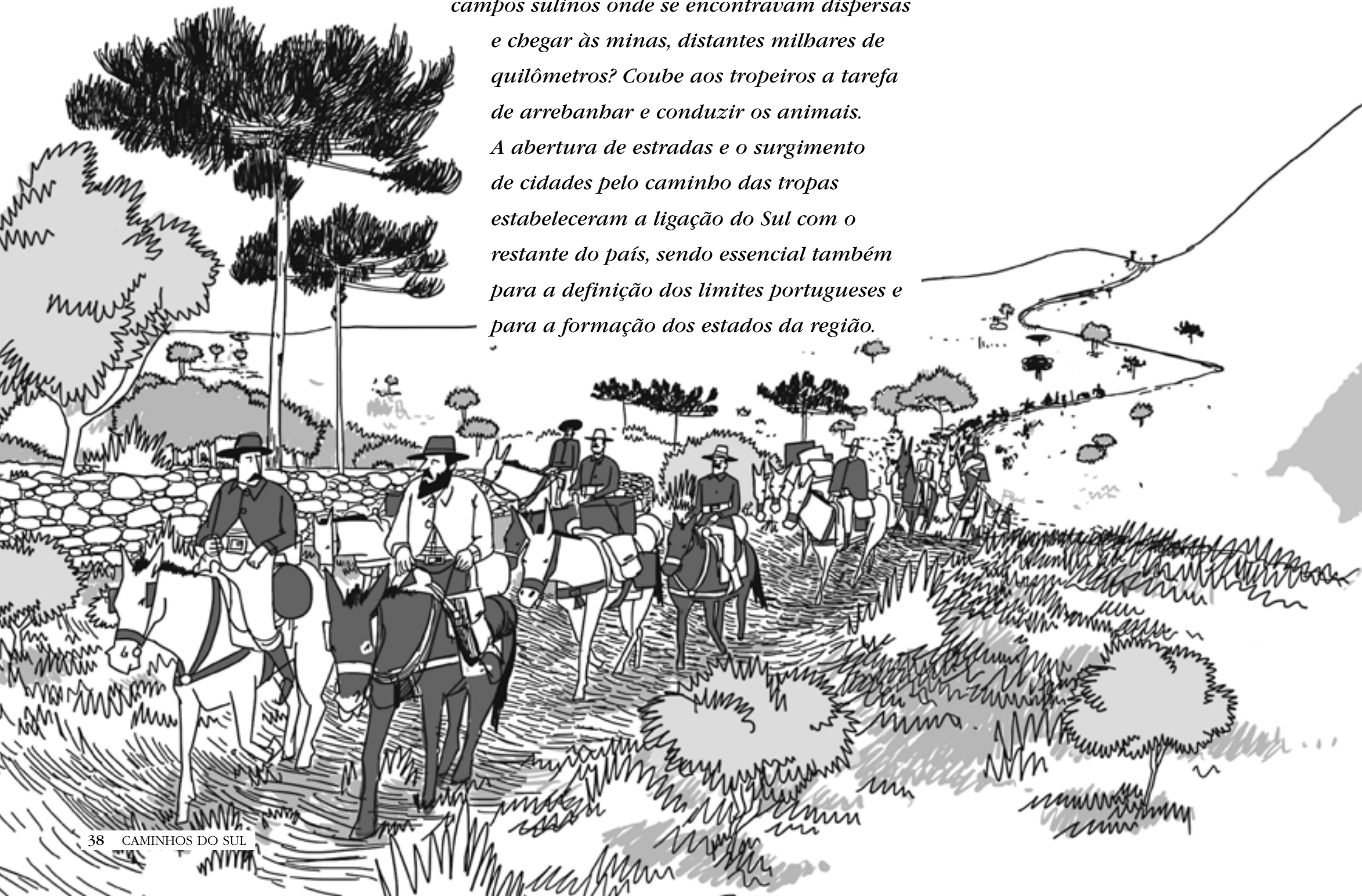
*Gado das missões iniciou rebanho gaúcho, que já foi o maior do país*



# A rota dos tropeiros

*A corrida do ouro no Brasil Central desencadeou outra corrida no Sul: a das mulas.*

*Essenciais para o transporte de mercadorias, elas próprias se tornaram mercadorias valiosas no século 18. Mas como fazê-las sair dos confins dos campos sulinos onde se encontravam dispersas e chegar às minas, distantes milhares de quilômetros? Coube aos tropeiros a tarefa de arrebanhar e conduzir os animais. A abertura de estradas e o surgimento de cidades pelo caminho das tropas estabeleceram a ligação do Sul com o restante do país, sendo essencial também para a definição dos limites portugueses e para a formação dos estados da região.*





Égua cuida de seu filhote, uma mula, gerada a partir de seu cruzamento com um jumento

## A Economia sobre quatro patas

*Mulas xucras do Sul tornaram-se a matriz de transportes do ciclo do ouro brasileiro. Os tropeiros viabilizaram a atividade conduzindo as mulas até seus locais de trabalho*

### Diferenciais competitivos

Mulas, também chamadas de mulos, bestas ou burros, são animais híbridos, resultantes do cruzamento de duas espécies diferentes, o jumento (*Equus africanus asinus*) e a égua (*Equus caballus*). Elas costumam herdar as boas características dos genitores: a força e o tamanho da mãe; a resistência, a paciência e a docilidade do pai. O contrário não funciona da mesma forma. O cruzamento de um cavalo com uma jumenta gera um bicho chamado bardoto, pequeno e birrento. Devido à hibridização, as mulas não podem procriar. Todos os indivíduos, portanto, são (ou eram) plenamente dedicados ao trabalho. Além da força, é notável a capacidade de equilíbrio das mulas, o que lhes permite locomover-se pelos caminhos mais íngremes, pedregosos e sinuosos. O animal não se assusta facilmente, ao mesmo tempo em que possui grande noção de perigo, evitando colocar-se em risco – preservando assim o patrimônio dos seus donos. Por tudo isso as mulas foram a base logística da economia brasileira durante séculos. Também tiveram importância política, pois quando proclamou a independência do Brasil, em 1822, D. Pedro I montava uma legítima mula. Só que a “foto oficial” (o famoso quadro de Pedro Américo, O Grito do Ipiranga, de 1888) foi retocada, e o nosso primeiro imperador aparece sobre um vistoso corcel. Uma injustiça histórica.

Corriam os últimos anos do século 15 quando o rei da Espanha, Fernando V, baixou uma proibição ao uso de mulas para transporte de pessoas no país. O objetivo era resguardar as boas éguas espanholas para a produção de cavalos, essenciais para equipar seus exércitos. A mula, como se sabe, é produto do cruzamento do **jumento com a égua**. Sua utilidade para o transporte era incontestável na Europa, tanto que a interdição do rei causou comoção e protestos no país. O transporte no lombo de muas acabou liberado para padres, mulheres e algumas pessoas com necessidades especiais. Foi o caso de Cristóvão Colombo (1451-1506), o descobridor da América, que ao retornar de sua última viagem, em 1504, já bastante debilitado, teve que solicitar licença especial para obter montarias.

A partir do século 16 a relação dos espanhóis com os muas ganhou a América. D. Pedro de Mendonza e D. Alvar Nuñez Cabeza de Vaca levaram os primeiros equinos para Buenos Aires e Assunção entre 1536 e 1542. Exploradores e colonizadores incorporaram aos pampas e aos Andes os cavalos e jumentos, introduzindo, por consequência, também as mulas na América do Sul. As bestas, seriam úteis para a exploração da prata nas minas de Potosi, na atual Bolívia, juntamente com as lhamas nativas. Com força e resistência excepcionais, além de equilíbrio incomum, as mulas eram “máquinas” perfeitas para o transporte de víveres e de metais preciosos naquelas regiões montanhosas. Elas colaboraram ainda para integrar os vastos e esparsos domínios espanhóis, pois eram criadas e engordadas nas ricas pastagens da então pobre província de Buenos Aires, ajudando a enriquecê-la, para depois de adultas prestarem serviços na gloriosa Potosi. Assim foi até o esgotamento das minas, no final do século 17. A partir de então as mulas entraram para a história do Brasil.

Com baixa demanda para seus serviços nas montanhas de prata, os muas começaram a sobrar para os lados da margem esquerda do Rio

Uruguai, região das missões jesuíticas dominadas por padres espanhóis (ver capítulo 2). Não sobreviviam apenas mulas, mas também milhares de cabeças de gado bovino, animais introduzidos na América do Sul por portugueses e espanhóis no século 16. O chamado gado vacum foi o pilar de sustentação das missões. Quando elas se dispersaram, o gado se espalhou pelas terras do continente de São Pedro do Rio Grande, reproduzindo-se livremente nos campos ricos em nutrientes e voltando ao estado selvagem. Dessa forma, em fins do século 17 havia uma enorme fonte de riqueza “dando sopa”: equinos e bovinos vagueando aos milhares – ou milhões – pelos planaltos meridionais do Brasil e em terras disputadas por portugueses e espanhóis. Revelaram-se uma oportunidade perfeita para os bandeirantes mudarem de ramo de negócios, pois o que eles exploravam estava em franca decadência.

Bandeirantes vicentistas irrompiam pelos territórios sulinos havia mais de 150 anos à caça de índios para escravizar. Esse era o pequeno papel que lhes cabia na cadeia produtiva do açúcar, então a mais importante atividade econômica do Brasil Colônia. Seu epicentro era na região Nordeste, onde funcionavam os grandes engenhos movidos a mão de obra escrava. Porém, os negros africanos eram mais “produtivos”, e seu tráfico tornou-se uma atividade econômica altamente lucrativa. Quanto aos índios, tinham serventia limitada e valiam menos, além de os jesuítas não concordarem com sua escravização. Isso explica por que o Sul da colônia viveu à míngua durante séculos, à base de agropecuária de subsistência e apresamento dos desvalorizados

*Tropeirismo para o transporte de mercadorias ainda tem representantes na região Sul*



e pobres indígenas. Mas nada é tão ruim que não possa piorar. No final do século 17 os preços internacionais do açúcar desabaram e a atividade declinou na colônia, praticamente encerrando a demanda por índios – para estes, ao menos, a situação melhorou.

Em Portugal, porém, os governantes não ficaram parados, esperando a morte de sua imensa colônia chegar. Sabendo que investindo em outros produtos da agricultura tropical não iriam obter lucros tão altos quanto com o açúcar nos bons tempos, apegaram-se à lógica vigente 200 anos antes: de que as colônias americanas só se justificavam economicamente se produzissem metais preciosos. Mas como encontrar o ouro que julgavam estar lá? Os bandeirantes eram a chave. Conheciam muito bem os sertões do Brasil central, e se não haviam encontrado ouro em abundância só podia ser por falta de conhecimento técnico ou porque escondiam o jogo. Portugal enviou especialistas, negociou com os bandeirantes e finalmente obteve sucesso.

Com a descoberta de jazidas nos atuais Minas Gerais e estados do Centro-Oeste houve, literalmente, uma corrida do ouro. Pudera: tanto a colônia quanto a metrópole encontravam-se em petição de miséria. Do planalto de Piratininga subiram os paulistas. Do Nordeste desceram os escravos ociosos dos engenhos. De Portugal acorreram milhões para tentar a sorte. Estudos dão conta de que a população do Brasil era de 300 mil habitantes em 1700, quando começou a febre do ouro, tendo chegado a 3,25 milhões em 1800. Tal fato conferiu um vigor jamais visto à economia da colônia. Com muita gente ganhando dinheiro, as demandas se avolumaram e pela primeira vez o Brasil teve o que se pode chamar de mercado interno. A fase anterior, a açucareira, era baseada em empreendimentos de alta produtividade (os engenhos) tocados por escravos, portanto havia pouca gente envolvida e sem renda alguma, e toda a produção ia para o exterior.

Com o Ciclo do Ouro, ainda que a nova população se concentrasse no centro da colônia, até mesmo a distante região Sul tirou proveito. Nas Minas Gerais e no Rio de Janeiro cavalos eram raridade, e mulas sequer existiam. Carros de boi não serviam à topografia acidentada daquela economia que se avolumava a cada dia. As “bestas de carga” de então eram escravos negros e índios, que trabalhavam no vaivém das áreas de mineração e no transporte de longa distância, levando e trazendo víveres e ouro entre o interior e o litoral do Brasil. Os senhores das minas pouco se importavam com a crueldade das condições de vida que impunham aos escravos, mas o fato é que o sistema não vinha dando certo e precisava mudar. Para sustentar o ciclo era necessário um sistema de transportes mais eficiente. Também era preciso alimentar toda a **gente que afluía**.

Foi nesse contexto que os velhos bandeirantes encontraram uma nova “vocaçãõ”. Os que não se tornaram mineiros voltaram-se para aquelas imensas reservas de animais xucros que viviam a boa vida pastando e se

reproduzindo à vontade no Sul. Até então não havia mercado para a carne bovina – apenas para o couro, em pequenas quantidades, que era exportado pelo Rio da Prata. Os equinos nem para isso tinham utilidade. Com a elevação dos preços dos alimentos e dos animais de transporte, de repente a bicharada sulina tornou-se “ouro puro”.

O apresamento e criação de mulas e de gado de corte, e seu transporte do Sul até as regiões de mineração, tornou-se assim uma atividade essencial para a economia. As mulas não apenas viabilizaram a mineração, mas por si só edificaram uma cadeia produtiva complexa e lucrativa, que envolveu milhares de empresários das tropas e trabalhadores – os famosos tropeiros. Esses homens rústicos, que enfrentaram todo tipo de intempéries e privações, entraram para o imaginário nacional como heróis de uma época. Integradores de regiões e culturas, eles colaboraram para a construção da unidade e da identidade nacional. O interesse despertado pelos vastos campos do Sul foi essencial para sua ocupação e definição dos limites dos domínios portugueses, uma vez que quase toda a região era, ainda no século 18, “terra de ninguém”. Por onde passaram as tropas semearam cidades, colaborando para a formação dos estados do Sul. Além de alimentar o Ciclo do Ouro, o tropeirismo foi basilar também para o Ciclo do Café. Por tudo isso, para alguns historiadores, a estrada dos tropeiros ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo foi a rota mais importante da história do Brasil.

### As tropas antes dos tropeiros

Se nos primeiros anos de ocupação europeia das Américas eram o pau-brasil e a cana-de-açúcar que moviam a economia e o povoamento do litoral, a criação de gado e a escravização de índios sustentavam a povoação do interior. Apesar da lógica da criação ser a subsistência, havia um certo volume de trocas entre as colônias portuguesas e espanholas, como no caso do vaivém do boi. Introduzido na capitania de São Vicente pela esposa do donatário, o boi reproduziu-se e ganhou, a partir do litoral, a América Espanhola. É nesse sentido que a primeira tropeada pode ter ocorrido em 1556, quando aventureiros contrabandearam sete vacas e um touro anda-

luz até o Paraguai seguindo um antigo caminho indígena. Já nas dependências espanholas o trânsito de gado era intenso. Registra-se que nos primeiros anos do século 17 deslocava-se de Santa Fé (Argentina) para o Peru cerca de um milhão de cabeças de gado. Por isso as matrizes do gado bovino rio-grandense podem tanto ter origem em São Vicente quanto nos Andes. Ou, mais provavelmente, em ambos. Em 1680, com a fundação de Colônia do Sacramento pelos portugueses em plena região do Prata, o contrabando de gado dos domínios espanhóis para o Brasil foi amplificado, contando com a participação de bandeirantes.

#### A fome acompanhava a riqueza

A febre do ouro atraiu multidões de todo o Brasil e de Portugal para o interior de Minas Gerais. Por volta de 1750 a região era a mais densamente povoada das Américas, com cerca de 350 mil habitantes. A atração era tamanha que a certa altura Portugal teve que criar mecanismos para impedir o esvaziamento das outras regiões da colônia. Havia muita gente para comer, mas com tanto ouro para encontrar ninguém queria trabalhar no cultivo de alimentos, uma atividade bem menos rentável. Tudo tinha que chegar do litoral, carregado nos ombros por escravos (inclusive os próprios nobres e senhores concessionários das minas), levando meses no percurso. A produtividade era baixa e o custo (o preço dos escravos), altíssimo. O sistema não era sustentável sob qualquer aspecto. A fome era tanta em Minas Gerais que quando os primeiros tropeiros chegaram os mineiros já haviam comido os cães e os gatos, e sobreviviam à base de raízes, frutas e pequenos animais que encontravam na mata. As mulas acabaram resolvendo o problema do transporte, liberando os escravos para o trabalho nas minas e formação de lavouras e pastagens. Animais de carga substituíram homens de carga, tornando viável o Ciclo do Ouro.



Lavagem de diamantes, em representação de Carlos Julião

Lavra na região da atual Ouro Preto (MG). Pintura de Johann Moritz Rugendas



## De aventureiros a capitalistas

*Tropeiros tocadores de gado eram “parentes” dos bandeirantes, mas os maiores empresários do ramo tornaram-se verdadeiros barões das mulas*

Pode-se simplificar o ciclo de evolução do tropeiro como sendo ele inicialmente um apresador de gado xucro, tendo depois se fixado como estancieiro (fazendeiro), para finalmente chegar à condição de tropeiro na acepção “empresarial” da palavra, ou seja, o dono da tropa, aquele que contrata os serviços de uma equipe de transportadores para tanger seu gado. Mas, para todos os efeitos, foi o condutor de gado – o que pôs efetivamente a mão na massa, ou o pé na lama – que entrou para a história com a denominação de tropeiro. Nos primórdios do tropeirismo, com as mulas já valendo fortunas, não bastavam as que estavam livres nos campos. Há registros de tropas que se portavam como bandos armados a enfrentar castelhanos criadores de muares para subtrair-lhes o patrimônio. Os tropeiros pioneiros eram ex-bandeirantes vicentistas, além de gaúchos e portugueses que se encontravam dispersos pelos vastos campos do Sul. O “parentesco” entre bandeirantes e tropeiros é assinalado por Sérgio Buarque de Hollanda, que vê em ambos o espírito aventureiro como característica essencial. No extremo Sul, o encontro dos elementos paulista, índio e castelhano nas estâncias e nas tropas foi central para a formação étnica e cultural do gaúcho.

Porém, muitos desses aventureiros sossegaram o facho quando tiveram oportunidade, tornando-se prósperos estancieiros, passando assim a fornecedores das tropas. As primeiras empresas tropeiras eram pequenas e precárias, baseadas na captura de gado sem qualquer planejamento. Com o passar dos anos surgiram verdadeiras corporações, encabeçadas por detentores de postos elevados na hierarquia militar ou com destaque na sociedade civil: capitães, tenentes, comendadores, vereadores, juizes, delegados, bispos... Esses podem ser considerados os capitalistas do tropeirismo, que formaram as maiores tropas com os melhores recursos e planejamento disponíveis. A empresa de João Rodrigues de Macedo, um dos homens mais ricos da colônia em fins do século 18, transportou quatro mil mulas de Viamão a Sorocaba em 1780, o que correspondeu a quase 30% do total negociado no período. Apesar da exploração do trabalho (peões andavam descalços, trabalhavam duro e ganhavam pouco), houve mobilidade social no tropeirismo. Há casos de peões, muitos deles mestiços de brancos com negros ou de brancos com índios, que formaram pequenas caravanas, cresceram e se tornaram, enfim, tropeiros de respeito.



*Um tropeiro bem-sucedido, segundo ponto de vista do pintor Charles Landseer*

## A abertura dos caminhos

*A primeira rota ligou Viamão a Sorocaba, depois se alcançou a região das missões. Nos postos fiscais, os cofres do governo tilintavam*

Nos primórdios do tropeirismo, na virada do século 17 para o 18, o Rio Grande português era uma faixa estreita que ia de Laguna até Sacramento, atual Uruguai. Os campos, repletos de gado, não tinham dono. Neles os animais eram coletados e posteriormente reunidos em currais e invernadas, sendo que a região de Viamão, na Planície Litorânea gaúcha, próxima ao estuário do Rio Guaíba, era o local de maior concentração por volta de 1725. A chamada Estância do Viamão tornou-se assim o principal mercado de animais para a formação das tropas organizadas. Com o tempo a região passou a contar também com estrutura para abate de gado e salga, pois além de mulas, havia demanda por couro e charque nas regiões de mineração. Era dali, portanto, que deveria haver uma ligação com o mercado consumidor. Os caminhos existentes eram precários e arriscados, não permitindo que as tropeadas ganhassem eficiência. A solução era abrir uma estrada.

Foi Bartolomeu Paes de Abreu, um velho bandeirante que virou fazendeiro, dono de uma sesmária nos Campos Gerais de Curitiba, quem propôs ao rei de Portugal a abertura de uma estrada até o Sul. Ele certamente tinha muito a ganhar com uma estrada de tal envergadura cruzando suas terras... O primeiro projeto foi executado por Francisco de Souza Faria, que partiu de Viamão em 1728. Com uma equipe de 98 homens brancos e centenas de índios e escravos, ele seguiu pelo litoral e abriu uma estrada pela mata serra acima, na altura do Morro dos Conventos, em Araranguá, sul de Santa Catarina. Foram dois anos de dureza até alcançar o planalto, a “Vacaria dos Pinhais”, uma imensidão de campos repletos de cavalos, mulas e gado bovino. A bicharada havia chegado até ali graças aos índios tapes – os primeiros vaqueiros da região – e aos jesuítas das missões. Dali Faria seguiu até os campos de Curitiba (o “Sertão de Curitiba” correspondia ao atual planalto catarinense), onde a trilha se adicionava à já existente estrada Curitiba-Sorocaba.

Em 1731 o português **Cristóvão Pereira de Abreu** retificou os ru-



*Ponto de parada das tropas a caminho das minas (Ettore Marangoni)*

### O rei do gado

Cristóvão Pereira de Abreu (1680-1755) era um fidalgo português de nobre ascendência que veio para o Rio de Janeiro aos 24 anos de idade, onde se casou e não teve filhos. Cultivava boas relações, tinha faro para negócios e disposição para o trabalho. Resultado: enriqueceu como poucos em seu tempo. Fez o primeiro grande negócio em 1722, ao arrematar o monopólio de couros do sul do Brasil em troca do pagamento de uma quantia anual à Fazenda Real. Fez a roda da fortuna girar exportando até 500 mil peças de boi por ano pela Colônia do Sacramento. Teve sua própria estância na região de Rio Grande e multiplicou a riqueza explorando o roteiro que abriu até Sorocaba, levando o gado que criava e que conseguia amealhar pelo caminho. Suas andanças deram origem a vilas como Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Capela de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria. Em 1736, com a patente de coronel, ajudou a defender Sacramento do assédio de espanhóis por vários meses. Como prêmio pelos serviços prestados teve direito, por 12 anos, à metade dos impostos cobrados sobre os animais que transitavam pelo caminho das tropas. Em 1752 ainda voltaria ao Continente de São Pedro para ajudar na demarcação dos limites de Portugal na América do Sul. É tido como o homem que colocou o Rio Grande do Sul no mapa econômico do Brasil. O autor Mário Marcondes de Albuquerque o define como o “Daniel Boone brasileiro”. Barbosa Lessa chegou a questionar (ironicamente) se ele realmente existiu, tamanhas foram suas façanhas.

mos traçados por Faria. O trabalho incluiu a construção de centenas de pontes, a disposição de canoas para travessias e outros elementos precários de uma incipiente infraestrutura, mas que serviram para reduzir em vários dias o percurso e tornar a jornada mais segura. No ano seguinte, em 1732, Cristóvão de Abreu voltou a Viamão, onde negociou três mil cabeças de mulas e burros, partindo então para São Paulo pelo roteiro que abria anteriormente. Concluiu os 1.500 quilômetros até Sorocaba em junho de 1734, inaugurando a estrada Viamão-Sorocaba, ou Estrada Real, a rota que ligava o sul e o norte do país. Mas a conhecida – e eficaz – lei do menor esforço acabou por aposentar aquela picada. Era excessivamente desgastante a subida da serra pelo Caminho dos Conventos. O próprio Abreu modificou o traçado da estrada, evitando Araranguá. A partir de Viamão, o novo caminho seguia pelo interior do Rio Grande, passando pelos atuais municípios de São Francisco de Paula, Cambará do Sul e Bom Jesus, para dali chegar a Vacaria, e então retomar o traçado anterior através do Planalto Catarinense e dos Campos Gerais do Paraná, até Sorocaba. Por esses feitos, Abreu é considerado o pioneiro do tropeirismo, com o que fez imensa fortuna.

Com a estrada e a consolidação da atividade, uma grande feira nasceu em Sorocaba, que se tornou o principal centro de compra e venda de animais do Brasil. Era a ponta final de uma já eficiente cadeia produtiva que se estendia do Rio Grande a São Paulo, ao longo de milhares de quilô-

metros de terras do interior. Um dos efeitos colaterais da ocupação de Viamão e dos campos acima da serra foi o esvaziamento das já combalidas vilas do litoral de Santa Catarina, especialmente Laguna. Com o passar dos anos e a exploração intensa dos campos próximos ao litoral, os tropeiros passaram a rumar para sudoeste a partir de Lages, passando por Passo Fundo, Cruz Alta e Santiago, até chegar às missões, a “terra do luar”. A região das missões passara ao controle português em 1750, por força do Tratado de Madri.

Por volta de 1770 foram descobertos os campos de Guarapuava, a oeste dos Campos Gerais, no atual estado do Paraná. O interesse pela região foi grande, pois dali se estabeleceria uma rota diretamente para a região das missões, sem passar por Lages. A essa altura, a posse definitiva dos campos pelos portugueses estimulava a colonização dessas áreas. As lutas entre colonizadores e o exército contra os índios xocréns e outras etnias (denominados “bugres” pelos colonizadores) foram ferozes, até que os nativos foram dizimados. Somente no século 19 abriu-se um novo eixo para os tropeiros. Na altura de Ponta Grossa a rota desviava para oeste, até Guarapuava e Palmas (PR), passando por Chapecó (SC) e chegando a Santo Ângelo, no coração das missões. Para os tropeiros foi como ter uma estrada duplicada, novinha, à disposição. No trajeto havia apenas campos, sem matas fechadas ou desfiladeiros.

Quaisquer que fossem os caminhos percorridos, os cofres portugueses tilintavam à passagem da burrada ou da vacada. Em 1734, logo após a abertura da primeira estrada de tropas, foi criado o registro de Curitiba, às margens do Rio Iguaçu, para cobrar os direitos de passagem de animais do Continente do Rio Grande para São Paulo. Com o primeiro posto fiscal iniciou-se imediatamente a burla, por isso a ordem da Fazenda Real era para que os fiscais mantivessem vigilância nos campos e ao longo dos rios. Em 1737 foi instalado o registro de Viamão, e em 1750 o cerco se apertava com o registro de Sorocaba, onde a feira começava a se organizar, para conferência das guias das tropas retiradas em Curitiba.

Em 1756, uma tungada forte: Lisboa, a capital portuguesa, fora arrasada por um terremoto de 1755. Para financiar sua reconstrução a Coroa resolveu buscar recursos na colônia, criando mais um imposto sobre as tropas. A taxa deveria vigorar por 10 anos, mas foi cobrada até 1892 – era um equivalente às atuais contribuições provisórias, que durou 136 anos, sobrevivendo à independência e à República. Mais tarde, outro registro financeira a ocupação de Guarapuava. O negócio era tão sério que diante da iminência da emancipação da província do Paraná, em 1853, São Paulo fechou o registro de Curitiba, para não haver chance de sua apropriação

por parte da nova província, e o instalou posteriormente em Itararé. No início dos anos 1840 os tributos das tropas correspondiam a 30% do total arrecadado pela já importante província.

*Área do Planalto  
Catarinense, antigo local  
de passagem de tropas*



## As tropas da integração

*O lucro dos tropeiros integrou as regiões que compõem os estados do Sul, propiciando o surgimento de várias cidades e realizando sua ligação econômica com o restante do país*



*Mulas xucras viajavam até 1.500 quilômetros para chegar à feira de Sorocaba e serem adestradas*

As mulas sulinas serviram como meio de transporte durante mais de 200 anos, andando de cima para baixo durante o período colonial, o império brasileiro e a república, sendo importantes até os primeiros anos do século 20. As chamadas mulas arriadas ou de carga, treinadas para transportar mercadorias, eram as equivalentes dos caminhões atuais, e antecederam as ferrovias do século 19. De início faziam o roteiro Minas-litoral-Minas, no leva e traz de mercadorias do Ciclo do Ouro – ouro e pedras preciosas para exportação, artigos importados e víveres produzidos na planície costeira para os mineiros. Com o tempo esse tipo de atividade se generalizaria pelo Brasil Central e pelo sul, mas não foi esse o tipo de tropeirismo característico da região Sul. Quem se dedicava ao comércio no lombo de mula sequer era reconhecido como tropeiro: eram os almocreves e os bruaqueiros.

No tropeirismo sulino típico as mulas não levavam mercadorias. Elas próprias, as mulas xucras, eram as mercadorias. O gado muar (equino e bovino em menores quantidades) era levado até os centros de comercialização, notadamente a Feira de Sorocaba. Lá, então, por meio de uma estrutura de serviços especializada em domar e treinar os animais para revenda, as mulas passavam da condição de xucras para bestas de carga. A feira era o momento em que os tropeiros realizavam seus lucros. Uma mula podia valer 40 vezes mais do que uma vaca, mas custava 25 vezes menos do que um escravo homem adulto. Em meados do século 19, a formação de uma tropa de 500 mulas custava 12 contos de réis. Em Sorocaba, o lote valia até 30 contos. Ao longo dos 147 anos que durou a feira (1750-1897) calcula-se que três milhões de mulas foram comercializadas, sem contar o produto de contrabando que chegou lá. Não há contas precisas, mas é certo que toda essa movimentação econômica gerou fortunas para criadores, negociantes e a coroa portuguesa. Fez mais que isso: colocou os bravos transportadores na história e algumas das principais cidades da região Sul no mapa.

Tanger o gado por mais de mil quilômetros e fazê-lo chegar em boas condições não era tarefa prosaica. A viagem entre Cruz Alta e Sorocaba, de cerca de mil quilômetros, durava cerca de 60 dias, mas há relatos de invernadas de quase um ano em localidades como Lages, Lapa, Castro ou

Jaguariáiva. As invernadas eram uma espécie de banho de loja das mercadorias: os animais descansavam e ganhavam peso para chegarem mais atraentes a Sorocaba. A maioria das tropas era formada por 300 a 800 mulas, embora existissem caravanas pequenas e outras com 3 mil animais. A tropa média envolvia de oito a 10 homens: dono da tropa, capataz, madrinheiro, cozinheiro e peões (camaradas). O madrinheiro tinha função peculiar: era o responsável pela madrinha, a mula mais velha e calma, já conhecida de outros animais, que ia à frente guiando a tropa. Mas quem ia ainda mais à frente era o cozinheiro, que chegava antes às paradas para **preparar a refeição**.

Os tropeiros seguiam o curso dos rios e transitavam pelos campos, locais mais abertos e ricos em pastagens. A paisagem dominante era a mata de araucárias entrecortada por campos naturais em Cruz Alta, Passo Fundo e Vacaria (RS); Lages, Campos Novos, Curitiba e Canoinhas (SC) e Palmas, Guarapuava, Lapa, Castro, Palmeira e Curitiba (PR). A viagem, entretanto, não era um passeio. Havia ataques de saqueadores e índios. Trechos estreitos permitiam a passagem de apenas um animal por vez, e a mata fechada de Lages era desafiadora. As chuvas transformavam regatos em rios caudalosos e criavam atoleiros. Pontes danificadas exigiam a travessia em balsas improvisadas ou por vaus nem sempre seguros, provocando perdas humanas e de animais. A jornada iniciava-se ao raiar do dia e terminava do meio para o fim da tarde. Antes do cair da noite era aceso o fogo e erguida uma tenda com couros. Chamavam o local de encosto. Ou de rancho, quando já havia alguma estrutura montada para a armação das tendas.

Com o passar dos anos e o aumento da organização do caminho das tropas as paradas diárias aconteciam em pontos fixos, pertencentes a fazendeiros, com água, pastagem

### Vidas rústicas

A comida das tropas tinha que ser apropriada para longas viagens (longo prazo de validade sem refrigeração) e com bom teor de gordura para repor a energia dos viajantes. O básico era o famoso feijão tropeiro, uma mistura de feijão quase sem molho com toucinho e carne seca em pedaços. Como guarnição, farofa à base de farinha de mandioca ou de milho e couve picada. Também gostavam de paçoca, pimenta-do-reino e café. Nada impedia que as refeições andassem junto com as tropas. Algumas delas levavam bois que iam sendo abatidos pelo caminho, fornecendo carne fresca. Sobre o uso e abuso da "marvada", há controvérsias. Para alguns autores a cachaça só era consumida em dias especiais ou muito frios, para combater resfriados, aliviar picadas de insetos e desinfetar feridas. Segundo outras referências, o "trago" era sagrado após as refeições e pelas manhãs, quando os tropeiros costumavam acompanhar o café com um gole de pinga para "limpar o organismo". Os trajés dos chefes das tropas e capatazes eram apropriados às intempéries: chapéu de feltro com as abas viradas, camisa de pano forte e manta sobre o ombro. O mais importante eram as longas botas de couro flexível, que chegavam até ao meio das coxas, para proteção nos banhados e matagais. Dentre os acessórios destacam-se o facão sorocabano, largo e de ponta curva, e a guaiaca, um cinto de couro com vários compartimentos. O figurino variava conforme a origem do tropeiro – os gaúchos, por exemplo, não abriam mão da pilcha, sua indumentária típica. Já os peões, ou "camaradas", não andavam tão equipados. Cobriam-se de panos rotos, andavam descalços ou, no máximo, calçavam alpercatas de couro.



*Refeições calóricas repunham as energias dos viajantes*

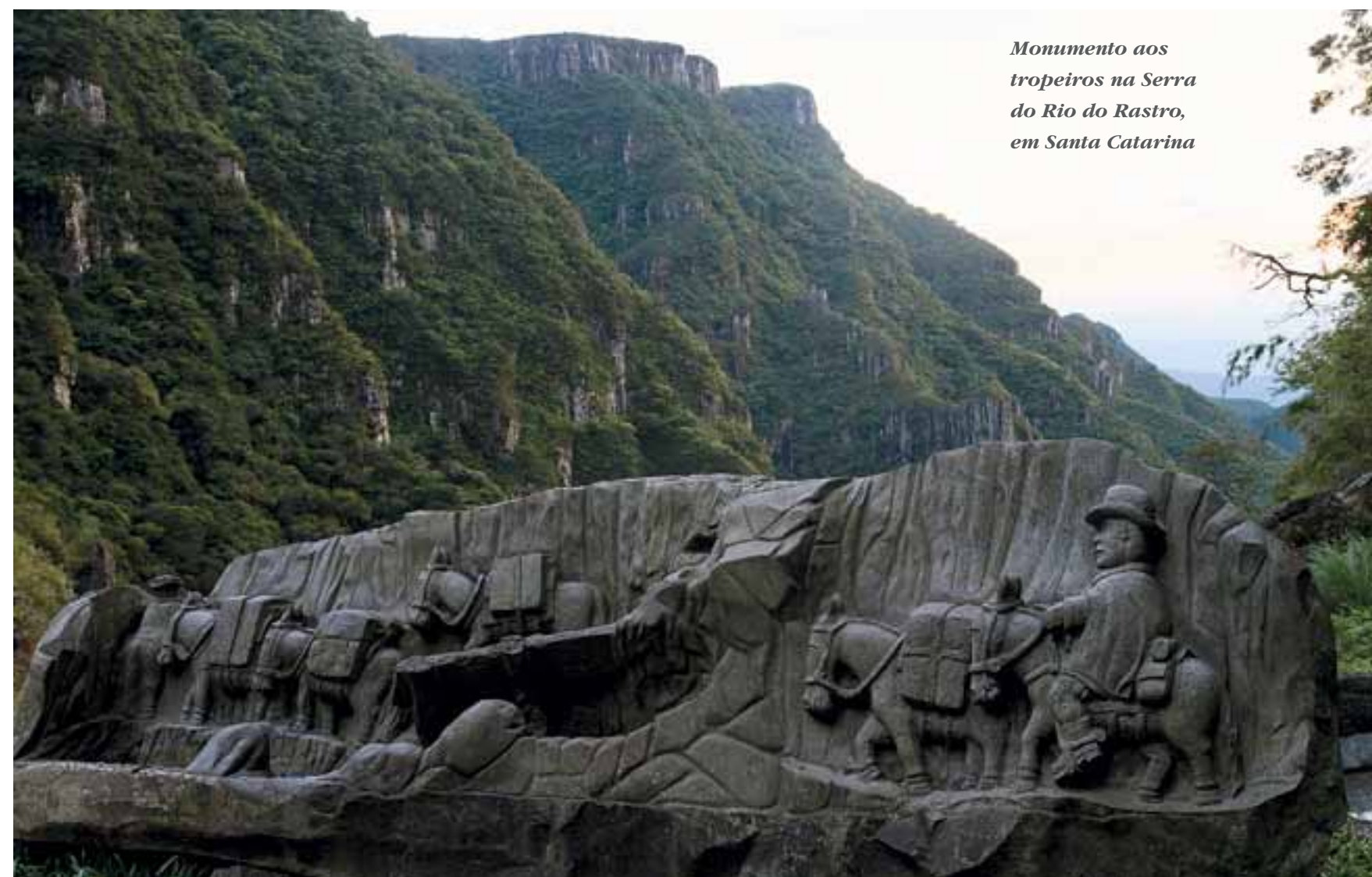


*Sinetas da mula “madrinha”, a guia da tropa, e equipamentos de montaria dos tropeiros*

e acidentes naturais como rios ou encostas que ajudavam a contenção das tropas. Nos Campos de Curitiba se organizou uma grande área para invernações. Os ranchos evoluíram para vendas, que ofereciam feijão, farinha, carne seca e milho para os animais. Daí se converteram em lojas de utilidades para os tropeiros. Muitos dos produtos vendidos eram produzidos pelas fazendas ou por roceiros que se estabeleciam nas proximidades do pouso. Assim ia se formando um pequeno povoado que depois evoluiria para vila e para cidade.

Diferentemente das cidades que cresciam ao redor da igreja, as cidades do tropeirismo cresciam às margens da estrada ou rota usada pelos tropeiros. Esta se tornaria quase sempre, no futuro, a avenida central. Dentre as cidades que surgiram no rastro do tropeirismo podem-se citar Carazinho, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Vacaria e Bom Jesus, no Rio Grande do Sul; Lages, Campos Novos, Curitibaanos e Mafra, em Santa Catarina, e Rio Negro, Lapa, Palmeira, Carambéi, Ponta Grossa, Campo Largo, Castro, Jaguariaíva e Pirai do Sul, no Paraná. O comércio promovido pelos tropeiros na região de Curitiba fez a vila passar Paranaguá em importância, tornando-se sede da comarca em 1812 - o Paraná era então uma comarca de São Paulo. A atual rodovia BR-116, que liga São Paulo a Porto Alegre passando por Curitiba (PR), Lages (SC) e Vacaria (RS), possui um traçado que se aproxima da Estrada Real em vários trechos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Além do desenvolvimento econômico, os caminhos dos tropeiros também tiveram importância militar, fosse para apoio às localidades do Sul constantemente atacadas pelos espanhóis no século 18, fosse para o trânsito de tropas envolvidas nas guerras externas e revoluções internas que chacoalharam o Sul do Brasil no século 19. Tudo considerado, o tropeirismo foi um importante fator de integração da região Sul e de sua ligação com o restante do país.



*Monumento aos tropeiros na Serra do Rio do Rastro, em Santa Catarina*

### **Do café à decadência**

As mulas atravessaram o século 18 e seguiram firmes no 19, quando já se encerrara o Ciclo do Ouro e se iniciava o Ciclo do Café, causador de profundas transformações na economia brasileira. Como no caso do ciclo anterior a região Sul não participou diretamente do Ciclo do Café (exceção para o norte do Paraná), mas foi importante como fornecedora de insumos. Dessa vez o principal produto era o charque produzido no Rio Grande do Sul, item fundamental para a alimentação dos escravos que trabalhavam nas lavouras paulistas. A mercadoria seguia no lombo de mulas arriadas (de carga) pelos mesmos trajetos das tropas originais. O comércio de animais xucros para doma em São Paulo ainda ficaria ativo por todo o século 19. As mulas fornecidas pelos tropeiros cumpriam mais ou menos as mesmas funções de antes, mudava apenas a mercadoria. Em fins dos anos 1830, o cientista francês Saint-Hilaire contou que viu

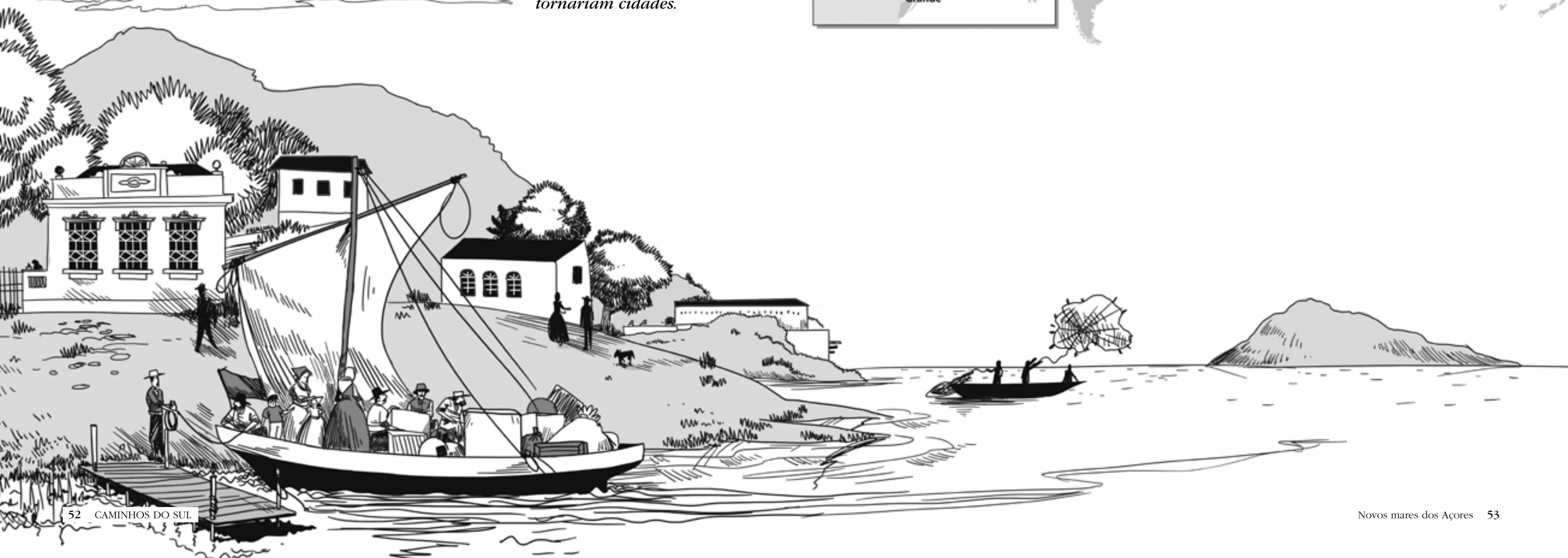
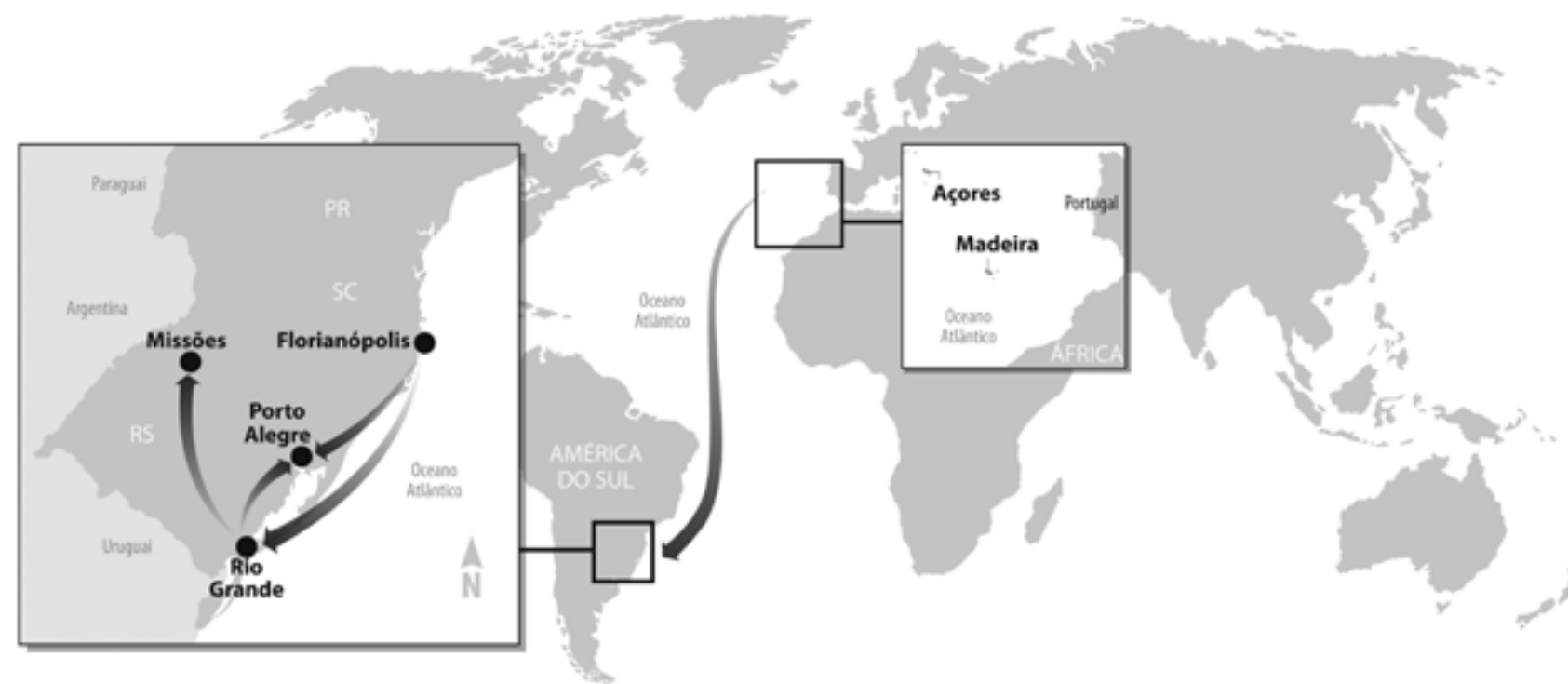
chegarem diariamente no porto de Santos centenas de mulas carregadas de mercadorias (café), serem descarregadas e depois carregadas novamente para levarem até São Paulo produtos que chegavam de todas as partes do mundo. Situação semelhante era observada no Rio de Janeiro. Na última década do século 19 ainda se realizavam tropas de mulas saídas do Rio Grande do Sul com destino a Sorocaba, mas elas eram cada vez mais escassas. A construção das estradas de ferro nas décadas de 1860 e 1870 vinha tirando o mercado dos mares, cujo trabalho se restringia ao transporte de cargas a partir das estações ferroviárias. A feira de Sorocaba terminou em 1897. Ainda assim o tropeirismo resistiu em algumas regiões até depois de 1950. Mesmo encerrado ele ainda movimentava a economia: roteiros turísticos elaborados a partir das rotas dos tropeiros atraem visitantes a diversas cidades dos três estados do Sul.

# Novos mares dos Açores

*Quando a presença portuguesa no Sul  
enfrentava sérios percalços, a vinda de*

*colonos açorianos inaugurou um novo ciclo de ocupação. O negócio era  
tomar posse das terras em litígio com a Espanha a partir da fixação de  
famílias que se organizavam na base da subsistência. O processo não gerou  
grande desenvolvimento econômico - nem era esse o principal objetivo - mas*

*foi essencial para a consolidação de vastas áreas do  
litoral e do interior; incluindo a fundação  
de dezenas de povoados que se  
tornariam cidades.*



## Missão: ocupar e defender o Sul

*Em meio à disputa pelas fronteiras e diante da instabilidade da ocupação do Brasil Meridional, a Coroa investiu no envio de colonos das ilhas dos Açores e da Madeira*

Após o fim da União Ibérica (1580-1640), que enlaçava Portugal e Espanha sob o domínio da última, os portugueses, com a moral elevada, decidiram garantir e expandir seus limites na América voltando-se para o Sul. Um objetivo era avançar até o Rio da Prata, domínio dos espanhóis e porta de entrada para os Andes e suas riquezas minerais. Além de buscar acesso às minas de prata, queriam estabelecer linhas de contrabando com a região – o comércio com os portugueses ali era proibido. Os alvos em questão representavam terras para muito além do que caberia a Portugal segundo o Tratado de Tordesilhas. Mas o traçado do tratado era alvo de acaloradas disputas, e os portugueses estavam, de qualquer jeito, dispostos a forçar a barra para fincar o pé em novos territórios.

Havia ainda o objetivo de ocupar efetivamente as terras que lhes eram garantidas pelo Tratado de Tordesilhas em seu entendimento original – o que estava a leste de Laguna pertenceria a Portugal. Tais terras foram distribuídas como capitania hereditária no século 16 a Pero Lopes de Souza, mas nem ele nem seus descendentes se dignaram a dar um bom destino ao presentão que receberam, na forma de investimentos em ocupação e desenvolvimento de atividades econômicas. A descoberta de ouro de aluvião (encontrado nos leitos e barrancos de rios) em Paranaguá, no litoral do Paraná, em 1646, atraiu paulistas, que se fixaram também na região de Curitiba. Era uma das primeiras descobertas de ouro no Brasil. Tal fato animou a Coroa a ir mais adiante.

Portugal incentivou bandeiras colonizadoras para ocupação efetiva de antigos núcleos de povoamento em Santa Catarina. O objetivo desses bandeirantes não era primordialmente o de escravizar índios, como faziam seus congêneres que atuavam nos campos meridionais detonando as missões jesuíticas espanholas. A ideia era que se povoasse o litoral, se desenvolvesse a agricultura e se fornecessem recursos às forças militares que se mantinham ou se deslocavam para a região.

Assim, com a autorização (motivada por uma boa indenização) dos herdeiros de Pero Lopes de Souza, saíram de São Vicente as bandeiras que fundaram São Francisco do Sul (1658), N. S. do Desterro, atual Florianópolis (1675), e N. S. dos Anjos de Laguna (1676). O maior feito lusitano,



*Laguna, por onde passava a linha de Tordesilhas: portugueses queriam ultrapassar seus limites*

entretanto, seria um misto de ação militar e comercial que culminou com a fundação de Colônia do Sacramento em 1680, um posto avançado no meio das terras espanholas, às margens do Rio da Prata.

Estabelecido o novo contexto de povoação e ocupação militar, sobrevieram os problemas. O isolamento nos vilarejos era quase total. Não havia ouro, a produtividade da agricultura era baixa e as possibilidades de comércio pequenas. Ao invés de

chegar mais gente, a população diminuía, pois o exército recrutava os jovens. Em Desterro, o despovoamento se deveu ao ataque de corsários, que trucidaram **Dias Velho, seu fundador**. No século 18 o ouro paranaense escasseou e, com a descoberta de ouro na região central do Brasil, os mineradores do litoral e de Curitiba debandaram. As demandas das novas minas valorizaram o gado encontrado nos campos do Sul (ver capítulo 3), deslocando a população do litoral. Houve forte migração de Laguna para Viamão, onde se organizaram fazendas de gado a partir de 1730. Já na distante Colônia do Sacramento, como era de se esperar, houve reação

*Casa açoriana em Santa Catarina: coroa incentivou vinda de jovens e crianças*



### Vingança do pirata

Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, foi fundada oficialmente em 1726, quando se desmembrou de Laguna e foi elevada à condição de vila. O fundador do povoado, entretanto, foi o bandeirante Francisco Dias Velho, que se estabeleceu na ilha em 1675. Até então desertores marítimos e náufragos habitavam o lugar, na companhia de índios. Dias Velho chegou com sua família – mulher, dois filhos e três filhas –, uma família agregada, padres da Companhia de Jesus e um grupo de índios domesticados – consta que eram mais de 500 carijós, capturados ou convertidos ao cristianismo em suas andanças desde São Vicente (SP), sua terra natal. O capitão-mor da ilha, aliás, era conhecido por ser um implacável caçador de índios. Mas mais do que isso, passou à história como o organizador da vila do Desterro, que construiu no entorno da pequena igreja que erigiu no local onde hoje se encontra a catedral metropolitana.

Dias Velho foi também o defensor da ilha, constantemente assediada. Nessa função ele selou seu destino. Em 1686 atracou em Canasvieiras, uma praia ao norte, um navio pirata carregado de prata, vindo do Peru. Os intrusos foram expulsos por Dias Velho, que ficou com a carga. Há controvérsias entre historiadores se tratava-se do inglês Robert Lewis ou do holandês Tomas Frins. Mas o fato é que o homem voltou no ano seguinte para recuperar seu butim e vingar-se. A vila foi parcialmente destruída, as filhas virgens de Dias Velho foram violadas e o velho bandeirante, de 65 anos, foi assassinado dentro da igreja. Os sobreviventes retornaram a São Paulo e a ilha ficou às moscas por décadas.

## Fortalezas não muito fortes

O homem escolhido para estabelecer o sistema defensivo do Sul do Brasil tinha um currículo respeitável. O brigadeiro José da Silva Paes, nascido em Lisboa e tendo servido nos Açores, estivera à frente da construção das fortificações do Rio de Janeiro, Santos, Colônia do Sacramento e Rio Grande quando assumiu o governo de Santa Catarina em 1739, com sede em Desterro. Deveria projetar e construir na Ilha de Santa Catarina um conjunto de fortes capaz de rechaçar os intrusos que por ali se insinuavam, por volta de 1740. Estratégica, a Ilha era o último bom porto de abastecimento para embarcações que seguiam para o Rio da Prata. As fortalezas nas ilhotas de Anhatomirim e de Ratonas e a de Ponta Grossa, na própria Ilha de Santa Catarina, formavam um triângulo defensivo ao norte, e a de Araçutuba protegia o sul. Posteriormente mais sete fortificações seriam construídas. A engenharia de Silva Paes foi muito criticada, e chegou-se a dizer que ele estaria mais para arquiteto militar do que para engenheiro. Ao contrário das convenções de então as fortalezas tinham muralhas baixas, ficando expostas, mas como uma bela vista para o mar. Por isso estariam mais para resorts, dizem os críticos. Não ajudou para a reputação dos fortes o fato de os canhões do triângulo defensivo não serem capazes de cruzar o fogo entre si, deixando um canal livre para a passagem de embarcações inimigas. O sistema foi posto à prova em 1777 (no fim do período das invasões espanholas iniciado em 1763) e negou fogo. Em fevereiro, espanhóis tomaram Desterro sem resistência, num episódio humilhante para os portugueses, que fugiram amedrontados. O Tratado de Santo Ildefonso, assinado no mesmo ano, devolveria a ilha a Portugal, porém com o compromisso de que ela não seria mais base naval para guerra ou comércio. De todo modo o brigadeiro Silva Paes entrou para a história como o estruturador do Brasil Meridional.



*Forte Santana, em Florianópolis: defesa de ponto estratégico*

espanhola e era preciso resguardar o enclave estratégico.

Diante das dificuldades, os portugueses articularam um plano para criar uma linha de defesa para proteger a Colônia do Sacramento, já que a manutenção de relações comerciais heterodoxas na região – toleradas por Lisboa – era de grande importância para os luso-brasileiros. Os assédios espanhóis eram constantes. Portugal criou então, em 1736, a freguesia de São Pedro do Rio Grande, que se subordinaria à capitania de Santa Catarina, desmembrada de São Paulo em 1737. A governança na região era essencialmente militar. Foi nomeado governador de Santa Catarina o brigadeiro José da Silva Paes, que se incumbiu de erguer fortificações em Desterro e na barra do Rio Grande, atual cidade de Rio Grande (RS). Assim Santa Catarina constituiu-se num posto avançado da soberania portuguesa na América do Sul, com Desterro, a capital, localizada estrategicamente entre o Rio de Janeiro e a Colônia do Sacramento.

A ocupação militar, entretanto, não seria suficiente. Havia necessidade de se criar uma boa estrutura social e econômica que desenvolvesse e ao mesmo tempo guarnecesse o local. E isso se faz com gente, com proprietários de terras com vontade de trabalhar e prosperar. Essa modalidade moderna de imigração, com a fixação de famílias ao solo, ganhava força nas altas esferas decisórias de Portugal. Mesmo porque

havia muito mais em jogo do que a defesa da Colônia do Sacramento. Para se posicionar nos embates sobre terras com outras nações, Portugal evocava o princípio internacional chamado *uti possidetis*, segundo o qual a posse era direito de quem se estabelecesse primeiro. Mas onde arrumar gente suficiente?

Era hora de fazer as ligações certas entre os vasos comunicantes do vasto império de Portugal. Nas ilhas dos Açores e da Madeira havia tanta gente que os recursos naturais já não eram capazes de sustentar os patricios. **Passava-se fome por lá.** Açorianos e madeirenses, de seu lado, clamavam por alternativa à sua miséria desde meados do século 17. O interesse, portanto, era mútuo. Em 1742 Silva Paes solicitou que viessem os colonos. O primeiro edital de convite à imigração para o litoral sul do Brasil foi publicado em 31 de agosto de 1746. O rei Dom João V encantou os ilhéus com promessas de terras férteis e gado, e peixe em abundância, além do fim da indigência nos Açores.

Dentre as mordomias oferecidas aos colonos incluía-se o transporte grátis desde os Açores até os sítios que receberiam na América do Sul, uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas brocas para madeira, uma serra, sementes, duas vacas e uma égua. No primeiro ano teriam direito ainda à farinha necessária ao sustento das famílias, que se crescessem poderiam pleitear mais terras para cultivar. Como se vê, o modelo de colonização adotado privilegiou a vinda de casais jovens e crianças. Prometeram-se mundos e fundos, mas muita coisa ficou só na promessa, com se verá adiante.

*Angra do Heroísmo, Ilha Terceira dos Açores: ponto de partida dos migrantes*



## Vida apertada nas ilhas

O arquipélago dos Açores é formado por nove ilhas – São Jorge, Terceira, Faial, Pico, São Miguel, Graciosa, Santa Maria, Flores e Corvo. Foi povoado pelos portugueses a partir de 1439, tendo recebido principalmente cristãos novos, os judeus convertidos para escapar à perseguição religiosa. Sua ocupação foi organizada nos moldes de capitanias hereditárias, sistema que seria replicado no Brasil. Na época dos Descobrimentos as ilhas serviam como ponto de abastecimento dos navios, e por lá se cultivava cereais e criava-se gado. Mas a população cresceu demais, exorbitando os limites físicos das ilhas. Em quatro delas, segundo historiadores, a população no século 18 era maior que a de hoje em dia. Devido a decisões erradas dos donatários, que se voltaram à exportação de produtos agrícolas sem fortalecer a economia interna das ilhas, o crescimento das riquezas não acompanhou o demográfico, e veio uma grande crise. Por volta de 1740 começou a faltar comida. Os açorianos também estavam cansados das intempéries que os assustavam, como tremores de terra e erupções vulcânicas. Muitos foram embora ilegalmente para o Brasil, tendo indo parar desde o Maranhão até Colônia do Sacramento. O fomento à imigração juntou a fome com a vontade de comer. O rei passou por benevolente, resolvendo o problema de milhares. E assim angariou grandes contingentes humanos para operar sua política de *uti possidetis* na América do Sul.

## Em sintonia com o oceano

*Imigrantes levaram calote e sofreram para se adaptar na roça, tendo que aprender com os índios. Mas no mar catarinense se identificaram com sua “terrinha” e foram felizes*

Era o Dia de Reis (6 de janeiro) do ano da graça de 1748 quando chegaram à Ilha de Santa Catarina os primeiros 461 imigrantes açorianos, após enfrentarem uma terrível viagem de 8 mil quilômetros que durou três meses a bordo de duas galeras, em condições insalubres. Nessa primeira leva vieram 85 casais com seus filhos, agregados e dois padres. Certamente a chegada em terra firme foi um alívio para os sobreviventes – consta que nessa primeira jornada 12 morreram. Alguns aspectos das viagens dos Açores são comparados por autores às condições encontradas nos navios negreiros. O tratamento dispensado aos açorianos era evidentemente melhor que o obtido pelos escravos – afinal, eram convidados do rei para habitar a Colônia – mas nem por isso estavam livres de desgraças como o Mal de Luanda (escorbuto). E não era só. A água potável nas galeras era escassa mas a umidade nas embarcações era alta, causando problemas respirató-

*Pescadores de Florianópolis: cultura açoriana fortaleceu a atividade no litoral catarinense*



rios. A falta de comida fresca, de frutas, legumes e de vitaminas causava fraqueza e muitos padeciam de febres, infecções intestinais, pneumonias, crises de fígado e avitaminose. Para piorar, homens e mulheres viajavam separadamente, mesmo que formassem casais. Eram as regras dos transportadores, que os pobres açorianos cumpriam à risca, sonhando com a “terra das promessas”.

O modelo adotado era o de imigração em massa. Alistaram-se para ir a Santa Catarina cerca de 7 mil açorianos e 2 mil madeirenses. Consta que ao final das contas vieram 6 mil pessoas, no total. A maioria era gente pobre. Os homens, lavradores (tinham no máximo 40 anos), e as mulheres só conheciam a lida doméstica (não passavam de 30 anos). Ocuparam primeiramente a Ilha de Santa Catarina, e depois seu entorno continental até Laguna. A estratégia de ocupação obteve êxito: entre 1748 e 1756 os açorianos fundaram seis freguesias (comunidades organizadas) na capitania de Santa Catarina, duas vezes mais do que se havia feito nos 150 anos anteriores. As primeiras freguesias foram as de Santo Antônio e Lagoa da Conceição, na ilha, e São José, São Miguel, Enseada do Brito e Santana da Vila Nova no continente. Depois, até o século 19, os “domínios” açorianos em Santa Catarina se estenderiam desde Itajaí, no litoral norte, até os Campos de Santa Marta, ao sul de Laguna, englobando ainda regiões a oeste de Desterro, como as localidades de Santo Amaro, Angelina e São João Batista. Muitos foram também para o Continente de São Pedro do Rio Grande.

Mas para os açorianos nem tudo saía como planejado – ou prometido. As sesmarias, os lotes de terra que receberiam para cultivar e criar raízes, foram subfaturados, confirmam registros da época. O tal do quarto de légua especificado no edital do rei poderia se transformar em um torrão, a depender das circunstâncias. Consta que não havia gente habilitada a

*Traços da arquitetura açoriana são encontrados nas velhas freguesias*



### Sem dinheiro e enfardados

A “terra das promessas” reservava muitas surpresas para os imigrantes vindos de lugares distantes. Uma das promessas de D. João V era que os bons colonos estariam dispensados do serviço militar, para trabalhar livremente e enriquecer nas terras generosamente concedidas pelo rei. Pois qual não terá sido a surpresa daquela gente ao chegar e se deparar com a cobrança de impostos contra o recrutamento para as tropas. Isso queria dizer, em bom português, que aqueles que não possuíam dinheiro – a maioria deles – e que tinham idade e condições adequadas tinham que servir às armas da Coroa ali mesmo, sem choro. E

assim o faziam os jovens açorianos, lotados na Companhia de Ordenanças, onde ficavam por oito anos. Após o período de caserna voltavam para os locais de origem ou engajavam-se em outras missões. Grande parte dos portugueses que foram enviados para a defesa do território do Rio Grande do Sul no período das invasões espanholas (1763-1777) era natural dos Açores. Esses fatos, para muitos historiadores, fazem crer que o objetivo central da colonização açoriana no Sul era reforçar o poderio militar, sendo que o desenvolvimento socioeconômico era apenas uma base de sustentação para as forças armadas.



*Festa do Divino Espírito  
Santo: manifestação ainda  
presente no litoral*

realizar medições precisas e nessa confusão muita gente foi lograda, recebendo menos do que deveria. Havia também os casais que topavam um pedaço menor de chão desde que ficassem próximos uns dos outros, mantendo o sentido de comunidade que trouxeram das ilhas distantes. Nos Açores predominavam os minifúndios, devido,

entre outros motivos, à absoluta falta de espaço. Em Santa Catarina não havia empecilhos à sua expansão territorial, porém eles tenderam a se concentrar nas póvoas originais.

Os problemas logo se acumularam. A quantidade de éguas e vacas que receberam, assim como no caso das terras, se revelou bastante inferior ao prometido, atestam documentos da época. Se eles se envolvessem em escaramuças com os índios poderiam ficar em maus lençóis, pois as espingardas que receberam do governo estavam velhas e enferrujadas. A terra era infértil, muito diferente do solo vulcânico excelente para a agricultura existente no Arquipélago dos Açores. Os areais e mangues da costa catarinense não se prestavam ao cultivo do precioso trigo, cujas sementes os colonos receberam mas logo no primeiro ano se mostraram inúteis. A solução foi aprender com os índios que ainda andavam por ali. Para eles, a base da sobrevivência era a mandioca, que crescia abundantemente no areão e que beneficiada dava uma excelente farinha. Os

*Santo Antônio de Lisboa, em Florianópolis: uma das primeiras freguesias açorianas*



açorianos passaram a dedicar-se à atividade desenvolvendo tecnologia para **engenhos**.

A agricultura praticada pelos açorianos em Santa Catarina era bastante primitiva, de baixa produtividade, realizada sem o uso de arado e de adubação – a exceção neste último caso foi o trigo, cultura importante demais para ser abandonada completamente após os primeiros fracassos e a “descoberta” da mandioca. De resto, a prática mais comum era uma espécie de policultura meio caótica que englobava mandioca, arroz, cana-de-açúcar e, em menor escala, milho, algodão, café e trigo, além de frutas como a banana e a laranja. A técnica para o café utilizada na Ilha de Santa Catarina era a do sombreamento, que tornou famoso o produto local pela alta qualidade. Hoje em dia a técnica de sombreamento é utilizada para a produção de cafés especiais, mas não mais em Santa Catarina.

Se a terra firme trazia um bocado de dor de cabeça, o mar tornou-se uma fonte de alegria e desenvolvimento para os açorianos, passados os traumas das penosas viagens de vinda. Os mares do sul em muito se assemelhavam ao seu oceano natal, oferecendo comida farta e uma importantíssima identidade cultural. Não foi por acaso que em várias comunidades a pesca se tornou uma atividade mais importante que a agricultura. Possivelmente está aí a origem do fato de que, hoje em dia, Santa Catarina, com seu vasto litoral, é o maior produtor de pescados do Brasil. Coincidiu ainda com a chegada dos açorianos o desenvolvimento de armações para caça de baleias no litoral catarinense, atividade à qual muitos colonos se dedicaram, dando origem a uma cultura de construção naval que persistiu até os dias atuais.

As raízes culturais açorianas também foram mantidas com a construção de várias igrejas no seio das comunidades, sob a supervisão de padres vindos dos Açores. A igreja, aliás, compunha a famosa trinca de elementos fundamentais da aglomeração ao estilo português: praça quadrada, igreja e ruas convergentes. Se a vida material não era tão farta, a vida espiritual era intensa, repleta de manifestações religiosas e folguedos até hoje presentes no litoral catarinense.

*Engenho de farinha: obtenção da  
consistência ideal do produto*



#### **Farinha em família**

Para se chegar à fórmula da farinha de mandioca típica de Santa Catarina, mais fina que as demais, ideal para a confecção do pirão de peixe, do pirão de água e outras iguarias, os imigrantes açorianos realizaram adaptações e inovações tecnológicas. Traziam de sua terra natal as técnicas de moagem de grãos em moinhos de vento usando o trigo. Alguns dos princípios foram utilizados para processar (ralar, secar e torrar a farinha) a nova matéria-prima, a mandioca, utilizando um outro tipo de força motriz, o boi. Com o uso de pesadas peças de madeira entalhadas à mão conseguiram a consistência do produto que se tornaria uma marca registrada local. Havia também na ilha engenhos capazes de moer cana-de-açúcar para a produção de açúcar e cachaça.

Os engenhos catarinenses eram empreendimentos familiares, menores e com a divisão de trabalho muito mais simples do que os existentes do Nordeste, de caráter mais “empresarial”, só que lá as moendas eram penosamente movidas por escravos. Os engenhos da ilha eram, em muitos casos, a própria morada da família, que se organizava em torno do conjunto motriz para que o dia a dia e suas necessidades não atrapalhassem a produção. À medida que algum dinheiro entrava iam sendo feitos “puxadinhos” de quartos anexos e outras peças, ou até se podia ambicionar ter uma casa separada. Nas áreas rurais o engenho estava presente em quase todas as propriedades, e o estilo das construções era o famigerado pau a pique. Por isso a Ilha de Santa Catarina já foi amplamente tomada por roças de mandioca. Somente na segunda metade do século 20 a produção recuou, permitindo a regeneração natural de muitas áreas devastadas.



*Captura de baleia em Santa Catarina: hoje o litoral é área de preservação*

### A economia das baleias

Até o século 19 as baleias eram consideradas tesouros marinhos, no sentido mais material da palavra tesouro. Seu óleo era destinado à iluminação pública e de casas, e também para fazer sabão; as barbatanas serviam à confecção de espartilhos e guarda-chuvas; o couro era aproveitado e a gordura serviria até de argamassa para construção. De uma única baleia extraíam-se 16 pipas de óleo, ou quase 7 mil litros. Caçá-las e beneficiar sua carcaça era uma atividade econômica importante em diversas regiões litorâneas. As armações – estruturas de recebimento de baleias e cozimento da gordura para obtenção do óleo – eram exploradas sob concessão da Coroa, que lançou um plano de incentivos para a atividade. A primeira em Santa Catarina, de 1746, foi do português Tomé Gomes Moreira. Era a Armação da Piedade, no atual município de Governador Celso Ramos. Outras pipocaram ao longo da costa, cujas enseadas e baías favoreciam os empreendimentos.

A principal estrutura da armação era a casa dos tanques, onde os bichos, depois de retalhados, eram cozidos. Em volta ficavam as casas do administrador, dos baleeiros e dos feitores de escravos, além das senzalas. Nas proximidades mantinham-se roças de subsistência. Muitos açorianos dedicaram-se à atividade, apoiados em sua vasta experiência marítima. Saíam para o mar nas baleei-

ras, embarcações movidas a vela e remos, existentes até hoje na pesca artesanal. Perseguiam e atacavam as baleias com arpões de ferro, mantendo-as presas à lancha por várias horas. Quando cansava de lutar, o animal era puxado para perto do barco e lancetado até a morte.

Muitas armações foram desativadas no início do século 19, quando as baleias deixaram de abundar na costa catarinense. Detentores de outras técnicas de produção, americanos da ilha de Nantucket, celebrizados em livros como Moby Dick, dominavam a caça nesses tempos. Foi por isso que os Estados Unidos instalaram um consulado em Desterro em 1831, já que a ilha servia de apoio e abastecimento aos navios-fábrica que passavam carregados de óleo, a caminho de casa. A decadência da atividade chegou de vez em fins do século 19, quando o óleo foi substituído por querosene e petróleo, e a caça cessou de vez na década de 1930. Hoje em dia a caça da baleia é proibida em quase todo o mundo. Recentemente, boa parte do litoral catarinense foi convertida na APA (Área de Proteção Ambiental) da Baleia-Franca, para garantir a preservação dos animais que voltaram a frequentar suas águas para procriação. As baleias são novamente os tesouros marinhos do estado, mas num sentido bem diferente do inicial.

## O xadrez do Rio Grande

*Em meio ao “efeito sanfona” que a toda hora movia os limites de Portugal e Espanha no Sul, os açorianos eram os peões da ocupação lusa, mas sofreram com décadas de abandono e em conflitos com espanhóis*

Os açorianos foram peões no jogo de xadrez que os reis de Portugal e Espanha jogaram no tabuleiro do Continente de São Pedro – o atual Rio Grande do Sul. Em meados do século 18 as coisas estavam, grosso modo, assim divididas: os portugueses ocupavam esparsamente o leste, sendo Rio Grande o ponto mais guarnecido, que estabelecia oficialmente a posse da área e cujas tropas garantiam o comércio de gado e couros; os espanhóis dominavam o oeste e a região central com os Sete Povos das Missões e vastas estâncias de criação de gado gerenciadas por jesuítas. A orientação dos portugueses era o controle do litoral até o sul, tentando “juntar” a linha que ia de Rio Grande até Colônia do Sacramento, e sempre que possível insinuar-se para o oeste. Mas a disposição das peças no tabuleiro iria mudar a partir de 1750, com a assinatura do Tratado de Madri. O tratado selava, entre outras coisas, a permuta entre as potências de seus bens mais valiosos em São Pedro: Portugal cedia Colônia do Sacramento aos espanhóis e ficava em troca com as missões. Era hora de D. João V, rei de Portugal, avançar os seus peões.

Os açorianos chegavam de suas ilhas, em grande quantidade, a Desterro, desde 1748. Logo vários casais foram deslocados para o Sul, por mar e terra. Eram selecionados os mais fortes para a viagem marítima até o povoado de Rio Grande, que, uma vez livre de defender Sacramento,

*A cidade de Rio Grande: local de chegada dos açorianos no Rio Grande do Sul*





*Imagem antiga de Porto Alegre: fundação da capital gaúcha deve-se a casais de açorianos*

### Alegria dos casais

Perto de Viamão, curral de tropas e quartel-general dos tropeiros que desafiavam a autoridade espanhola sobre aquelas terras no início do século 18, a região da atual capital do Rio Grande do Sul começava a ser habitada por luso-brasileiros que por ali se aventuravam. Em 1740 foi dada como sesmaria a um português da Ilha da Madeira que já se estabelecera havia anos: Jerônimo Dorneles. O Porto de Viamão também era conhecido como Porto Dorneles. O “salto populacional” da região se deu após a chegada de açorianos a partir de 1752 – na verdade a primeira leva de imigrantes teria sido formada por parcos 60 casais, que inspiraram o romântico novo nome dado ao lugar em 1772: Porto dos Casais. No ano seguinte o nome mudaria de novo, para Porto Alegre.

Os primeiros açorianos serviram de ponto de apoio para outros casais que chegavam ao Rio Grande, pois estavam na rota dos que migravam de Santa Catarina pela via terrestre. Organizados em pequenas propriedades, que contrastavam com latifúndios de milhares de hectares de pecuaristas de peso, os açorianos se tornaram importantes fornecedores de alimentos para a região. Cultivaram trigo e outros cereais, introduzindo a técnica dos moinhos de vento para a produção de farinha, mas no século 19 a atividade cessaria. Nesse período Porto Alegre já tinha outra “cara”: era o maior centro comercial regional e capital do Rio Grande do Sul, desenvolvendo-se rapidamente com a chegada de imigrantes alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses e libaneses, dentre outros.

a partir de 1750, iria se tornar um polo irradiador para as novas possessões lusas. Os açorianos – os “casais d’El Rey – começaram a afluir em grande quantidade a Rio Grande em 1752. Eles tinham a missão de engrossar o povoado – em cinco anos a população dobrou, para 3 mil habitantes – e adentrar o continente para ocupar os vastos sertões e campos, fundando freguesias, erguendo lavouras e espalhando criações até ocuparem completamente as missões. Já os açorianos que avançavam por terra adentravam São Pedro pelo norte, deixando Santa Catarina e estabelecendo povoados pelo caminho. O ponto de convergência dos dois eixos de ocupação era a localidade de Porto Dorneles, que ficaria conhecida como **Porto dos Casais**.

Parecia perfeito: a ocupação territorial era o princípio da política *uti possidetis* adotada por Portugal, e a criação de gado na região das missões, já com considerável infraestrutura, era a chave para o fornecimento de mulas e bois que sustentavam a mineração no centro da colônia. Mas as coisas não andaram exatamente conforme planejado, ainda que tenham andado. De Rio Grande, centenas de casais foram deslocados para o interior, onde deveriam aguardar as ordens para ocupar as missões. Só que se esqueceram de combinar com os inimigos. Os índios guaranis que habitavam as missões se recusaram a entregar o patrimônio para os lusos, o que deu origem à Guerra Guaranítica a partir de 1754 (ver capítulo 2). Logo depois, em 1761, um novo tratado anulava o de Madri e “devolvia” as missões aos espanhóis. Que por sinal invadiram e tomaram conta do Rio Grande em 1763. A retomada do território gaúcho envolveria muitos açorianos arregimentados para as tropas regulares e irregulares da coroa portuguesa. Dizia-se dos açorianos que eles eram os eternos vigilantes do território, e que dormiam com um olho fechado e outro aberto para ver a chegada do inimigo. Em 1777 foi a vez de os açorianos baseados na Ilha de Santa Catarina sofrerem com a invasão espanhola, que tomou e devolveu a ilha para ganhar a posse (via tratado) de Colônia do Sacramento e das missões. Isso tudo ocorria em um contexto de crise econômica de Portugal, que ainda tivera o desgosto de ver Lisboa destruída por um terremoto em 1755.

Nesse ínterim os açorianos se espalharam pelo meio do Rio Grande, ficando quase 20 anos sem receber as terras prometidas. Ora fugindo dos invasores, ora se fixando aqui e ali sem organização, plantando e criando animais para subsistência, fundaram núcleos que originariam, dentre outros, os futuros municípios de Encruzilhada do Sul e Taquari. Outros se estabeleceram em núcleos portugueses já existentes, a exemplo de Santo Antônio da Patrulha. Alguns açorianos se tornaram estancieiros, isto é, fazendeiros de grande porte, graças às sesmarias que receberam em troca do serviço militar que prestaram. Esses estancieiros se estabeleciam a oeste, nas terras das missões, que novamente estavam – em tese – sob domínio espanhol, e as defendiam com unhas, dentes e munições pesadas, alimentando o incrível “jogo de empurra” que redefinia a todo momento os limites das fronteiras de Portugal e Espanha em São Pedro do Rio Grande. A conformação definitiva do estado só se esboçaria no início do século 19.

Quanto ao grosso dos açorianos, só receberam as terras devidas pelos contratos de imigração que assinaram ainda em suas ilhas por volta de 1780, depois de um longo período de sucessivas invasões espanholas. Várias famílias receberam suas datas (lotes de 372 hectares) e núcleos açorianos se organizaram em localidades como Mostardas, Estreito, Santo Amaro e Cachoeira, além de Porto Alegre, Gravataí e Viamão. Tornaram-se produtores de **trigo** cevada, legumes, frutas e hortaliças, criadores de ovelhas e de gado. Ainda sofreriam reveses, como uma série de expropriações ocorrida no final do século 18 para beneficiar grandes pecuaristas que instalavam charqueadas, a “nova onda” da economia gaúcha (ver capítulo 5).

Se a presença açoriana não chegou a se constituir numa unidade cultural em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul devido aos outros imigrantes que também se fixaram nas proximidades do litoral, misturando-se aos açorianos, ela reforçou a influência lusitana na região. Além de originar várias cidades, o elemento açoriano sobreviveu no linguajar, na arquitetura, nos hábitos alimentares e em alguns segmentos da economia, particularmente a pesca.

### *O trigo foi introduzido no Rio Grande do Sul por imigrantes dos Açores*



### O pão das tropas

A introdução do trigo na região Sul foi obra açoriana. No litoral de Santa Catarina ele não vingou, mas no Rio Grande do Sul o grão ganhou status de estrela da economia durante um bom tempo. Foi inicialmente cultivado na região central, próxima à Lagoa dos Patos, passando a figurar de modo expressivo nas exportações gaúchas a partir de 1780. Ainda que as técnicas fossem rudimentares, a produção expandiu-se ao longo de mais de três décadas, gerando um nível de riqueza tal que permitiu a aquisição de escravos para o trabalho nas lavouras. Mas a crise logo se abateu sobre o trigo, em razão principalmente da mão pesada do Estado, que interferia a seu bel-prazer na economia da colônia – especialmente com os que tinham pouco poder de fogo, como os açorianos. O grão era requisitado para alimentar as tropas ao mesmo tempo em que os jovens agricultores eram recrutados. O trigo gaúcho era proibido de entrar em Portugal, enquanto no Brasil o produto de outros países entrava com baixas taxas de importação. Em 1814, uma doença – a “ferugem” – dizimou as plantações. Quem conseguiu acumular capital migrou para o charque e abandonou as lavouras. Apesar dos percalços, hoje em dia o Rio Grande do Sul e o Paraná são os maiores produtores de trigo do Brasil, respondendo por cerca de 90% da colheita. Ainda assim o Brasil não é autossuficiente nesse produto, tendo que importar a matéria-prima para o pão principalmente da Argentina.

# Vastidões do pampa

*Um tipo autóctone, meio índio, meio europeu, mas diferente de ambos, forjado pelo meio ambiente peculiar do pampa, dedicado à lida campeira. Assim é o gaúcho, típico habitante da porção sul do Rio Grande do Sul, uma área de vastos campos sem dono, constantemente conflagrada por conflitos internos e fronteiriços, que se organizaria em torno de grandes fazendas e charqueadas. Elites regionais poderosas, o temperamento forte do gaúcho e uma cultura militarizada envolveram o Rio Grande do Sul em sangrentas guerras civis.*



## O gaúcho

*Mescla de portugueses, espanhóis e índios, ele foi forjado pela vastidão do pampa, pela lida do gado e pelos combates nas fronteiras*

Por quase dois séculos depois do descobrimento do Brasil, o Rio Grande do Sul permaneceu em relativo isolamento devido a uma série de fatores, a começar pelo seu pouco convidativo litoral. Enquanto desde o Nordeste até Santa Catarina a costa brasileira exibia um desenho repleto de recortes e reentrâncias capazes de oferecer ao visitante europeu porto seguro e abrigo garantido, dali para baixo o litoral se apresentava

retilíneo. Ainda por cima as águas eram menos profundas, repletas de bancos de areia, e o clima mais hostil – com grande incidência de fenômenos como ciclones e frentes frias –, combinação extremamente perigosa para embarcações. O Rio Grande do Sul é o estado brasileiro que registra o maior número de naufrágios da história, com 242 ocorrências entre 1775 e 2004, número que pode ser maior, pois nem todos foram documentados. A situação melhoraria um pouco no início do século 19, quando foi erguido o primeiro dos atuais 19 faróis.

Graças, em boa parte, a tais características, os índios guaranis, charruas, minuanos e tapes, entre outras tribos, tiveram mais tempo de sossego antes da vinda em massa do homem branco. O Tratado de Tordesilhas deixou o território rio-grandense do lado espanhol, situação que somente se modificaria em 1750, com o Tratado de Madri. De todo modo, o litoral amedrontador fez com que o povoamento da região se iniciasse a partir do interior, com a chegada dos jesuítas espanhóis vindos do Paraguai, tropeiros do vice-reinado do Peru e aventureiros paulistas, nos dois últimos casos levando daqui para o país vizinho ou para o abastado Estado as riquezas que pudessem carregar: mulas para as minas do Peru e índios para o trabalho escravo nas lavouras e engenhos. Quando os padres foram expulsos, deixaram para trás milhares de cabeças de gado semisselvagem, o ga-



*Paisagem e personagens típicos da porção sul do Rio Grande do Sul*

do “cimarrón”, que por ali virou “chimarrão”. Ao lado de fazendas regulares, portanto, cresceriam as vacarias sem dono, ajuntamentos de gado livres a pastar pelo pampa, contribuindo para a formação de toda uma tradição campeira.

A história “oficial” do Rio Grande do Sul começou para valer somente em 1680, quando os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento na região Cisplatina, defronte a Buenos Aires, a despeito do Tratado de Tordesilhas, ainda em vigor. Com o empobrecimento do setor açucareiro do Nordeste, os couros do Sul ganharam importância relativa nos negócios da

coroa portuguesa, que estabeleceu o entreposto para contrabalançar o domínio espanhol na região. O interesse português simbolizado pela criação da Colônia, os conflitos daí advindos e também o comércio propiciado acabaram por gerar um intercâmbio inédito em forma e intensidade. Não era apenas o gado que abundava, mas também cavalos, jumentos e mulas, introduzidos pelos espanhóis e que serviriam, no século 18, ao Ciclo do Ouro no Brasil. O transporte de mulas até o centro do país, para o trabalho nas minas, deu origem ao tropeirismo, que fomentou a economia, abriu estradas, fundou povoados, estabeleceu ligações entre as regiões e ajudou a formar uma identidade nacional. Também alertou Portugal para a importância do Sul.

Enquanto a região crescia em importância política e econômica, começava a se formar um tipo autóctone derivado da mescla de índios, espanhóis e portugueses, a viver feito nômade na imensa planície. Conhecido como gaudério – termo até hoje utilizado na região –, seria mais tarde rebatizado pelos espanhóis como “guanche”, mesmo nome dado aos nativos das Ilhas Canárias. O designativo foi adaptado pelos sotaques locais e virou “gaúcho”. Este homem precisava ser forte para suportar os rigores do frio intenso – para os padrões tropicais – e as constantes contendas registradas naquele pedaço esquecido, ao menos formalmente, por Espanha e Portu-



*Gaúchos “charlando”(conversando):  
palavra espanhola incorporada*

gal. O gaúcho acostumou-se à constante briga pela posse da terra, tornou-se um ser combativo, e não apenas no sentido militar, e, ao mesmo tempo, um elemento de vocação pastoril a fomentar a economia e fazer girar a roda do desenvolvimento a partir da lida do rebanho bovino espalhado pelo Rio Grande.

Aqueles homens, elementos mestiços e nômades que por tanto tempo percorriam a vasta e inóspita planície abandonados à própria sorte, desfrutavam a sensação única de não se sentirem súditos nem do reino de Portugal, nem da Espanha. Sequer eram brasileiros, pois já estavam ali quando ali ainda não era Brasil. Além disso, o tipo huma-

no cunhado naquelas paragens acabaria por se espalhar pelos territórios do Rio Grande do Sul, da Argentina e do Uruguai, sendo que a própria palavra para defini-lo nos dois países vizinhos é a mesma, apenas perde o acento e ganha a tonicidade no “a” e o sotaque espanhol.

O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire definiria, no século 19, os gaúchos como homens de maus costumes, que viviam andando pelas fronteiras, “a sós, sem chefe, sem polícia”. Já o retrato traçado pelo comerciante francês Nicolau Dreys, que publicou, em 1839, a obra *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*, ressalta aspectos heroicos do gaúcho em campanhas militares, bem como sua relação de companhia inseparável com o cavalo: “Tem o rio-grandense contraído uma espécie de aliança com o cavalo, em virtude da qual é feito auxiliar indispensável da vida do homem, o cooperador assíduo de quase todos os seus movimentos. O rio-grandense folga em percorrer suas imensas planícies a cavalo. (...)”. Descrições como essa colaboraram para a construção da imagem do “centauro dos pampas”, em que o gaúcho e o cavalo são como que fundidos num único ente. O autor também ressalta o uso de “armas peculiares”, além das comumente utilizadas por militares: o laço e a boleadeira, “armas que somente os homens desta parte da América sabem manejar com habilidade”.

O retrato traçado por Dreys, descontados a visão distanciada do visitante, o eventual deslumbramento com a descoberta de novas culturas e os proverbiais exageros literários da época, ainda assim ajuda a ilustrar a formação de um homem que, por estar em um ambiente único, teria necessariamente de apresentar características únicas, uma vez que o indivíduo é moldado pelo seu meio tanto quanto ajuda a moldá-lo. E o meio do gaúcho é o pampa, um bioma que se estende por Brasil, Argentina e Uruguai. No Brasil, só existe no Rio Grande dos Sul, representando 63% do território estadual.

Suas paisagens são caracterizadas pelo predomínio dos campos nativos, sobre os quais se desenvolveu a pecuária. As pastagens naturais são extremamente ricas, o que sustentou a multiplicação do gado sem maiores necessidades de manejo. Ainda que o bioma apresente matas ciliares, de encosta, banhados e formações arbustivas, a predominância dos campos abertos nas planícies ofereceu a amplitude de horizontes que inspirou o modo de vida do gaúcho. O pam-

pa, a despeito das durezas que impunha, legou ao imaginário gaúcho também uma visão idílica naquele cenário único, em que à dimensão física da região se agregou uma dimensão mítica, em que aspectos da **vida cotidiana do gaúcho** adquirem profundos significados.

Em sua maior parte, as atividades dos gaúchos implicavam em muito trabalho braçal desde o raiar do dia, cumpridos a céu aberto, deixando-os sujeitos, portanto, às intempéries, e tendo de percorrer grandes distâncias, o que sem dúvida colaborou para forjar seu caráter. A exemplo dos tropeiros, alimentavam-se do próprio objeto de trabalho. Nas idas e vindas pela imensidão do pampa, a carne bovina era quase sempre a única opção, estava disponível em abundância e era fácil de preparar. Bastava cavar um buraco, fazer o fogo, fabricar espetos na hora, a partir de galhos de árvores, espetar a carne e aproveitar, enquanto o churrasco não ficava pronto, para “charlar” e curtir a roda de chimarrão e o fumo. “Charlar” (conversar) é apenas uma das tantas palavras em espanhol que seriam incorporadas ao invulgar vocabulário do gaúcho, sendo utilizadas ainda hoje no interior do estado ou mesmo, de modo ocasional, na capital, Porto Alegre, até como forma bem humorada de reforçar as raízes.

Até então o gaúcho era fruto da mistura dos nativos com elementos esporádicos ou errantes, mas dois séculos e meio após a chegada de Cabral finalmente desembarcou no sul o primeiro grupo de colonizadores organizado e patrocinado pelo governo de Portugal: habitantes do Arquipélago dos Açores. O Rio Grande do Sul, ainda território espanhol, não estava no roteiro, mas em 1750 o Tratado de Madri concedeu a Portugal as terras gaúchas. Tão logo isso aconteceu, grupos de açorianos estabelecidos ou a caminho de Santa Catarina foram “desviados” para o Rio Grande, sendo que o primeiro grupo chegou em 1751. Muitos deles se espalharam pelo território rio-grandense, levando sua força de trabalho, seus costumes e dando início a um novo processo de miscigenação que acrescentaria uma pitada açoriana ao gaúcho, cuja identidade ainda estava em formação.



*Os nativos do pampa  
em obra de Jean-  
Baptiste Debret*

### Universo paralelo

A dimensão mítica do pampa e as relações do gaúcho com seu cavalo e com os colegas de lida podem ser alcançadas pela definição de Barbosa Lessa (1929-2002), escritor, compositor, historiador, folclorista e idealizador dos CTGs, Centros de Tradições Gaúchas, hoje em dia espalhados pelo Brasil e presentes até no exterior, em seu livro *Gaúcho, o Campeiro do Brasil*, publicado postumamente:

*“Originária da língua quíchua, esta palavra assim aparece conceituada nos dicionários: ‘s.m. grande planície coberta de vegetação rasteira, na região meridional da América do Sul’. Pode ser vista junto ao rio Ibicuí, ou outros pontos da região rio-grandense da Campanha. Mas, para ser sentida, salta dos limites geográficos para o patamar de um autêntico mito. Nesse segundo conceito, uma única palavra passa a representar o núcleo de todo um universo imaginário no qual vigoram, simbolicamente, em torno do gaúcho, os mais amplos conhecimentos e aspirações.*

*“Então o cavalo deixa de ser prosaico instrumento de trabalho e ganha-pão e torna-se o ‘pingo’ heroico de proezas campeiras e cargas de cavalaria. O bom cavaleiro passa a ser um ‘índio bueno’. E eu chamo meu amigo, ‘o índio velho’, para juntos prosearmos no depósito de arreios e outros instrumentos pastoris, que a essa altura já se transformou num templo de cordialidade e de culto aos antepassados: o ‘galpão’. Nele, a simples prosa ganha a dimensão de um ‘causo’, com certo quê de parábola. Só não se admite ali a presença feminina, pois à mulher foi reservado um outro e superior patamar: o de joia, ou ‘prenda.’”*

## Estâncias e charqueadas: a economia do boi

*As grandes fazendas pecuárias forjaram a classe dominante regional, que enriqueceria ainda mais com o charque. Já o trabalho pesado ficava para os gaúchos e escravos*

Se o elemento humano gaúcho ainda estava em formação pelos meados do século 18, a vocação econômica regional já estava delineada. A pecuária se expandia e sustentava a formação de uma poderosa classe dominante, a dos estancieiros. Nas primeiras estâncias – ou fazendas – do Rio Grande do Sul, criadas pelos jesuítas, os índios foram treinados para fazer o papel de vaqueiros. Quando os padres foram embora, as estâncias acabaram sendo tomadas dos índios pelos “brancos” e se estabeleceram como negócio. As estâncias haveriam de se tornar elemento crucial na formação do Rio Grande do Sul e no desenvolvimento de sua metade Sul, em especial. O próprio termo “estância” fornece uma pista de seu significado, pois vem da palavra “estar” no sentido mais amplo de se fazer presente, permanecer.

Portanto, instrumento decisivo na ocupação de um território, em seu efetivo povoamento, na demarcação de suas fronteiras, tanto mediante a fixação da nacionalidade da região, quanto pelo uso da força, quando necessário. Membros de famílias tradicionais brasileiras, fidalgos e integrantes da nobreza portuguesa, além de alguns açorianos, receberam da Coroa sesmarias nas quais mantinham poder administrativo e, muitas vezes, militar. O gado selvagem solto pelos pastos era um forte atrativo para esses homens acorrerem à região, embora em muitos casos predominasse a agricultura.

A concentração de terras nas mãos de poucos deu origem às grandes fazendas, ou estâncias. No final do século 18 havia mais de 500 delas na província de São Pedro. Uma estância típica possuía uma casa principal do “patrão” e sua família, outra menor para o capataz e galpões para o alojamento da “peonada”, nos quais faziam parte da rotina o fogo de chão e a roda de chimarrão. Mais do que mera tradição, tratavam-se de elementos muito bem-vindos durante o inverno na região mais fria do país. O churrasco também ganhou impulso pelo fato de, no começo, o gado ser abatido apenas para extração do couro e a carne que sobrava ia parar nas mãos dos peões.

A importância das estâncias foi muito além de sua contribuição para o desenvolvimento econômico local. Os rebanhos, de modo geral, continuavam a circular livres nos limites



*Estancieiro era senhor de terras e mantinha milícias (Rugendas)*

da propriedade, pastoreados por índios, brancos e mestiços – todos trabalhadores livres –, que os defendiam dos “abigeatários” – ladrões de gado –, mas, sobretudo, dos ataques dos espanhóis, dos bandos de contrabandistas e dos índios não “civilizados”, sempre que necessário com o reforço dos gaúchos nômades que vagavam pelas planícies. Metade dos estancieiros possuía patente militar. Nas inconstantes e conflagradas fronteiras do Sul, a presença destas tropas auxiliares se mostraria vital para os interesses portugueses que, somente com as forças regulares não teriam conseguido impor sua presença de modo permanente.

A pecuária gaúcha ganhou novo e poderoso impulso a partir do fim do século 18, curiosamente por obra de um português residente no Ceará. Ocorre que o rebanho do estado, bastante valorizado como alimento, no caso dos bois, e como meio de transporte, no caso das mulas, poderia representar um crescimento bem mais expressivo para a região não fosse o problema da conservação. Em um país de distâncias tão grandes, fazer chegar o produto a outros estados antes que se deteriorasse era um desafio e tanto num tempo em que a refrigeração e o processamento industrial ainda não haviam sido inventados.

Enquanto isso, no distante Ceará, o problema era minimizado colocando-se a carne para secar ao sol, o que lhe garantia um prazo um pouco maior de conservação, dando origem à “carne de sol”, um prato típico da região. A receita gaúcha de conservação incorporaria também o uso de sal grosso. Em 1777, uma seca dizimou os rebanhos cearenses e, aproveitando uma trégua entre portugueses e espanhóis que o tirara temporariamente do isolamento, o Rio Grande do Sul entrou na rota nacional de comércio. Em 1779, o português José Pinto Martins deixou para trás a arrasada economia cearense e chegou às terras gaúchas, onde criou a primeira charqueada da região na Vila do Rio Grande, em área hoje pertencente ao município de Pelotas.

Ao contrário do que se pode presumir, as atividades das charqueadas, em sua grande maioria, não incluíam a criação de gado, que era trazido das estâncias, geralmente de mais de uma, em função do ritmo crescente de produção. Muito utilizado na alimentação dos tropeiros, em função da exigência de conservação da carne ao longo das viagens, única garantia de não passar fome no caminho, o charque estava presente de modo expressivo no cardápio dos escravos, muitos deles usados como força de trabalho no próprio local, e da população mais pobre.

Produto quase exclusivo do Brasil, o charque fomentava a economia do Rio Grande do Sul, por onde as charqueadas se espalharam ra-

*Produção de charque: carne é seca ao sol e salgada*



pidamente, e mais ainda quando os vizinhos produtores, Argentina e Uruguai, se encontravam com problemas decorrentes de conflitos externos ou internos, o que ocorria com muita frequência. O charque virou o principal produto gaúcho de exportação, sendo que não apenas a carne era aproveitada, no caso por outros estados, mas o couro, ele próprio salgado para melhor conservação, era vendido para a Europa.

O apogeu do produto deu origem também a uma aristocracia integrada pelos donos das charqueadas e das estâncias da região de Pelotas. Riqueza de uns, miséria de outros. Os escravos, utilizados em larga escala como mão de obra, além de obviamente trabalharem até a exaustão, eram tratados de modo especialmente rude para evitar ideias de rebeliões, uma vez que sua presença em grande número era fonte permanente de preocupação, ainda mais em uma cidade em que muitos ostentavam suas posses. Segundo registro de 1835 de Wolfhang Harnish, funcionavam nos arredores da cidade na época 35 charqueadas, que produziam uma riqueza fora do comum. Seus proprietários, segundo o autor, poderiam ter vivido no Rio ou em Paris, e concorreriam com os “fidalgos russos no luxo”.

A fama de Pelotas no anedotário popular nacional nasceu nessa época. Os aristocratas enviavam seus filhos para estudar no exterior, uma vez que não havia possibilidade de se adquirir boa instrução nos trópicos. Ao retornarem, os rapazes exibiam suas novas boas maneiras, educação e hábitos requintados adquiridos na longa estada em cidades cosmopolitas como Paris ou Londres, características amplificadas por algum esnobismo gerado pela riqueza da família. Os gaúchos acostumados à dura vida do pampa, onde, embora as relações sejam cordiais, caracterizam-se mais por uma espécie de áspera objetividade, consideravam os rapazes muito afetados, com trejeitos interpretados como efeminados, dando origem às brincadeiras que depois se espalharam pelo país.

Os anos dourados do charque duraram até o final do século 19, quando dois fatores vieram solapar a atividade. O primeiro foi a abolição da escravatura, em 1888, uma vez que os escravos a um só tempo eram a força de trabalho das charqueadas e estavam entre os principais consumidores do produto. O outro golpe, este fatal, veio já no começo do século 20, quando começaram a ser instalados frigoríficos no Brasil, sendo o primeiro deles em 1913, na cidade de Barretos, em São Paulo. No Rio Grande do Sul, o estabelecimento pioneiro foi inaugurado quatro anos mais tarde na própria Pelotas, que enriquecera e se destacara com o charque. Foi a pá de cal nas charqueadas. A pecuária, entretanto, seguiu sendo uma importante atividade econômica no estado, principalmente na região denominada “metade sul”.

*Detalhe da cidade de Pelotas: riqueza proveniente das charqueadas*



## Estado de guerra

*Desde o período colonial até os primórdios da República foram várias as disputas envolvendo o território e o povo do Rio Grande, que vivia ou em alerta ou conflagrado*

Desde que seu território passou a ser ambicionado por portugueses e espanhóis, ambos interessados no controle da bacia do Rio da Prata, o Rio Grande do Sul foi palco de conflitos. Colônia do Sacramento, um desafio de Portugal à soberania espanhola no Prata, gerou embates desde sua instalação, em 1680, tendo sua posse se alternado entre as duas potências, alterando as fronteiras com frequência inusitada. Por isso os núcleos urbanos surgiam no entorno de fortalezas, como as de Rio Grande, Rio Pardo e Santo Amaro. O povo pobre, em sua maioria peões em fazendas, vivia em constante estado de sentinela, pronto para pegar em armas. Autores descrevem o Rio Grande da época como um “acampamento armado”, disposto a lutar pelos interesses de Portugal e para repelir espanhóis que buscavam reconquistar seus antigos domínios. Vista de outro ângulo, a eclosão de uma guerra era também uma oportunidade para matar e saquear inimigos a soldo, tornando-se assim um meio de vida naquelas paragens brutas.

O estopim dos embates do século 18 foi a Guerra dos Sete Anos (1753-1763) na Europa, que colocou em campos opostos a Inglaterra e a França. Portugal cerrou fileiras com a Inglaterra, e a Espanha com a França. Em 1763, a Espanha tomou Colônia do Sacramento e Rio Grande. Sacramento foi devolvida, mas os espanhóis não arredaram pé de Rio Grande, sendo ali combatidos durante anos. Em 1773 atacaram Viamão, mas foram rechaçados. Forças da coroa portuguesa, formadas por soldados do Rio e de São Paulo e por tropas irregulares gaúchas, expulsaram os espanhóis em 1776. Mas, no ano seguinte, estes juntaram uma grande esquadra marinha e 9 mil soldados, tomando Sacramento e a Ilha de Santa Catarina. Por acordo, Portugal perdeu Sacramento e as missões, recebendo de volta a ilha. As coisas se acalmaram até 1801, quando Portugal reconquistou as Missões Orientais, dessa vez definitivamente.

No final do período colonial, em 1820, o rei português D. João conquistou a província Cisplatina (atual Uruguai), expandindo a concessão de sesmarias, mas o território foi perdido com a independência do Uruguai, o que deu contornos definitivos às fronteiras do Sul do Brasil. No segundo reinado, entre 1848 e 1865, vários embates envolveram Brasil, Uruguai e Argentina, até estourar a Guerra do Paraguai (1865-1870), o maior conflito internacional da América do Sul. O Rio Grande foi invadido e os paraguaios expulsos. Em seguida, forças gaúchas se destacaram na invasão do Paraguai, no massacre de seus exércitos e na morte do líder Solano Lopez.



*Cavalaria farroupilha, por Guilherme Litran: guerra civil almejava independência*



Giuseppe Garibaldi (esq.) e Bento Gonçalves: revolução tomou Porto Alegre mas não obteve pleno apoio na província

As batalhas gaúchas não foram apenas fronteiriças, mas incluíram sangrentas guerras civis nos períodos imperial e republicano. A Revolução Farroupilha, ou Guerra dos Farrapos, nasceu da insatisfação da elite regional, que reclamava dos desmandos e do abandono do poder imperial, defensor dos interesses dos barões do café. O argumento era que a província gerava riquezas, pagava impostos extorsivos, entre os quais o do charque, e nada recebia. Outro fato traria prejuízos aos

charqueadores: a independência do Uruguai, em 1828. O gado das estâncias uruguaias, que abastecia os gaúchos, passou a ser entregue aos “saladeros”, os equivalentes platinos dos charqueadores. Durante a guerra os ânimos se acirram ainda mais entre os oligarcas locais – que bancaram a movimentação de suas tropas – e os representantes do Império, num período em que por todo o Brasil pipocavam ideias separatistas e republicanas.

A Revolução Farroupilha eclodiu em 1835. O conflito, cujas batalhas tiveram como cenário maior a vastidão do pampa, teve inspiração nas ideias iluministas tão em voga na Europa, mas versões revisionistas creditam a revolta dos estancieiros ao simples fato de terem passado a pagar tributos, fato que já era corriqueiro para os moradores das áreas urbanas, tanto que a população de Porto Alegre não aderiu ao movimento, permanecendo leal ao imperador. Na prática, apenas metade do território da província, a parte correspondente à região da campanha, esteve sob domínio farroupilha.

Seja como for, tratou-se de uma guerra civil de cunho separatista. Os rebeldes tomaram a capital no dia 20 de setembro, destituíram o presidente da província e instalaram a República Rio-Grandense, com ministério próprio, força policial e assinatura de tratados com outros países. O confronto, com os Farrapos tendo à frente Bento Gonçalves e contando em suas fileiras com os legendários Giuseppe e Anita Garibaldi, que fundaram em Laguna (SC) a **República Juliana**, durou 10 anos, mas a república não vingou por não contar com o apoio de toda a população do estado. O acordo de paz foi assinado em 1º de março de 1845.

Num contexto diverso, a Revolução Federalista, que durou de 1893 a 1895, foi também, de fato, uma guerra civil, tendo como foco a manutenção da autonomia da província ante os poderes da República, considerados excessivos e solapadores de uma desejada autonomia regional. Quando a República foi proclamada, em 1889, o marechal Deodoro da



#### Vida agitada de Anita

A catarinense Anita Garibaldi (1821-1849) tornou-se símbolo internacional da luta democrática graças a uma trajetória de lutas que começou na Revolução Farroupilha, que se estendia para o território de Santa Catarina. Os revoltosos tomaram Laguna, no sul do estado, com o apoio do italiano Giuseppe Garibaldi, e lá instalaram o governo provisório da “República Catarinense”, ou Juliana, em 1839. O movimento foi sufocado e Anita fugiu para o Planalto Serrano, onde se uniu a Garibaldi em 1840 e com ele partiu para o Rio Grande do Sul. No ano seguinte o casal lutou pela preservação da república uruguia e em 1847 seguiu para a Itália, para lutar pela unificação do país. Anita teve quatro filhos com Garibaldi.

Fonseca tornou-se presidente e seu colega de patente, Floriano Peixoto, vice. Dois anos mais tarde Peixoto assumiu o cargo. Em 1892, diante do Manifesto dos 13 Generais, que pedia sua saída do cargo e novas eleições, o marechal sufocou temporariamente a rebelião, mas já no início do ano seguinte teria de enfrentar um movimento mais organizado e consistente. A nomeação para a presidência do Rio Grande do Sul de Júlio de Castilhos, cacique do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e defensor da permanência de Peixoto no comando do país, serviu de estopim.

O descontentamento dos membros do Partido Federalista (os “maragatos”), levou as facções às vias de fato. Os federalistas reuniram homens para combater os republicanos, exigindo a destituição de Castilhos e um plebiscito para escolher o sistema de governo – monarquistas lideravam o partido. Depois de vencerem algumas batalhas, passaram a enfrentar não apenas as forças locais dos “pica-paus” (os republicanos), mas também o exército nacional e a polícia estadual, de posição legalista. No entanto, o apoio de tropas gaúchas deu novo fôlego aos maragatos, que acabaram por se aliar aos rebeldes da Revolta da Armada, que haviam tomado **Desterro**, e chegaram a estender seus domínios a Curitiba. Como ocorre com tantos exércitos, regulares ou não, as dimensões da área conflagrada e as muitas frentes de combate fragilizaram os revoltosos, que recuaram às terras gaúchas. Degolas e fuzilamentos vitimaram 10 mil pessoas, até que um acordo de paz com o governo central foi assinado em 1895. Júlio de Castilhos teve seu nome confirmado no poder e os rebeldes foram punidos.

O sangue fartamente derramado no Rio Grande do Sul contribuiu para a formação da personalidade regional. Após a Revolução Farroupilha, por exemplo, forjou-se no imaginário coletivo do estado a associação da figura mítica do gaúcho, o homem do pampa, com a dos líderes revolucionários transformados em heróis. Assim, parte com base em fatos concretos, parte por ter sido romantizado o episódio, o fato é que o conceito de pátria independente segue vivo no dia a dia dos gaúchos. Na bandeira do Rio Grande do Sul se lê a inscrição “República Rio-grandense / 20 de setembro de 1835”, tendo abaixo os dizeres “Liberdade, Igualdade, Humanidade”, lema da Revolução Farroupilha – e que difere do adotado pela Revolução Francesa apenas no último item, que lá era “fraternidade”. Além disso, o dia 20 de setembro é feriado, e ao longo de uma semana a lembrança do fato histórico mobiliza o estado. O aparente sentimento de independência, no entanto, não vai além do exercício do orgulho.



Combatentes da Revolução Federalista

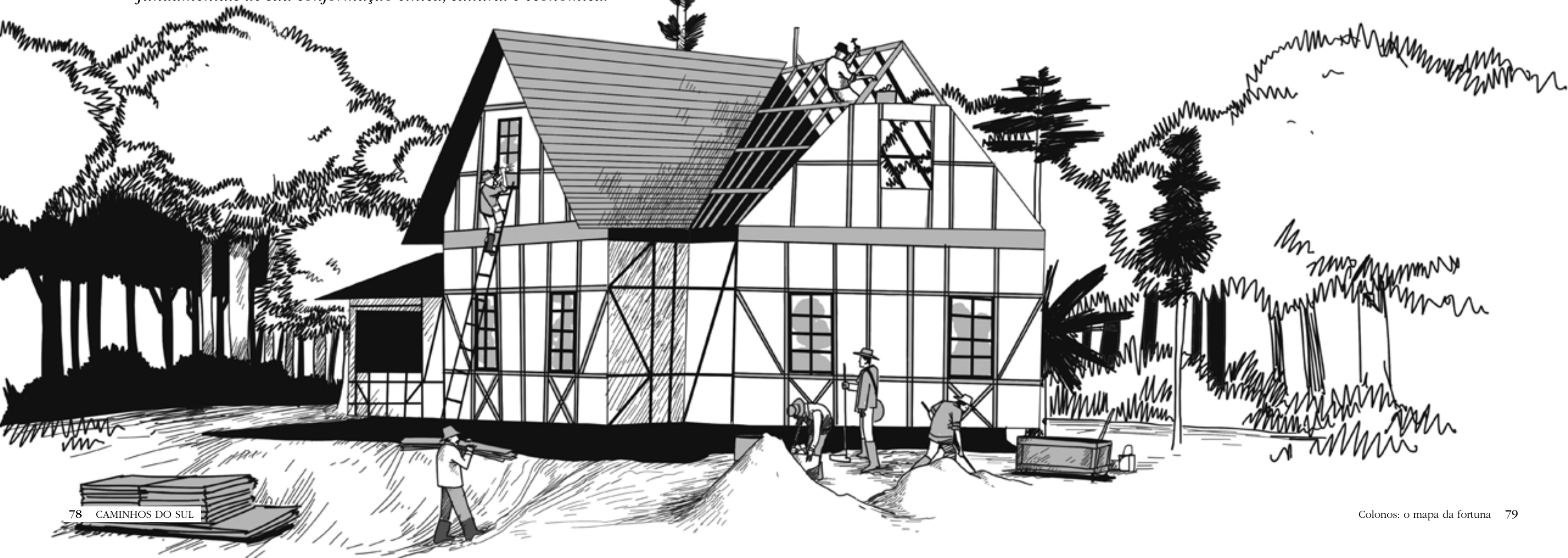
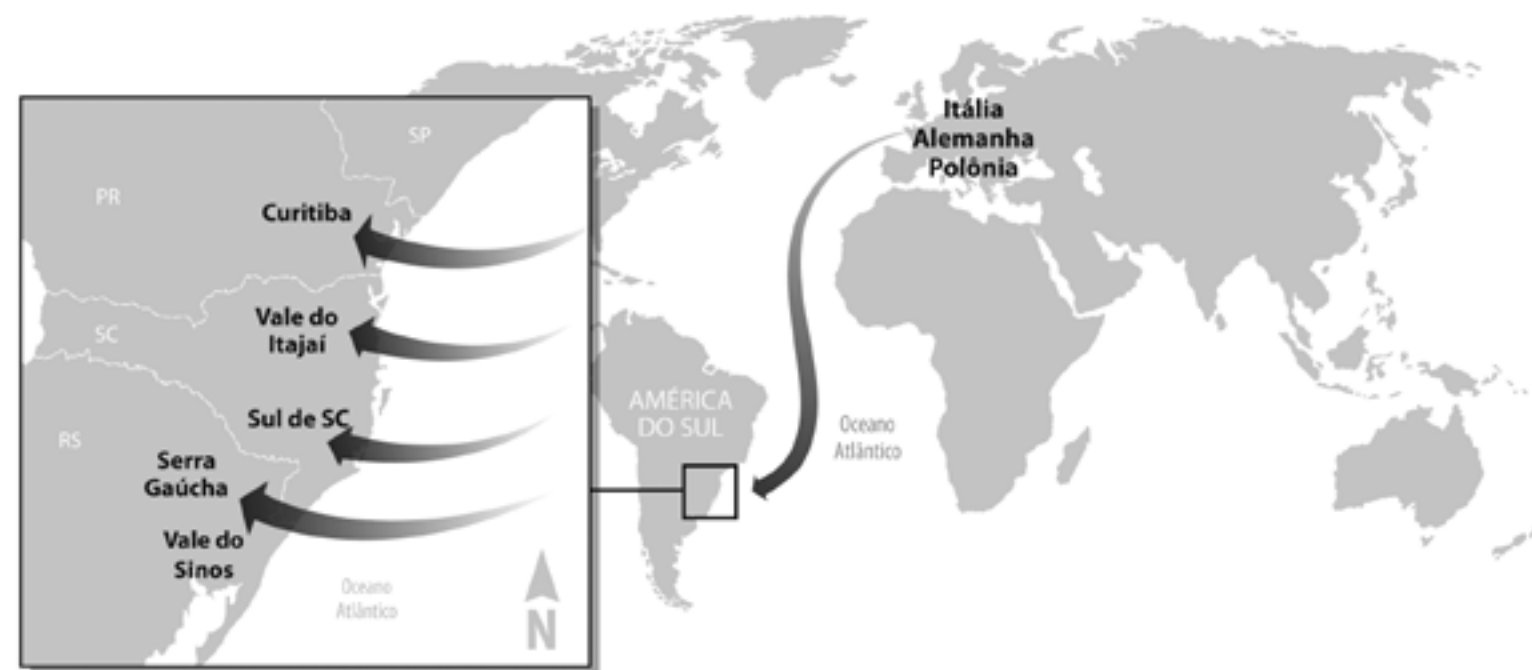
#### Massacre em Desterro

No Império, a elite das forças militares era a nobiliárquica Marinha, chamada Armada. Já na República, o Exército, controlado pela pequena burguesia e liderado por Floriano Peixoto, ganhou poder. Com as insatisfações ao marechal já catalisadas pela Revolução Federalista, uma parte da Marinha de Guerra rebelou-se e bombardeou o Rio de Janeiro, iniciando em setembro de 1893 a Revolta da Armada. Em seguida, Frederico Guilherme de Lorena liderou uma esquadrilha rebelde rumo ao Sul, com a intenção de unir-se aos Federalistas. Os revoltosos tomaram Desterro, a capital de Santa Catarina, instalando o governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Mas em 1894, tendo reorganizado suas forças, Floriano enviou uma poderosa frota e retomou Desterro. Depois, mandou à ilha o coronel Antônio Moreira César, o “corta-cabeças”, que assumiu o comando assimilando com destemor o revanchismo das forças republicanas catarinenses.

Dias de terror sobrevieram, com saques, incêndios, estupros, prisões arbitrárias e a execução, sem qualquer processo legal, de dezenas de rebeldes, fuzilados na ilha de Anhatomirim – podem ter havido mais de 150 execuções. Dentre as vítimas, o Barão de Batovi, herói da Guerra do Paraguai, e Frederico de Lorena. A alma da cidade seria ainda mais profundamente marcada pelo fato de lideranças locais rebatizarem Desterro, denominando-a Florianópolis em homenagem ao marechal.

# Colonos: o mapa da fortuna

*Imigrantes que enfrentaram o mato alto, lavraram o solo, fizeram negócios e ergueram indústrias revolucionaram o Sul, tendo sido também essenciais para a modernização do Brasil independente e republicano. Com a chegada de alemães, italianos, poloneses e outros povos, a partir do século 19, o país desenvolveu um mercado de mão de obra livre, em alternativa à escravidão. Com eles a população do Sul dobrou de tamanho, passou a ter uma classe média de pequenos proprietários e incorporou características fundamentais de sua conformação étnica, cultural e econômica.*



## Desafios da Independência

*O país que nasceu em 1822 precisava se defender, ocupar suas terras e movimentar a economia, e para isso decidiu atrair imigrantes europeus. Alemães foram pioneiros em se estabelecer no Sul*



*Dom Pedro I e Leopoldina: ascendência germânica da imperatriz inspirou a imigração*

A independência do Brasil, proclamada por Dom Pedro I em 1822, foi o desfecho dramático de um contexto político, econômico e social bastante complexo e conflituoso que atribulava a vida na velha colônia portuguesa. Feita a passagem, era necessário mudar a forma de ocupação do espaço, reativar a economia e buscar alternativas ao trabalho escravo, além de defender a unidade do imenso território que poderia se esfacelar ou cair novamente sob o jugo português. O país que nasceu após o grito do Ipiranga abriu as portas aos imigrantes estrangeiros na tentativa de superar, de várias formas, alguns dos antigos problemas. Os imigrantes vieram e fizeram bonito, colaborando decisivamente para a modernização do país. Essa afirmação é particularmente válida para a região Sul, que recebeu colonizadores italianos e alemães em grande número, além de gente de muitos outros países europeus. Os imigrantes e seus descendentes ocuparam vastas áreas do Sul, desenvolvendo alguns de seus principais polos econômicos e marcando profundamente a identidade regional.

A saga brasileira desses imigrantes foi antecedida por uma profunda “crise de modelo” que vinha dos tempos em que o Brasil ainda era colônia de Portugal. A economia andava mal das pernas. No início do século 19, os principais produtos de exportação que sustentaram a economia colonial – o açúcar e o ouro – estavam em declínio. A região Sul, em particular, estava em crise devido à desarticulação da economia do ouro, que representava seu maior mercado (o Sul fornecia mulas, bois, charque e outros produtos para as regiões mineradoras). Ademais, o Brasil se inseria em um contexto mais amplo de falência do modelo colonial clássico, praticado por vários países europeus.

O sistema de exploração das colônias era baseado no escravismo e no monopólio, que é a exclusividade da metrópole (no caso, Portugal) sobre as riquezas produzidas na colônia. Além da exploração dos recursos à exaustão, essa ditadura metropolitana era capaz de desarticular sem piedade os arranjos econômicos locais, se assim lhe fosse conveniente. No século 18 Portugal proibiu a existência de indústrias no Brasil, chegando ao cúmulo de mandar queimar teares têxteis, para que essas não competissem com as localizadas na metrópole.

Já a escravidão não se encaixava na nova organização econômica que começava a domi-

nar o mundo: o capitalismo, oriundo da Revolução Industrial. O ritmo incessante das máquinas que produziam mercadorias em série requeria a abertura de mercados e a difusão do trabalho assalariado em lugar do escravo, para que se formasse o mercado consumidor para os produtos. O Brasil era uma colônia antiquada repleta de escravos e sem fábricas.

É bem verdade que o Brasil ganhou “status” político com a vinda da família real portuguesa em 1808, que deu uma chacoalhada na economia. Ainda assim era insuficiente. Tanto que veio a independência tão logo Dom João VI retornou a Portugal. Na verdade, a vinda de Dom João e a Abertura dos Portos, que determinou o fim do monopólio de Portugal nas transações comerciais, conscientizaram as elites agrárias das limitações que elas próprias enfrentavam na condição de colônia. Por isso os grandes fazendeiros apoiaram a independência. Mas Portugal não aceitou passivamente a maioria brasileira. Tropas portuguesas permaneciam na Bahia e focos de resistência pipocavam por todo o país. Essa era a prioridade do jovem imperador Pedro I. Em um plano menos urgente, havia a necessidade de adensar a povoação do imenso país, finalmente uma nação independente e não mais uma terra de aventureiros perseguindo fortuna rápida. Era preciso atrair gente que fizesse raízes e trabalhasse segundo os ditames da nova ordem mundial. O Sul era distante e despovoado, e ainda uma possível porta de entrada a invasões estrangeiras.

Foi diante desses desafios que se iniciou o processo de imigração alemã para o Sul. Buscar colonos que falavam alemão tornou-se uma boa opção graças à influência da esposa de D. Pedro I. Nascida na Áustria, a princesa Leopoldina, que ostentava o sobrenome Habsburg, era filha de ninguém menos que Francisco II, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, sediado em Viena, que congregava dezenas de países unidos pela língua germânica, que mais tarde formariam a Alemanha. Quando veio



*Chegada da família real portuguesa, em 1808: Brasil se tornou metrópole*

### Maioridade ou rebaixamento

Pouco após a Revolução Francesa (1789), de inspiração republicana e democrática, Napoleão Bonaparte tornou-se imperador (1804) e exacerbou sua sanha expansionista, de olho grande em toda a Europa. Portugal opôs-se aos franceses e não deu outra: foi invadido. Antes que Napoleão chegasse, em fins de 1807, o príncipe-regente Dom João, futuro Rei D. João VI (e mais a família real, a Corte e séquito de 15 mil pessoas) escapuliu para o Brasil sob proteção da armada britânica. Assim o Brasil, a colônia, uma mera província de Portugal, tornou-se país (reino) e foi incorporado ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Com a presença do rei tornou-se a metrópole, de onde emanava o enfraquecido poder português. Dom João modernizou o Rio de Janeiro e promoveu a Abertura dos Portos, permitindo o comércio com outras nações e imigrações. Também autorizou o surgimento das indústrias, até então proibidas na colônia. A Abertura dos Portos ativou a economia, ainda que a Inglaterra tenha sido de fato a grande beneficiada, gozando de vantagens no comércio por meio de preferências tarifárias – era a paga pela escolta da família real em fuga. Com a derrocada de Napoleão e um levante tomando forma em Portugal (a Revolução Liberal do Porto), Dom João retornou em 1821. O Brasil voltava à simples condição de colônia. As províncias deveriam voltar a prestar contas a Lisboa ao invés do Rio de Janeiro, que teria desativados vários setores da alta administração e os tribunais. O príncipe-regente D. Pedro I teria que deixar o Brasil, mas aderiu ao levante que engrossava nas províncias e proclamou a independência em 7 de setembro de 1822.

### Jeitinho brasileiro do major Schaeffer

Há quem afirme que a vinda dos primeiros colonos alemães para o Sul do Brasil escamoteava o recrutamento de soldados na Europa, destinados a cerrar fileiras nos Batalhões de Estrangeiros, formados por D. Pedro para garantir a independência do Brasil. O problema era que os europeus não estavam dispostos, após a experiência com Napoleão, a alimentar desvarios de aventureiros ou golpistas – categoria em que D. Pedro I eventualmente se enquadraria no Velho Continente. Dom João, de Portugal, o pintava por lá como o líder de uma rebelião. Dom Pedro designou o major bávaro Jorge von Schaeffer, dono de uma concessão de terras para criar uma colônia na Bahia, para percorrer as cortes europeias à cata de recursos humanos. Em princípio o interesse recaía mais sobre os soldados do que sobre os colonos. Também eram recrutados médicos e engenheiros. Os homens de armas embarcavam para o Brasil como se fizessem parte de famílias de agricultores e ficavam no Rio Janeiro. Os demais seguiam para o Sul. Mas os colonos logo superariam em número e em importância a soldadesca, e os alemães que empunhavam enxadras se tornariam figuras-chave no desenvolvimento do Sul.

para o Brasil, Leopoldina trouxe sua bagagem cultural refinada e um time de cientistas, engenheiros, artistas, soldados, agricultores e empresários de origem germânica. Ainda antes da independência houve tentativas de se estabelecer colônias na Bahia e no Rio de Janeiro – caso de Nova Friburgo, fundada por suíços –, pois a coroa portuguesa havia definido uma política de povoar seus territórios com estrangeiros para garantir a posse.

Mas a empreitada colonial dos alemães no Brasil em larga escala começaria de fato em julho de 1824, no Rio Grande do Sul, quando um grupo de 39 imigrantes se instalou nas proximidades de Porto Alegre, às margens do Rio dos Sinos, localidade que depois se tornou São Leopoldo. Uma das explicações sobre essa primeira leva de imigrantes no Sul era que Dom Pedro I tinha dificuldades em formar exércitos, e bons homens deveriam ser “importados” para essa finalidade. Nesse contexto, a vinda de colonos alemães poderia servir para escamotear a **vinda de soldados**. Sem condições de assentar o grupo que não pegaria em armas no Rio de Janeiro, o governo os teria enviado para o Rio Grande, aos cuidados do presidente da província (correspondente ao atual cargo de governador).

Pode-se dizer que esse ato, com todas as suas contradições e improvisos, foi simbólico de uma mudança de era que se delineava. Às margens do Sinos, os colonos foram assentados na antiga Real Feitoria de Linha Cânhamo. Tal feitoria tentou desenvolver, à custa de escravos, o cultivo de cânhamo, uma planta do gênero *Cannabis*, o mesmo da maconha, cuja fibra é utilizada para a produção de linho e cordas. O objetivo era a produção de velas e outros insumos que servissem à Marinha Imperial, mas o projeto foi malsucedido e a feitoria desativada. Foi no mesmo dia que o presidente da província recebeu as notícias do fechamento da feitoria e de que o local receberia imigrantes. Com a chegada dos colonos, em lugar de escravos, agora havia homens livres, proprietários de terras.

Em lugar da exploração colonial, era um país independente que começava a moldar seu destino. Ali estava o embrião de uma nova classe social, a de pequenos proprietários, em um país que até então só conhecia senhores e escravos.

O governo começou a rabiscar uma política de imigração e os agricultores europeus eram atraídos por promessas generosas do imperador: ao chegar receberiam lotes de 50 hectares, bois, vacas, cavalos e auxílio financeiro nos dois primeiros anos. E isenção de impostos por 10 anos, dispensa do serviço militar, nacionalização e liberdade religiosa. Nem todas as promessas foram cumpridas, como de praxe, mas os lotes que ganharam eram maiores que o esperado: 77 hectares. Entre 1824 e 1830 chegaram quase cinco mil imigrantes alemães a São Leopoldo. Durante o reinado de Pedro I houve diversas iniciativas de colonização alemã no Sul. Em Santa Catarina, a colônia pioneira foi São Pedro de Alcântara, na atual Grande Florianópolis, fundada em 1828 por



*Chegada de alemães a São Leopoldo (tela de Ernst Zeuner): nascimento de nova classe social no Brasil*

523 católicos de Bremen, mas que não prosperou. Por esses anos pioneiros, alemães também fincaram pé nas atuais cidades de Mafra (SC) e Rio Negro (PR), separadas pelo Rio Negro. Esses locais eram antigos pousos de tropeiros.

A partir de 1830 a imigração refreou. Um dos motivos era a composição do Parlamento do primeiro reinado, dominado por latifundiários escravocratas que temiam mudanças na organização produtiva. O orçamento para a imigração foi cortado. Em 1835 estourou a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul. No estado, a imigração cessou entre 1831 e 1845. Mas os que chegaram antes expandiam seus domínios. A partir de São Leopoldo, a ocupação se espalhou pelo Vale do Rio dos Sinos e pelas margens dos rios Caí e Jacuí, sem chegar a subir a Serra Gaúcha. Dentre as várias colônias fundadas destacam-se Novo Hamburgo, Campo Bom, Dois Irmãos, Bom Jardim, Estância Velha e Sapiranga. Alemães também ocuparam terras a leste de São Leopoldo. A proximidade com Porto Alegre e o transporte fluvial facilitaram o escoamento da produção para a capital e o litoral. Logo foi fundado um primeiro curtume na região, revelando a veia empreendedora dos imigrantes. Também surgiram moinhos, ferrarias, oficina de lapidação, fábrica de sabão e sapatarias, antecipando a vocação da região: o Vale do Rio dos Sinos se tornaria um dos maiores polos calçadistas do país.

*Embarque de alemães com destino ao Novo Mundo: promessas de vida melhor*



### A Alemanha era uma encrenca

No início do século 19 a Alemanha não era ainda um país, mas um intrincado e instável arranjo de dezenas de estados mais ou menos poderosos, incluindo reinos, ducados, cidades livres e pequenos principados, que se aglutinavam sob a Confederação Germânica (*Deutsche Bund*). O Congresso de Viena, de 1815, que redesenhou o mapa da Europa pelas nações que bateram nos campos de batalha a França de Napoleão (as principais eram Áustria, Rússia e Prússia), criou a Confederação – que é referida comumente por “Alemanha” em obras sobre a imigração. Ela sucedeu o Sacro Império Romano-Germânico, dissolvido por Napoleão, que tinha, como no arranjo sucessor, a língua como fator de aglutinação. Esse rearranjo seria a base para a unificação da Alemanha em 1871, mas somente após muito sangue derramado entre os próprios confederados. A vida era dura para os povos germânicos daqueles tempos.

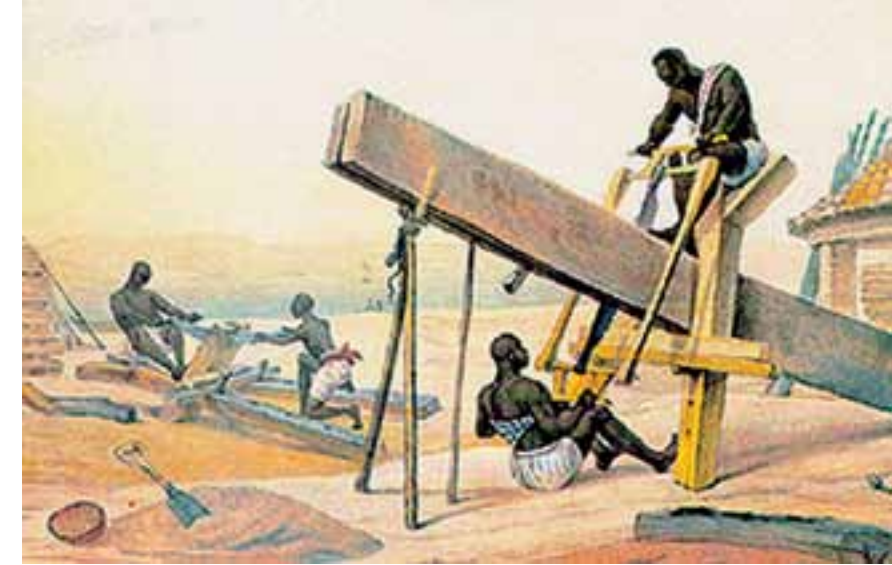
Em algumas regiões a aristocracia detinha a maior parte das terras, num resquício do feudalismo. Em outras, os agricultores que ocupavam o mesmo espaço ao longo de mais de mil anos tinham, àquela altura, terras tão fracionadas pelas divisões hereditárias das gerações que se sucediam que havia pouquíssimo espaço para cada um cultivar. Ainda que as técnicas fossem avançadas, não havia lucro suficiente que os sustentasse no campo. Havia regiões em que apenas o primogênito tinha direito à herança. Isso quando ainda havia terras. O saldo das guerras napoleônicas era catastrófico. Locais mais próximos à França, como Hessen

e a Renânia Vestfália, tornaram-se terra arrasada. Some-se a isso tudo o fato de que o período foi de explosão populacional em toda a Europa, ocasionando em enorme êxodo para as cidades. A Revolução Industrial já mudara as feições da Inglaterra, mas dava os primeiros passos na Alemanha. As relações capitalistas primitivas eram duríssimas para quem não detinha o capital. As fábricas eram baseadas na exploração extrema da mão de obra. Incluir-se no proletariado de baixa qualificação não era uma opção desejável por quem tinha amor à vida. Esse conjunto de problemas gerou na Europa, em 1848, uma série de revoluções por direitos para o proletariado e para as classes médias. Mas as aristocracias reinantes sufocaram os levantes.

Nesse contexto, a emigração era uma saída. Desde que houvesse uma “terra da promessa” à espera. O Novo Mundo, a África e o Novíssimo Mundo (Oceania), os “emergentes” de então, eram os destinos preferenciais dos sonhadores europeus. Governos como o do Brasil passaram a prometer mundos e fundos aos interessados – às vezes muito mais do que tinham a oferecer. As empresas particulares de imigração e de colonização, que agenciavam as viagens de colonos e comercializavam terras, pintavam seu produto com cores ainda mais berrantes: Eldorado, Canaã, Terra da Promissão. Alemães e outros povos europeus, empobrecidos e sedentos por terras, embarcaram na grande aventura no século 19, que ficou conhecido como “o século das migrações”.

### Menos escravos, mais colonos

*Mesmo antes de substituir o trabalho escravo, a mão de obra do imigrante já era estratégica para modernizar o país, o que motivou a segunda fase da imigração alemã no Sul*



*Cativos eram 30% da população no século 19 (Debret)*

Um dos maiores – e mais trágicos – movimentos migratórios jamais registrados no mundo foi a vinda de africanos para o Brasil entre os séculos 16 e 19. Foi, é claro, uma imigração forçada, em que homens, mulheres e crianças foram arrancados de seus locais de origem e submetidos aos horrores da escravidão no Novo Mundo, condição que se estendia aos descendentes nascidos no Brasil. Em 1823 os escravos eram quase 30% da população brasileira, quando o modelo dava sinais de esgotamento. Nas nações desenvolvidas o sistema colonial era substituído por monarquias ou repúblicas constitucionais e liberais, incorporando princípios capitalistas. O Brasil, um país periférico, ficou no meio do caminho das reformas. Adotou uma monarquia constitucional e representativa, mas relutava em abolir a escravidão.

A abdicção de Dom Pedro I, em 1831, em favor de seu filho de 5 anos, o futuro imperador Pedro II, marcou o início do atribulado período regencial (1831-1840). As camadas dominantes da sociedade assumiram de fato o poder político no período, ao mesmo tempo em que o café se firmava como o principal produto de exportação. Ocorre que os novos barões do café eram velhos latifundiários escravistas, e assim não havia “clima” para mudanças, mesmo com fortes **pressões internacionais** pela abolição. Porém, ao mesmo tempo havia uma ideia vaga, mas reinante no país, da superioridade do europeu proveniente de regiões distintas da Península Ibérica, como os dos estados germânicos. Para muitas cabeças do governo, trazê-los seria importante não só para modernizar, mas também para “branquear” o Brasil.

A segunda fase da imigração alemã para o Sul do país, a partir de 1844, se insere em uma estratégia de diversificação da economia brasileira, evitando confrontos diretos com a elite latifundiária escravista, mas, ao mesmo tempo, construindo uma alternativa ao seu excesso de poder. O

#### Para inglês ver

Os ingleses exploraram a escravidão por séculos e foram os senhores do tráfico de africanos. Mas com a Revolução Industrial e a difusão de ideais iluministas passaram a crer que a economia baseada no trabalho livre era mais eficiente e humana. De olho em mercados, a Inglaterra pressionava países a abolir a escravidão e a organizar as economias com trabalhadores livres – leia-se consumidores para seus produtos. O Brasil era alvo de pressões, mas se esquivava. Um tratado de 1826 para abolir o tráfico não foi cumprido. Depois o governo regencial declarou livres os africanos que desembarcassem em portos brasileiros. Só que a lei não “pegou”, como se diria hoje. Na época, o povo dizia que era “para inglês ver”, ou seja, só para dar satisfação, sem cumprimento de fato. Em 1845 a Inglaterra radicalizou, passando a interceptar e aprisionar navios negreiros até em águas territoriais brasileiras, deflagrando uma crise diplomática. No Brasil, onde a cultura da escravidão era profundamente enraizada, as mudanças eram lentas. Sob a batuta de um já maduro Pedro II, um crítico da escravidão, em 1850 foi suspenso o tráfico, mas somente em 1888 a escravidão foi abolida. A Lei Áurea foi assinada pela filha de Pedro II, a Princesa Isabel, que estava em exercício do governo.



*Escravos em  
lavouras de café:  
imigrantes iriam  
substituí-los*

### Café amargo

Ainda que as imigrações para as lavouras paulistas de café e para a colonização do Sul fizessem parte de um mesmo processo, suas dinâmicas e finalidades foram muito distintas. Os cafeicultores, aliás, não permitiram a colonização em São Paulo nos moldes sulistas, temerosos de que seus negócios fossem prejudicados. A imigração que fomentaram visava a exploração da mão de obra numa acepção negativa do termo, que prendia o imigrante a dívidas impagáveis e condições de vida muito ruins. Seria o que hoje chamamos de condição análoga à escravidão. Não foi sem motivo, portanto, que a Prússia proibiu, em 1859, a propaganda e as atividades dos agentes de emigração para o Brasil, o que foi estendido para toda a Alemanha em 1871 – a revogação do decreto só veio em 1896, ainda assim válido somente para os três estados do Sul. O governo da Itália tomaria atitude semelhante, pelos mesmos motivos. Já no século 20, entretanto, a Alemanha apoiaria suas colônias no Brasil, comprando seus produtos e mandando dinheiro. A ação estava em sintonia com a política colonialista e expansionista do governo, que buscava fortalecer núcleos de influência germânica fora de seus territórios.

governo voltava a tentar, aos poucos, moldar um sistema de produção agrícola livre, baseado em pequenas propriedades e trabalho especializado. Colonos europeus poderiam ser produtores de alimentos para sustentar a economia do café, que se expandia rapidamente. O Brasil, ao contrário de hoje em dia, era importador de alimentos. As terras de florestas e vales de rios que eram oferecidas aos colonos não interessavam aos latifundiários. Sua produção de grãos, verduras, legumes e pequenos animais não competia com o gado, a cana-de-açúcar ou o café. Outro propósito era a ocupação territorial, ainda necessária para consolidar a unidade do país. Havia intenção de se abrir vias de comunicação entre o litoral e o planalto, o que só seria possível acompanhando o curso de rios – não foi à toa que a colonização seguiu desde o curso inferior até quase as nascentes dos rios Itajaí, em Santa Catarina, e Sinos, Jacuí, Taquari e Caí, no Rio Grande do Sul.

O fluxo migratório foi novamente centrado no agricultor de origem germânica. Calcula-se que entre 1844 – início da retomada – e 1850 cerca de 10 mil imigrantes chegaram somente ao Rio Grande do Sul. A partir de 1850 as mudanças ocorreriam com maior celeridade. A lei Eusébio de Queiroz proibia o tráfico de escravos. Isso, associado ao crescimento das lavouras de café, demandava mais imigrantes, pois estes iriam, um dia, substituir a mão de obra escrava. Havia ainda a questão da ociosidade da estrutura de transportes tristemente especializada no tráfico de escravos, que poderia redirecionar seus negócios para os imigrantes – não é de se estranhar que as condições das primeiras viagens tenham sido comparadas às dos navios negreiros. Os próprios cafeicultores paulistas adiantaram-se e promoveram a entrada de imigrantes alemães no estado, para as **lavouras**.

Mas para de fato fomentar a imigração eram necessárias mudanças radicais no sistema de propriedades. A mais importante foi a Lei das Terras, em 1850. Ela substituiu o modelo de sesmarias e de apropriação pela posse por um mercado de compra e venda. As terras ainda não ocupadas (chamadas devolutas) passaram ao Estado ou foram cedidas para as províncias, que poderiam elas mesmas desenvolver projetos de colonização. Uma diferença dessa fase da imigração em relação à primeira é que as terras eram vendidas e não doadas. Ainda assim, a Lei das Terras entrou para a história como uma vitória dos velhos “barões rurais”, pois legitimou as antigas sesmarias e as terras apropriadas por posse até ali. Com o fim da posse, colonos e escravos, que cedo ou tarde seriam libertos, não teriam a chance de se apropriar de um pedaço de chão. Aos colonos caberia, no máximo, a condição de pequenos proprietários no Sul ou empregados nas lavouras de café, em lugar de escravos. Esse destino limitado, porém, não seria suficiente para a grandeza do espírito de alguns alemães, italianos e outros imigrantes que chegavam ao país na segunda metade do século 19.

*Lei das Terras, de 1850, criou mercado de compra e venda de propriedades e facilitou a colonização*



## O Sul de cara nova

*Em meados do século 19 novas colônias alemãs pipocaram pela região, que teve sua geografia ampliada e incorporou uma nova identidade econômica e cultural*

Com a assinatura da Paz do Ponche Verde, em 1845, teve fim a Revolução Farroupilha e criou-se o ambiente para a retomada do projeto de imigração para o Sul do Brasil. Dessa vez a gestão do processo ficou mais a cargo dos governos provinciais que do governo central, que conduzia diretamente a primeira etapa de colonização. As províncias criaram e geriram suas colônias (chamadas “oficiais”), sem que tivessem o monopólio da atividade, pois também distribuíam concessões a companhias privadas de colonização, que traziam os imigrantes da Europa, localizavam-nos nas colônias e facilitavam sua instalação. A política oficial de imigração oferecia, conforme o período, mais ou menos incentivos aos imigrantes, incluindo indenização da viagem e ajuda em dinheiro durante sua instalação, o que nem sempre era cumprido à risca.

Apesar da disposição imperial e dos incentivos, os relatos mais conhecidos das jornadas dos pioneiros dão conta de vicissitudes já na viagem, de intermináveis 12 mil quilômetros. A travessia era duríssima, desconfortável e sujeita a doenças mortais. Ao desembarcar, ao invés de uma vagamente idealizada “terra prometida”, o que se desfraldava era a mata virgem, repleta de animais selvagens e indígenas pouco amistosos. Era desafiadora a ideia de transformar aquele “paraíso terrestre” em um lugar civilizado, ficando claro que ali o homem deveria prover o seu sustento à custa de muito suor.

Essa era uma diferença essencial entre as imigrações de antes e depois da independência. Antes o sentido era só o povoamento ou de explorar oportunisticamente determinada área até que não tivesse nada mais a oferecer (como nas áreas de mineração). Nas novas colônias, o sentido da ocupação era a perenização e o desenvolvimento. As atribuições das juntas administrativas das colônias são reveladoras dessa disposição. Entre elas estavam a de construir e manter igrejas,



*Joinville, antiga Colônia Dona Francisca, fundada em 1851, em imagem do início do século 20*

escolas e estrutura administrativa, abrir estradas, construir pontes, desmatar, lotear e construir casas.

No Rio Grande do Sul, o Governo Imperial criou, em 1846, a colônia de Feliz, que 150 anos depois ficaria conhecida como a cidade de melhor qualidade de vida do Brasil. O Governo Provincial fundou Santa Cruz, Santo Ângelo, Nova Petrópolis e Monte Alverne. Essas colônias afastadas integravam as regiões pecuárias da província. Já as colônias particulares eram mais próximas da pioneira São Leopoldo. Dentre elas destacam-se Mundo Novo, Caí, Estrela, Soledade, Teutônia e Candelária. Alemães predominavam e se espalharam pelo estado. De 22 mil imigrantes que entraram no Rio Grande do Sul en-

tre 1848 e 1874, quase 20 mil vinham de estados alemães.

Em Santa Catarina a Colônia Santa Isabel, fundada em 1847, tinha a intenção de construir uma ponte entre o litoral e o Planalto Serrano. Mas o terreno montanhoso dificultou as coisas. Blumenau, fundada em 1850, foi mais bem-sucedida. A Colônia Dona Francisca, atual Joinville, maior cidade catarinense, teve origem no dote da princesa Dona Francisca Carolina, filha de Dom Pedro I, que se casara com François Ferdinand, o Príncipe de Joinville, filho do rei da França. Quando a revolução de 1848 depôs o rei, o príncipe precisou fazer dinheiro e negociou as terras com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Os primeiros colonos chegaram em 1851, e o lugar logo prosperou. Outra importante colônia catarinense desse período foi a Itajaí, fundada em 1861, que deu origem à cidade de Brusque.

No Paraná, após a ocupação pioneira de Rio Negro, alemães chegaram a Curitiba, deixando sua marca na cidade. Casarões que ainda causam impressão nos bairros São Francisco, Hauer, Pilarzinho, Lamenha Pequena e Vista Alegre foram construídos por imigrantes. No século 19 o Paraná receberia ainda alemães da Prússia e da Rússia (alemães do Rio Volga), que se estabeleceram no leste e no sul do estado, em cidades como Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Rio Negro e Ivaí. Diferentemente do que ocorreu nas colônias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no Paraná os alemães chegaram em menor número e em locais já povoados, misturando-se rapidamente a outras etnias.

## Personalidade forte

O impacto dos trópicos (ou subtropicais, no caso da região Sul) não fez com que os colonos alemães abdicassem de sua cultura. O relativo isolamento a que foram submetidos colaborou para que não se “misturassem”, ao menos durante algum tempo. Fizeram adaptações, mas buscaram manter seu estilo de vida. Organizaram-se em um sistema de campeonatos parecido com o então existente na Europa Central. Seu papel para a modernização da agricultura é reconhecido, ainda que tenham adotado sistemas primitivos mas que eram eficientes para a realidade local. Cultivaram o centeio e a batata, mas o milho por vezes substituiu o centeio para fazer pão. Fubá e farinha de mandioca entraram no cardápio, e a batata podia ser substituída pelo aipim ou palmito. As mulheres preparavam a cerveja caseira e pratos típicos à base de aves, como o marreco, e de suínos. Atribui-se aos alemães, aliás, a introdução da criação de suínos no Brasil. Também difundiram a religião protestante, o hábito de manter jardins floridos e a arquitetura enxaimel – tijolos à vista e telhado em ângulo agudo. Durante muito tempo a alfabetização das crianças foi realizada no idioma dos imigrantes, em escolas de comunidade (*Gemeindeschule*). O associativismo é forte entre os germânicos, sendo intensa a vida familiar e nos clubes. Grupos de música, teatro e canto surgiram em todas as vilas. Nas comunidades religiosas havia sempre um coro acompanhando os cultos, os enterros e animando festas. O apego talvez demasiado à cultura e às tradições causou embaraços durante a Segunda Guerra, quando o Brasil entrou em conflito com a Alemanha. Havia nazistas nas colônias, principalmente entre os mais velhos. O governo vislumbrou um possível desmembramento do Sul com o apoio da Alemanha e tomou providências radicais, como fechamento de escolas, supressão de liberdades e detenção de suspeitos. A ação era alinhada com a campanha de nacionalização em curso, que visava impor o “espírito nacional” a estrangeiros “não assimilados”. Superados os conflitos, muitas tradições foram mantidas – veja-se o sucesso das várias Oktoberfest realizadas em diferentes cidades da região Sul.



*Grupo de música em Jaraguá do Sul e culinária típica: alemães buscaram preservar suas tradições nas colônias*

## A colônia do doutor Blumenau

*Criação e rápida evolução da colônia do Vale do Itajaí revelam a dinâmica da segunda onda de imigração alemã no Sul do Brasil*

Hermann Bruno Otto Blumenau nasceu no ducado de Braunschweig, no coração da Confederação Germânica, em 1819. Botânico, farmacologista e filósofo, conheceu os naturalistas Alexander von Humboldt e Carl von Martius, que excursionaram pela América do Sul e lhe despertaram forte atração pelos trópicos. Blumenau conhecia o cônsul do Brasil na Prússia, que plantou no botânico a ideia de um projeto de colonização. Blumenau viajou ao Brasil em 1846 a serviço de uma firma que enviava emigrantes às Américas. Visitou colônias no sul e foi recebido por altos dignitários da corte. Conheceu projetos de colonização como alternativa à escravidão, oferecendo aos emigrados terras a preços baixos. Blumenau saiu do Rio de Janeiro com a certeza de que o governo apoiaria projetos sérios nesse sentido. Voltou a Santa Catarina em 1848 para explorar o vale do Rio Itajaí-Açu, extasiando-se com a paisagem, o clima e o solo. Decidiu implantar ali sua colônia, mas o presidente da província vetou o projeto já aprovado na Assembleia Legislativa. Decidido a seguir em frente, arrumou um sócio (Ferdinand Hackradt), um empréstimo e comprou terras para instalar sua colônia.

De volta à Alemanha para arregimentar colonos, Blumenau enfrentou vários “concorrentes” para o seu projeto de vender oportunidades no Sul do Brasil. Um deles era a pujança dos Estados Unidos, país que também se empenhava em atrair imigrantes – e dentre outras etnias, a alemã estava entre as mais visadas. Já uma parte dos “aliciadores” de colonos jogava sujo: prometia aos pobres diabos muito mais do que iriam de fato encontrar. Por isso, como reação, havia uma campanha de difamação contra o Brasil, que fazia referências a doenças tropicais, cobras venenosas e índios celerados. Sobre o povo dizia-se que não valia nada, e que escravos viviam melhor que colonos. Blumenau definiu uma estratégia de



*Hermann Blumenau: idealizador e gestor de uma das principais colônias germânicas do país*



Moradores de Blumenau do final do século 19 e a rua XV de Novembro, a principal da cidade, no início do século 20: desenvolvimento rápido

comunicação e publicou um folheto em 1850. Nele, o Brasil não era o Paraíso ou o Eldorado, mas uma terra muito bonita onde tudo estava por construir – ou seja, terra de oportunidades. Classificava os brasileiros como indolentes e sensuais, hábeis para os negócios, hospitaleiros e gentis. Os índios eram medrosos e praticamente inofensivos, segundo sua avaliação. Tinha-se assim, entre exageros e eufemismos, um bom painel da imagem do Brasil na Europa em meados do século 19.

A aventura de Blumenau custou-lhe contratempos e prejuízos: rompeu com o sócio no Brasil e com a noiva na Alemanha, temerosa de encarar a floresta. O pioneiro foi em frente, e em setembro de 1850 chegaram ao Vale do Itajaí seus 17 primeiros “clientes”. Já havia alemães na região, oriundos da colônia São Pedro de Alcântara, mas o local era habitado de fato por índios kaingang, xoklengs e botocudos, além de onças e outros animais pouco amistosos. Cabia aos colonos enfrentar a mata virgem, abrir caminho, derrubar árvores, carregar madeira, rachar lenha e construir casas, galinheiros, chiqueiros, enfim, erguer a infraestrutura.

No primeiro grupo incluíam-se agrimensor, carpinteiro, marceneiro, charuteiro, funileiro e somente dois lavradores. Entretanto, era o trabalho duro na roça que garantia a subsistência. A faina não era favorecida pela topografia de terrenos acidentados e pelo calor abrasador do verão, acompanhado de tempestades e enchentes – o que era agravado pela remoção da mata nativa. A organização era em pequenas propriedades de mão de obra familiar, produzindo em áreas de 25 a 30 hectares, sem direito a escravos. Mas a formação das famílias era, às vezes, uma dificuldade. Ainda que Blumenau preferisse recrutar famílias formadas e tementes a Deus, na colônia havia mais homens que mulheres. Afinal, nem mesmo o resolutivo Blumenau conseguira convencer sua noiva a aventurar-se no Brasil. Assim, consta que quando os navios traziam moças solteiras – ou viúvas nem tão moças – elas eram sorteadas entre os pretendentes.

As primeiras habitações eram para lá de rústicas, de chão batido e sem vidro nas janelas, com caixotes e pranchas de madeira servindo de mesas e bancos, enquanto colchões de palha de milho sobre o chão úmido eram as camas. Em fogões de pedra preparava-se a comida de todos os dias: carne seca, farinha e feijão preto. Não havia cerveja – só pinga, para relaxar. Numa carta enviada a um amigo, o **naturalista Fritz Müller** advertia: “Quem quiser se instalar nesses matos deve esquecer todos os confortos e prazeres europeus aos quais se habituou”.

Artesãos exerciam suas habilidades esporadicamente, em oficinas improvisadas. Foram requeridos quando se multiplicaram engenhos e alambiques. Incorporando mais produtos à agropecuária, os colonos desenvolveram o beneficiamento de milho, arroz e trigo com o uso de atafonas. A criação de vacas e porcos permitiu o surgimento de uma indústria doméstica de banha, queijo e manteiga. Produziam fumo e algodão para manufaturar charutos e tecer roupas. Montaram serrarias movidas pela força hidráulica e olarias, e assim a colônia ia se tornando mais complexa. A vila, sede administrativa e centro da vida econômica e social, ponto de encontro para celebrações religiosas e culturais, crescia com o comércio.

A primeira fábrica de cerveja abriu em 1860 e a colônia passava a organizar a vida associativa. Foram criadas a Sociedade de Canto (*Gesangverein*), um grupo de teatro e o Clube de Caça e Tiro (*Schützenverein*).



Fritz Müller: para Charles Darwin, ele era o “príncipe dos observadores”

### Um cientista no matagal

A religiosidade reinante na colônia de Blumenau contrastava com a descrença e a sabedoria científica de um de seus mais ilustres habitantes, que foi colaborador de Charles Darwin na elaboração da Teoria da Evolução. Filho, neto e bisneto de pastores luteranos, o naturalista Johann Friedrich Theodor Müller (Erfurt, 1822), mais conhecido como Fritz Müller, era provavelmente o único ateu a dar duro na colônia, onde chegou em 1852. Num tempo de conflito entre ciência e religião e de tribulações políticas, foram muitas as decepções na terra natal. Negando-se, na formatura, a proferir uma frase pedindo ajuda a Deus, Müller teve indeferido seu diploma de medicina. Idealista e rebelde, leitor de Karl Marx, sonhou que a Revolução de 1848 derrotaria a aristocracia prussiana, trazendo liberdade e justiça. Nada disso se cumpriu, e ele então migrou com a esposa para o Brasil a convite de Hermann Blumenau, que conheceu no ginásio.

No Vale do Itajaí, Müller embrenhou-se na floresta para prover sua família e para observar a natureza, atividade a que dedicaria a vida. Realizou notáveis pesquisas sobre insetos e suas relações com as plantas. Viveu um tempo em Desterro, onde lecionou e pesquisou crustáceos e peixes. Enviou 27 cartas para Charles Darwin, muitas ilustradas com desenhos, obtendo 17 elogiosas respostas. Numa delas constava o trecho: “O senhor acaba de prestar um grande serviço à causa a que ambos nos dedicamos”. Darwin qualificou Müller como o “príncipe dos observadores”, e o tinha como um dos melhores anatomistas de seu tempo. Amante e protetor da natureza, Müller foi um precursor da ecologia e um dos maiores cientistas que o país já acolheu. Em Blumenau, chegou a ser intendente (prefeito) por um curto período. Morreu na cidade em 1897.

Os comerciantes, detentores dos meios de transporte, enriqueciam levando e trazendo mercadorias entre colônias próximas. Mesmo isolados dos grandes centros, havia esforço das administrações e colonizadores em abrir caminhos ligando núcleos próximos. Um exemplo é a ocupação ao longo do Rio do Testo a partir de 1861, que deu origem à cidade de Pomerode. Essa ocupação era estratégica para se estabelecer ligação terrestre com Dona Francisca, no noroeste do estado, e ampliar o comércio.

Ainda que os colonos demonstrassem disposição para o trabalho e talento para os negócios, um impulso do Estado foi essencial. Em 1860, o Dr. Blumenau propôs a D. Pedro II “estatizar” sua colônia, já que ele não tinha mais condições de investir o que ela necessitava. Afinal, Blumenau era muito mais um idealista do que um capitalista, como eram as grandes companhias de colonização. Atendido o pedido, Blumenau seguiu diretor da colônia, mantendo a orientação administrativa, com mais recursos. O governo provincial contribuiu construindo pontes e estradas. Isso, somado ao constante aumento do número de colonos, fazia crescer a produção e as trocas, gerando mais riqueza. Em 1870 havia mais de 6 mil imigrantes em Blumenau, principalmente da Pomerânia. A colônia foi elevada a município em 1880, e em 1882 passou a contar com câmara municipal. Tinha então 16.400 habitantes.

Blumenau crescia com imigrantes também de outras etnias, principalmente italianos, que ocuparam regiões próximas ao núcleo original da colônia a partir dos anos 1870. Em paralelo havia o crescimento do mercado nacional, com o desenvolvimento das lavouras de café no Sudeste e a entrada maciça de imigrantes para trabalhar nas fazendas. O movimento gerava um mercado consumidor crescente, criando demanda para os produtos das colônias do Sul, que já podiam ultrapassar o estágio de subsistência. Muito mais do que isso, esse contexto foi determinante para o surgimento da indústria pelas mãos de imigrantes.

*A cidade de Blumenau hoje: polo econômico regional do Vale do Itajaí*



## A vez dos italianos

*Após estados germânicos proibirem a migração de seus cidadãos, o Brasil mirou a Itália a partir de 1875. Seus imigrantes superaram em número os alemães e marcaram indelevelmente o Sul do país*

Em fins de 1865 Dom Pedro II deslocou-se de seu confortável palácio no Rio de Janeiro até a longínqua Uruguaiana, localizada nos confins do seu Império, no extremo sudoeste da província mais meridional, o Rio Grande do Sul. A penosa viagem teve motivação forte: o monarca assistiria lá a rendição das tropas paraguaias, que meses antes haviam invadido o território brasileiro. O fato não marcou o fim da Guerra do Paraguai, a maior e mais sangrenta já havida na América do Sul, pois ela continuaria em solo paraguaio até 1870. Mas fez as autoridades refletirem, mais uma vez, sobre o quanto era necessário o povoamento e a defesa do Sul, sempre sujeito a invasões. Durante a viagem entre Porto Alegre e Uruguaiana Pedro II teria perguntado quem habitava as montanhas ao norte. Ninguém, disseram. Havia, sim, alguém, mas não que fosse útil para os propósitos que se impunham: somente índios, os “bugres”, refugiavam-se na Serra Gaúcha, fugidos da ocupação que se realizava do território a partir do litoral.

Era hora de aprofundar a colonização do interior – convencia-se Pedro II – e a Serra Gaúcha era um dos pontos que queria ver habitado por colonos. Não só pela ocupação e defesa do território, mas para a criação de núcleos econômicos alternativos – e ao mesmo tempo complementares – à economia do café. O imperador vivia, assim, uma situação parecida à vivida anos antes por seu pai, Pedro I, que após a proibição do tráfico de escravos, em 1850, acelerou a entrada de alemães. Só que a imigração, a grande fonte de recursos humanos disponível na época, estava emperrada por proibições de Estados germânicos. Era preciso encontrar outras “fontes”. A Itália era a bola da vez.

Desde o início da Idade Média, com a dissolução do Império Romano do Ocidente, até o século 19, a Itália era fragmentada em dezenas de reinos e ducados independentes. Após o Congresso de Viena, em 1815, os Estados da península e das ilhas passaram quase todos ao domínio da Áustria, da França e da Igreja Católica. Em meados do século começaram movimentos pela unificação, com desgastantes frentes de combate, num processo



*Cartaz que circulou na Itália divulgando as vantagens da emigração para o Brasil*

### Eram os imigrantes italianos?

O caldo em que se cozinhou a unificação italiana misturou todos os ingredientes políticos disponíveis na conturbada Europa do século 19. Primeiro foi um rei, Vittorio Emanuele II, do Reino do Piemonte-Sicília, ao norte, que tomou da Áustria os reinos e ducados da Lombardia-Veneza, Toscana, Parma, Módena e Romagna. Já na porção sul o *Risorgimento*, um movimento pela Itália livre, fazia a cabeça de revolucionários. Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi (herói da Revolução Farroupilha, no Sul do Brasil) queriam implantar uma república socialista em lugar da dinastia dos Bourbon que imperava sobre as Duas Sicílias (todo o centro-sul e a Sicília). Mazzini era o líder intelectual, amigo de Karl Marx e seguidor de suas ideias. Garibaldi, o líder militar, é tido hoje como um Che Guevara do século 19. Aliando-se ao norte, Garibaldi tomou as Duas Sicílias em 1860. Nascia não uma república, mas o Reino da Itália, sob as graças de Vittorio Emanuele II. A unificação se completaria após a anexação de Veneza e Roma. Esta, sede dos Estados Pontifícios, era território do Papa, que tentou resistir com seus exércitos mas sucumbiu em 1870. A Igreja teria que se contentar com o Estado do Vaticano, criado em 1929.

Como a migração para o Brasil ocorria em pleno processo de unificação, os que aqui chegavam não se reconheciam como italianos, mas como vênets, lombardos, napolitanos, sicilianos... Após a unificação, um dos líderes afirmava: "Fizemos a Itália, agora temos que fazer os italianos". Começava o processo de construção da identidade dentro e fora da Itália. No início do século 20, quando a Itália financiou por um período escolas em colônias do Sul do Brasil, o cônsul em Santa Catarina exigia que as crianças se dissessem italianas e não brasileiras, mesmo que houvessem nascido no Brasil. Fato que o indispôs tanto com os colonos quanto com o governo.

que iria se **consolidar somente em 1870**. Além do embate político, o capitalismo chegava tardio e avassalador. Revirando as estruturas sociais, a nova ordem deixava grande número de excluídos para trás. As vítimas eram as de sempre, camponeses e pequenos agricultores.

Isso não quer dizer que o choque capitalista desarticulou uma sociedade exemplar. A organização produtiva italiana era um resquício do feudalismo. As lutas pela unificação permitiram a superação da estrutura medieval, mas as propriedades se concentraram nas mãos dos novos poderosos, restando poucos pequenos proprietários não endividados. Ao fim, a modernização da economia mostrou-se eficiente. Tanto que o Norte da Itália, primeira região a se industrializar, prosperou, e até hoje é mais rico do que o Sul, que viu as novidades – assim como as dificuldades causadas por elas – chegarem mais tarde. Em situações como essa, o período mais dramático é a transição de um estado para outro. Ninguém sabe ao certo o que se passa e não há ainda regras para coibir abusos e proteger os mais fracos. Para financiar a infraestrutura do país unificado o governo taxou tanto a produção de farinha quanto a importação de cereais. O custo da alimentação ficou pela hora da morte. Em regiões como o Piemonte, a Lombardia e o Vêneto instalou-se a insidiosa pelagra, uma avitaminose causada pelo consumo quase exclusivo do milho e derivados. Faltava tudo, não só comida: os camponeses tinham que secar esterco de gado para fazer fogo e dormiam junto aos animais para não morrer de frio.

Imaginem-se milhares ou mesmo milhões (a população italiana era de quase 30 milhões de pessoas) em tal situação, confrontadas com a intensa e persuasiva oferta de uma vida nova e auspiciosa na América – a longínqua, rica e grande América, conforme era idealizada –, sendo o Brasil um dos maiores anunciantes da campanha publicitária. Ela era veiculada por toda a Europa, com ênfase na Alemanha e na Itália: circulavam por toda parte panfletos, jornais, agentes de viagem e de imigração, conferencistas e “multiplicadores” arregimentados entre os locais. Era uma venda fácil, pois o lado comprador desejava demais o “produto”. A ponto de en-



*Embarque de migrantes no porto de Gênova: esperança de dias melhores*

xergá-lo com lentes cor-de-rosa e contornos dourados, mais atraente ainda do que a propaganda pintava. Assim o Brasil tornou-se ***il paese della coccagna*** para os italianos. Por esse período, por motivos semelhantes, o Brasil – particularmente o Paraná – foi concebido como uma terra encantada também para poloneses e ucranianos.

A situação juntava fome com vontade de comer. Não eram apenas os camponeses que estavam à vontade para deixar seu país. As autoridades desejavam verem-se livres do problema social. Ainda que jornais lamentassem a partida de patricios e fizessem campanha contra a emigração, a política do governo facilitava o êxodo. A igreja se posicionava: as partidas de emigrantes eram abençoadas pelos padres, que fundaram uma congregação para assisti-los. O lado brasileiro, além de estar de olho na função que o imigrante teria nas colônias e nas fazendas, via vantagens extras no arranjo com os italianos. Uma delas era a religião católica, que facilitaria, calculavam as autoridades, a integração com os brasileiros, além da cor da pele. Andavam em voga estranhas teorias de darwinismo social e eugenia, que levariam intelectuais a concluir que negros e mestiços eram incapazes de pôr o país no rumo do desenvolvimento.

O pacote de bondades do governo de *coccagna* parecia generoso: a passagem era por conta e o pagamento das terras seria em suaves prestações. Nos primeiros tempos haveria ainda um salário para quem trabalhasse em obras de infraestrutura. Em 1875 começaram a desembarcar, no Sul, os primeiros italianos. Camponeses procedentes em sua maioria do Tirol, do Vêneto e da Lombardia iniciaram a escalada das montanhas do Rio Grande do Sul, conforme o desejo de Pedro II, e também se estabeleceriam em Santa Catarina e no Paraná. Da mesma forma que os alemães eles sofreram nas longas viagens em veleiros lentos e lotados e se decepcionaram com o matagal fechado. É comum o relato de logro por parte de empresas e das autoridades, quebras de contrato, doenças e miséria.

Entretanto, documentos italianos demonstram que as pessoas migravam para a América não por ilusão, mas pela oportunidade de trabalhar e de “voltar a comer”. As informações chegavam à Europa por meio do relato de emigrados, que afirmavam trabalhar muito, sem, entretanto, ter que pagar taxas injustas sobre a produção ou receber oficiais de justiça. Tan-



*A fantástica Cocabna, na visão do pintor Pieter Bruegel*

### O paraíso era nos trópicos

O País da Cocabna era um lugar maravilhoso idealizado por povos destituídos de dignidade e recursos – mas dotados de imaginação – da Europa medieval. Seria um paraíso terrestre para satisfação dos sentidos, especialmente os mais baixos. Não havia limites ao delírio dos camponeses para descrever a abundância e a permissividade reinantes no tal país, onde as casas eram de doce, a juventude eterna e as freiras estavam sempre disponíveis e dispostas para o sexo. A alta montanha que dominava a topografia do país da cocabna seria na verdade um vulcão que expelia moedas de ouro. A chuva era de pérolas e diamantes (às vezes de ravióli) e o clima sempre agradável. Detalhe importante: nessa terra ninguém trabalhava. Nas famintas e doentes comunidades rurais do norte da Itália que ainda cultuavam lendas e superstições da Idade Média emergiu uma credulidade tardia, em fins do século 19, no *paese della coccagna*. A propaganda ajudava. Um cartaz afixado no porto de Gênova, onde os migrantes aguardavam às vezes semanas para embarcar, sugeria que no Brasil a comida caía do céu. Dizia-se que no paraíso tropical o vinho jorrava sem parar, os rios eram de mel e o salame dava em árvores. Ou dizia-se que, ao menos, esta seria uma terra em que se plantando tudo dá.



*Família de italianos que fixou residência na Serra Gaúcha, em foto de 1904*

to que um dos pilares da política brasileira de atração era criar um fluxo espontâneo de imigração, no qual os próprios colonos incentivassem a vinda de parentes e conhecidos. Para tanto o governo melhorou a política oferecendo benefícios e aumentando gastos com os núcleos coloniais. Um trecho de carta enviada aos parentes na Itália pelo imigrante Cristoforo Pescador, de Urussanga (SC), resume isso tudo. Após afirmar não acreditar na promessa oficial do governo de pagar a viagem dos imigrantes, ele sentencia: “Pobre de quem acredita. Mas, porém, quem vem mesmo enganado, vive melhor no Brasil do que na Itália”.

A imigração espontânea tinha como destino preferencial as colônias do Sul ou as cidades onde os italianos buscavam se estabelecer como comerciantes, pois eram realizadas por pessoas que tinham alguma posse – resultante de venda de terras na Itália – e não dependiam tanto de subsídios. Assim livravam-se da sanha dos fazendeiros de café. Esses preferiam os mais pobres, mais fáceis de enredar em dívidas. Análises históricas procuram demonstrar um embuste: as colônias bem-sucedidas serviam para atrair imigrantes, mas muitos deles, ao chegar, ao invés de tornarem-se pequenos proprietários, eram desviados para fazendas de café. A verdade é que a imigração italiana para São Paulo, para as fazendas inicialmente, depois para o trabalho como operários na indústria, superou amplamente, em número de imigrantes, a entrada de colonos no Sul.

A imigração italiana massificou-se após a abolição da escravidão, em 1888. A República instaurada em 1889 manteve a política do Império e a vinda de imigrantes cresceu ano após ano até o fim do século 19, quando a imprensa da Itália passou a noticiar com alarde as más condições de vida dos imigrantes nas fazendas. Em 1902 a Itália proibiu a migração subsidiada de seus cidadãos para o Brasil. Ainda que o fluxo tenha diminuído a imigração continuou existindo durante toda a primeira metade do século 20. Estima-se que tenham se deslocado para o Brasil entre um milhão e um milhão e meio de italianos entre a segunda metade do século 19 e o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Em termos de recepção a italianos no período das Grandes Migrações o Brasil ficou atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina.

## A polenta entra no cardápio

*Na Serra Gaúcha, Vale do Itajaí, sul catarinense e no entorno de Curitiba, os imigrantes italianos se estabeleceram dispostos a “vencer ou morrer”*

Os alemães chegaram primeiro e ficaram com a melhor parte, as terras planas dos vales dos rios dos Sinos e Caí, no Rio Grande do Sul. As terras que o governo destinara à nova etapa de colonização do estado ficavam nas encostas íngremes da serra. Organizadas em colônias, foram batizadas de Conde D’Eu e Dona Isabel, origem das atuais cidades de Garibaldi e Bento Gonçalves. A colonização italiana no Rio Grande do Sul teve início em 1870, sob gestão provincial, mas não decolou. O governo imperial assumiu a empreitada e em 1875 chegaram levas do Piemonte, da Lombardia e do Vêneto. Uma nova colônia foi criada – Caxias (atual Caxias do Sul) – no local que os tropeiros que subiam a serra em direção a Bom Jesus denominavam Campo dos Bugres. Em cinco anos as três colônias tinham mais de 10 mil habitantes. Na década de 80 foram criadas São Marcos, Nova Pádua e Antônio Prado, contíguas a Caxias. Os novos povoados que subiam a serra balizavam a abertura de estradas que os próprios colonos construíam. Os intervalos entre os núcleos seriam ocupados por brasileiros atraídos pela prosperidade das colônias.

Em Santa Catarina, a experiência colonizadora pioneira, datada de 1836, contou com italianos. Um grupo de 180 pessoas da Sardenha fundou Nova Itália, atual São João Batista. Em 1875 Santa Catarina passou a receber levas da Lombardia, do Tirol Italiano, do Vêneto e de Trento. Elas se dirigiram ao Vale do Itajaí e ao Sul do estado. No Vale do Itajaí, coração da colonização alemã, os italianos se estabeleceram no entorno de Blumenau, em colônias como Rodeio, Ascurra, Apiúna e Rio dos Cedros, além de outras localidades como Nova Trento. No Sul do estado as colônias

*Caxias do Sul em 1880: o caminho de terra boje é a Avenida Júlio de Castilhos, uma das principais da cidade*





Família de viticultores do sul de Santa Catarina: uvas adaptadas

### Luta pela vinho

O vinho começou a ser feito do jeito que dava, ou seja, precariamente. Tanto que as primeiras partidas seriam referidas, não sem algum carinho bem humorado pelos que o degustavam, como o vinho mais áspero do planeta. Ou, sem eufemismos, o pior vinho do mundo. Fazer um produto de qualidade àquela altura era missão impossível. Os italianos do norte bem que tentaram transferir seu patrimônio para o Brasil, mas muitas das mudas de parreira não resistiram aos rigores da jornada. E a umidade não deixou as que chegaram florescer em todo esplendor. Mas vênnetos e piemonteses eram exímios vinhateiros desde o Império Romano, e não deixariam por menos. Eles conseguiram, com os alemães, mudas de variedades americanas, as uvas Isabel, Herbemont e outras, e delas fizeram ser precioso líquido. Mas, como bem sabem os apreciadores, o vinho feito das uvas americanas não é uma bebida fina. Combina mais com a ideia da bebida adocicada, vendida em garrações – o famoso vinho colonial. Ainda assim, conquistou mercado. A primazia da venda de vinho gaúcho fora do Rio Grande do Sul coube a Antonio Pieruccini, que entregou seu produto em São Paulo em 1898. Em Santa Catarina a produção crescia nas colônias de Urussanga e Azambuja, mas as uvas não amadureciam bem e os vinhos eram fracos em cor e em álcool. Fez a diferença a introdução de uma variedade híbrida, um misto de uva europeia e americana desenvolvida nos Estados Unidos, denominada Goethe.

foram formadas a partir de 1877, com destaque para Azambuja, Urussanga e Criciúma. Nessa região predominaram os vênnetos.

No Paraná, os esforços para atração de imigrantes se acentuaram após 1853, quando se emancipou de São Paulo (do qual era a Comarca de Curitiba) e tornou-se província. Os primeiros ita-

lianos que chegaram ao Porto de Paranaguá foram levados à Colônia Assungui, a 70 quilômetros de Curitiba, onde havia franceses, ingleses e alemães. A partir de 1875 outras colônias foram formadas no litoral, mas os italianos logo se acomodaram no entorno de Curitiba, que já era então o centro mais dinâmico do estado. Compraram as terras que dariam origem a Santa Felicidade, hoje um dos bairros mais importantes da capital paranaense.

Com terrenos menores e menos produtivos que os dos alemães já estabelecidos, o melhor a fazer era arregaçar as mangas e tornar o lugar o melhor possível – mantendo tradições e o estilo de vida do país natal. Daí surgiu o “lema” dos colonos italianos, *o que se vince, o pur si muore* (ou se vence ou se morre). Toda a família se envolvia com o trabalho, sendo que as crianças começavam aos 8 anos de idade. O cultivo do milho foi essencial para os italianos, já que do plantio à colheita transcorre pouco tempo e o grão é a base da típica polenta. Na entressafra, era possível usar a terra para o trigo, essencial para a culinária italiana e de cuja palha se fazem chapéus e cestos. Também se dedicaram à produção de açúcar, cachaça, graspa, leite, queijo e salame; à criação de suínos para banha e à sericicultura, a criação do bicho-da-seda. Havia algo que os italianos poderiam fazer melhor do que ninguém, **o vinho**.

Como nas colônias mais antigas, com o tempo veio a geração de excedentes que passaram a ser comercializados graças à abertura de canais de distribuição e logística – fossem embarcações carregando mercadorias rio acima e abaixo, fosse o lombo da mula bruaqueira, que se embrenhava nos matos e enfrentava a pirambeira a serviço do tropeiro caixeiro viajante. No Sul de Santa Catarina, a construção da estrada de ferro Dona Tereza Cristina, nos anos 1880, ligou as colônias italianas ao litoral e aos portos. Ela foi feita para escoar o carvão mineral da região, mas produtos coloniais pegavam carona. Na mesma época saiu a ferrovia ligando Curitiba ao litoral. Mais tarde, já no século 20, foram abertas estradas de ferro no Vale do Itajaí. A ligação de trem entre Caxias e Porto Alegre ficou pronta em 1910.

Assim cumpria-se, aos poucos, uma função estratégica da imigração, o abastecimento do mercado interno que crescia em paralelo ao complexo cafeeiro de São Paulo.

No afã de manter os hábitos, imigrantes trouxeram sementes secas de hortaliças, como o *radicchio*, que vingou por aqui. A propaganda de imigração prometia clima semelhante ao da terra natal, mas mesmo sendo o Sul do Brasil mais fresco que a média do país, é muito mais quente que a Itália Setentrional. Ainda assim, o hábito alimentar relacionado ao frio se manteve, a começar pela calórica polenta. Já a minestra, a sopa de macarrão, ganhou uma adaptação inusitada, com a adição de caldo de feijão preto. A passarinhada com polenta era outro clássico da cozinha colonial, mas a caça à jacutinga, ao macuco, ao uru e outras espécies não sobreviveu ao tempo e à evolução da consciência ambiental – ou à quase extinção das aves. Restou o *galeto ao primo canto*, produto da criação de aves para o abate tão logo elas começam a cantar, daí ser chamado “galinho de primeiro canto”.

Os jogos de bocha, mora, argolas, quatrilha, truco, triunfo e tresete ajudaram a manter vivas as tradições, acompanhando almoços festivos regados a vinho e terminando em cantorias. Mas foi na religiosidade que as comunidades mantiveram seus laços mais firmemente. Católicos fervorosos, os italianos rezavam o terço e as ladainhas antes das refeições e reuniam-se para o rosário na casa de um colono, por motivo de festa ou enterro. Construíam uma capela em cada “linha” das colônias, cada uma dedicada a um santo padroeiro, com capricho na decoração, incluindo imagens de madeira, vidros coloridos e sino de bronze. As capelas tornavam-se um centro de vida comunitária, reunindo os colonos vindos das roças.

As colônias prosperaram, e não era incomum que parentes dos emigrados solicitassem recursos. Após o fim da Primeira Guerra, em 1918, Ferdinando Búrigo, um imigrante que se estabelecera em Urussanga e retornou para a Itália (região de Belunno, no Vênneto) após envelhecer, pediu ajuda ao filho que ficou cuidando do comércio no Brasil. Este enviou ao pai uma remessa de 30 litros de cachaça, uma caixa de banha e duas mil libras. O que daria, segundo as contas da família, para o patriarca passar “parcimiosamente” o ano de 1919, podendo inclusive fortificar-se um pouco. Os recursos gerados pelos imigrantes no Brasil ajudavam a reerguer a Europa.

*Galeto com polenta e radicchio, vinho, carreado e fé (na foto, a matriz de Urussanga - SC): receita típica italiana*



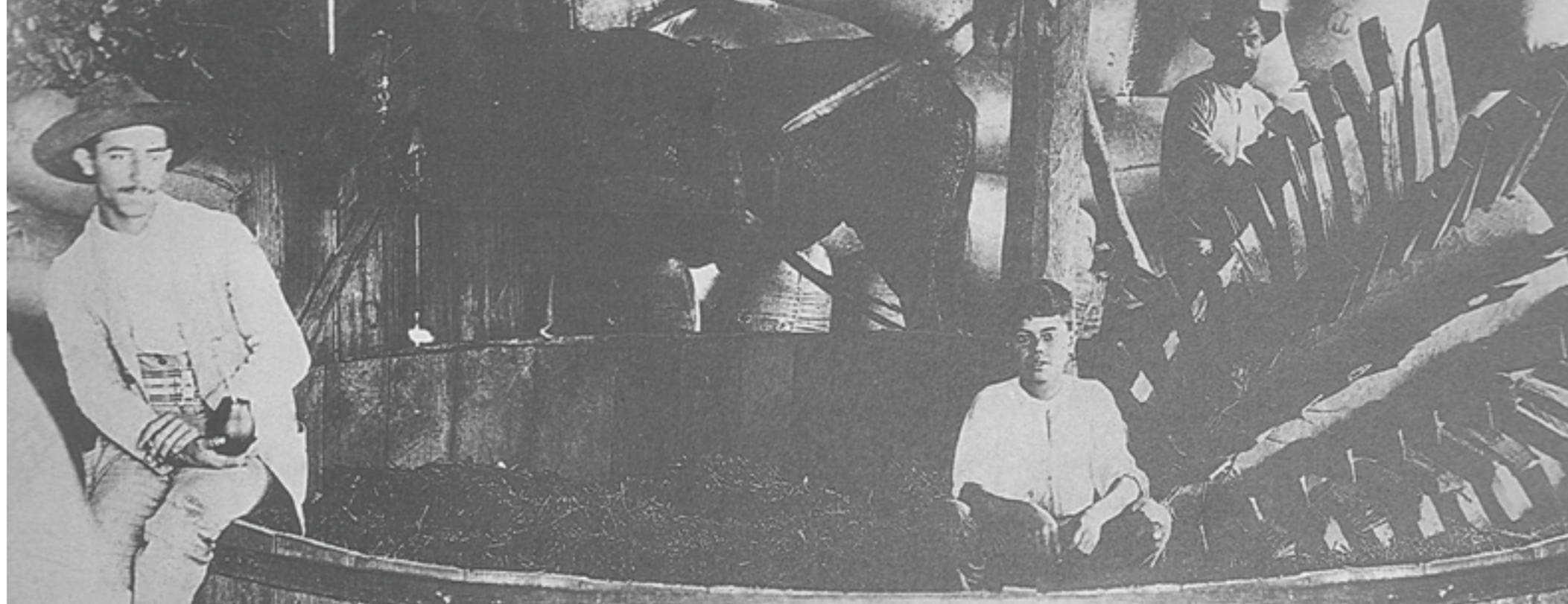
## O ciclo do “ouro verde”

*A erva-mate, secundada pela madeira, foi o motor da economia do Paraná e do norte catarinense por longo tempo*

O hábito de consumir chimarrão teria sido “descoberto” pelos espanhóis em meados do século 16, quando um grupo de soldados provenientes do Paraguai em marcha de expansão territorial chegou a Guáira, no atual estado do Paraná. Os milhares de índios guaranis que os receberam eram fortes e dispostos, talvez resultado de uma estranha beberagem coletiva, feita a partir de uma infusão de folhas em um porongo e realizada com o auxílio de um canudo. Os espanhóis que a experimentaram de certo gostaram e sentiram-se bem, levando a novidade adiante. A bebida feita de erva-mate (*Ilex paraguariensis*) ganhou o Cone Sul, passando a ser consumida largamente pelos colonizadores espanhóis e portugueses. No tempo das missões jesuíticas, chegou a ser um importante produto de exportação do Rio Grande do Sul. Mas, grosso modo, a produção regional manteve-se em níveis de consumo próprio ao longo de séculos.

A situação mudou na segunda metade do século 19, quando o Paraguai, primeiro devido a decisões políticas, depois por estar destruído pela guerra, deixou de fornecer com regularidade aos principais consumidores, a Argentina e o Uruguai. Ocorre que, ao mesmo tempo, o Paraná abria uma estrada ligando Curitiba ao litoral, onde se localizava a maior parte dos seus engenhos de mate. Assim que a estrada ficou pronta, em 1873, os engenhos foram transferidos para os arredores de Curitiba, o que provocou um súbito crescimento da atividade, com mais e mais gente se dedicando ao cultivo, à colheita e ao beneficiamento. O problema era a enorme dificuldade em se transportar a erva bruta morro abaixo, sem estradas, à custa da força humana. Com os engenhos próximos à produção, tudo ficou mais fácil. Com os preços em alta devido à retração da produção paraguaia, a produção paranaense explodiu.

Desde então, até a Primeira Guerra Mundial, a erva-mate foi o esteio da economia paranaense, envolvendo milhares de imigrantes e brasileiros na produção e na logística e fornecendo sustentação à burguesia industrial nascente da província. Graças ao dinheiro do mate a aristocracia curitibana se refinou, como bem mostram as primeiras construções suntuosas da capital, como



*Beneficiamento de mate: mercado cresceu com a decadência da concorrência paraguaia*

a Mansão da Glória e o palácio do **Barão do Serro Azul**. A produção de mate também impulsionou a economia do Planalto Norte e do nordeste catarinenses, beneficiados pela abertura de estradas. A prosperidade era notável, a ponto de os maiores exportadores fundarem, em 1890, a Cia. Industrial Catarinense, maior organização do estado, que chegou a controlar um banco no Paraná e uma indústria em Buenos Aires. No início do século 20 o processamento de mate era a atividade mais importante de Joinville, respondendo por metade do valor da produção industrial.

Em paralelo ao *boom* da erva-mate, a madeira se posicionava como importante fonte de riqueza das colônias. Serrarias movidas a água ou a vapor pipocaram pelos três estados do Sul. Madeiras nobres, como cedro, ipê, angico e cabreúva, além da araucária, eram usadas pelos colonos para construção de moradias, móveis, carroças e implementos, e vendidas em grande quantidade para o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Na Serra Gaúcha, as madeiras foram o embrião da indústria moveleira. Em Blumenau, nos anos 1870 a maior receita da colônia provinha da venda de madeira. A exploração do oeste do Paraná foi movida pela dupla erva-mate/madeira a partir dos anos 1880. A era de ouro da erva-mate teria fim com a crise mundial de 1929. Mas o ciclo da madeira mal estava começando, conforme se verá no capítulo 7.



*Transporte de toras em Santa Catarina: madeira ajudou a sustentar colônias*



### Triste fim do Mauá paranaense

Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, foi o maior produtor e exportador de mate do mundo. Mas foi ainda mais do que isso, e por seus feitos é comparado ao Barão de Mauá, o maior empresário do Império. Quando nasceu, em 1849, seu pai, um figurão de Curitiba, perdeu cargos públicos e privilégios porque era a favor da separação da Comarca de Curitiba de São Paulo, o que aconteceria em 1853, com a emancipação do Paraná. Com a família novamente por cima, Correia entrou na política, posicionando-se como abolicionista radical. Tanto que utilizou o trabalho livre em seus empreendimentos: vastas plantações e engenhos de erva-mate. Antes de entrar no ramo, visitou Buenos Aires e Montevideú, os centros consumidores, para aprender tudo sobre o negócio. Com um sócio, ergueu o primeiro engenho em 1876. Depois comprou mais engenhos, serrarias, uma gráfica, um jornal, uma companhia ferroviária e criou um banco. Foi deputado provincial e presidente da câmara de Curitiba. Recebeu o título de barão da Princesa Isabel, regente do Brasil, em 1888. Mas veio a República e, durante a Revolução Federalista, Correia foi forçado a ajudar os revoltosos (maragatos) que passavam por Curitiba. Com a chegada dos legalistas ele foi acusado de traição e acabou executado miseravelmente, sem julgamento, em 1894, antes de completar 45 anos de idade. E ainda passou à história como traidor, sendo seus atos banidos da história oficial do Paraná. O resgate de sua memória ocorreu somente 40 anos depois.

## As mil faces do Sul

*Diversidade étnica brasileira está calcada na imigração de portugueses, africanos e de povos europeus de várias nacionalidades*

A diversidade étnica e cultural que atualmente é motivo de orgulho para o Brasil tem origem na imigração. Desde o descobrimento o país recebeu imigrantes, sendo os portugueses os mais numerosos, incluindo aí os açorianos. Os africanos, submetidos à migração forçada, formavam com os lusos o maior contingente populacional até o século 19. Até 30% da população do Rio Grande do Sul no início do século 19 era de negros escravos. Os espanhóis também tiveram influência na formação cultural e econômica gaúcha. Não como imigrantes, mas como ocupantes da mesma terra. Nas fronteiras mal definidas pelas coroas portuguesa e espanhola da América do Sul até o final do século 18, espanhóis e portugueses se mataram e se misturaram. Até hoje é grande o número de expressões castelhanas no linguajar do gaúcho. Manifestações culturais, como a poesia campeira, são as mesmas do Uruguai e da Argentina.

A imigração no século 19 foi profundamente marcada pelos italianos e alemães, os mais numerosos e influentes, seguidos dos escravos - poloneses e ucranianos - que chegaram em grande número ao Paraná. Franceses, ingleses, holandeses, suíços, austríacos, russos, noruegueses, búlgaros e representantes de outras nacionalidades e etnias também se organizaram em colônias rurais, no mais das vezes mistas, como a de Assungui, no Paraná, e a de Grão Pará, em Santa Catarina, e mais tarde em cidades que eles próprios ajudaram a criar. A imigração seguiu no século 20, com italianos e germânicos à frente.

Holandeses chegaram ao Paraná em 1911, na região de Castro, onde introduziram a pecuária leiteira e a industrialização do produto, fundando a cooperativa Batavo. Em 1933 o então ministro da agricultura da Áustria, em meio a uma crise, deixou o país



e, com um grupo de conterrâneos, fundou o povoado de Dreizehnlinden, que ficou conhecido como Tirol brasileiro: trata-se da cidade de Treze Tílias, no oeste de Santa Catarina. Após a guerra, em 1951, um grupo pertencente a um povo de cultura alemã, os suábios do Danúbio, vivia em albergues de refugiados na Áustria, até que um instituto humanitário suíço os enviou ao Brasil. Em Guarapuava, no oeste do Paraná, eles se estabeleceram e fundaram a hoje poderosa Cooperativa Agrária.

Os imigrantes europeus do século 20 não eram necessariamente agricultores. Vieram técnicos especializados em setores da indústria ou detentores de outras habilidades necessárias ao processo de industrialização e urbanização pelo qual passava o Brasil. Mas foi principalmente a perseguição que motivou a vinda de judeus. Em 1904 chegaram a Santa Maria (RS) os primeiros judeus russos da Bessarábia, seguidos de outros grupos da Rússia, Argentina e dos Estados Unidos. Os que vieram depois, entre os anos 20 e 40, se estabeleceram nas grandes cidades, como Porto Alegre, que conta com o Bom Fim, bairro tipicamente judeu. Imigrantes de países do Oriente Médio, como o Líbano e a Síria, também foram para as cidades. Já os japoneses eram especialistas na lida do campo. Eles desembarcaram no Paraná nos anos 30 para ocupar principalmente o norte, lugar de lavouras de café. Chegaram ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina nos anos 50, dedicando-se à horticultura e ao cultivo de alho e maçãs.

É difícil mensurar com exatidão a quantidade de imigrantes da região Sul. Grosso modo, pode-se afirmar que a entrada de imigrantes europeus não portugueses ao menos dobrou a população da região Sul no século 19. A influência perdurou. Em Santa Catarina, estima-se que metade da população descende de italianos, enquanto no Paraná a influência seria de 40%. O Vale do Itajaí é conhecido como o Vale Germânico. Já Curitiba é tida como a segunda cidade - a primeira é Chicago - em número de habitantes de origem polaca fora da Polônia. São fatos que nomes como Mazon, Randon, Suzin, Pedrini, Petreli, Médici, Schmitt, Hering, Karsten, Bundchen, Gaidzinski, Leminski, Zavascki, Sirotsky e milhares de outros não deixam esquecer.

Nas ruas das grandes cidades do Sul evidencia-se a diversidade étnica regional

## Empreendedores coloniais

*Como os imigrantes conseguiram erguer, no meio do mato e com poucos recursos, fábricas com fôlego para durar mais de cem anos*

O alemão Johann Karsten era um agricultor de mão cheia. Tanto que gerenciou os cafezais do imperador do Brasil, país para o qual emigrou em 1860, aos 22 anos de idade. Na Fazenda Imperial de Petrópolis o trabalho pesado era dos escravos, aqueles que Dom Pedro II desejava substituir pela mão de obra remunerada dos imigrantes. Talvez pelo desconforto de comandar escravos, talvez pela ânsia de possuir sua própria terra, Karsten não completou um ano na função. Assim que soube da colônia do Doutor Blumenau, na distante Santa Catarina, para lá rumou com a família: pais e cinco irmãos. Estabeleceu-se na periferia da colônia, à beira do Rio do Teste, afluen-

*Fábrica da Karsten em 1895, às margens do Rio do Teste: tecidos rústicos e fazendas finas*



te do Itajaí-Açu, onde encontrou uma queda d'água capaz de mover uma roda de moinho e gerar energia. Em um lote de 25 hectares plantou hortaliças e cereais, instalou um rancho, uma serraria e um pequeno moinho de grãos. Beneficiava cereais e madeira de outros colonos. Karsten levava os produtos até a vila para trocar e se capitalizou. Seu talento para os negócios o levaria a voos muito mais altos.

Em 1880, 20 anos depois de chegar ao Brasil, casado e com sete filhos, Karsten cultivou a ideia de erguer uma tecelagem em plena colônia. Juntou seu capital com o de um comerciante, Heinrich Hadlich, e ambos valeram-se dos conhecimentos de um técnico de tecelagem, Gustav Roeder. A empresa decolou em 1883, quando passou a importar fios da Europa. Logo se notabilizou, tanto pela produção de tecidos rústicos, para lavradores, quanto de fazendas finas que competiam com as importadas. A saída de dois sócios deixou o comando para Karsten, que o passou aos filhos, iniciando uma sucessão de comandos familiares. Cem anos depois se tornaria uma das mais importantes do país em artigos de cama, mesa e banho e de decoração.

A jornada embrionária e de recém-nascida da Karsten, que combinou os talentos e recursos do agricultor, do comerciante e do técnico, ilustra bem a incrível trajetória de colonos da região Sul – alemães e italianos em especial – que escreveram os capítulos mais impressionantes da industrialização regional. Havia um profundo isolamento das colônias em relação aos mercados do país. As colônias também não tinham acesso ao sistema financeiro nacional, que poderia apoiar empresas nascentes. Contou muito para o sucesso das indústrias o empreendedorismo dos imigrantes, isto é, a capacidade de desencadear processos produtivos e de geração de riquezas baseados no trabalho duro, na vontade de progredir e na engenhosidade em encontrar soluções inovadoras para problemas. Em Santa Catarina predominou, nesse período seminal, a indústria têxtil. No Rio Grande do Sul destacaram-se as indústrias de calçados, vinícolas e metalúrgicas. No Paraná, a indústria moderna chegou por meio da **erva-mate**.

Mas apenas a capacidade empreendedora dos imigrantes não seria suficiente para explicar a gênese da indústria. Havia, para começar, um mercado local a ser explorado, graças ao contínuo crescimento das colônias via entrada de novos imigrantes e altas taxas de fecundidade. Donos de seus próprios narizes (terras) e bons trabalhadores que eram, os colonos logo passaram a gerar excedentes de produção, trocas, comércio entre colônias, enfim, alguma riqueza, que sustentava um incipiente mercado regional. Para supri-lo muita coisa tinha que ser importada, daí a oportunidade de se produzir localmente. Tanto que em 1882, apenas seis anos depois da chegada dos primeiros colonos italianos a Caxias, na Serra Gaúcha, a vila já possuía fábrica de cerveja, oficina de sabão, funilaria e várias oficinas de ferreiro, além de 73 moinhos. Em 1890 tinha 235 pequenas indústrias e seis casas de comércio.

### A erva tecnológica

Até a metade do século 19 os engenhos de erva-mate eram aparatos rústicos e insalubres, sugadores de trabalho escravo. Mas para que a produção desse o salto que tornaria o mate a locomotiva da economia paranaense era necessária uma revolução tecnológica. Em usinas do Barão do Serro Azul, o rei do mate, foram criadas inovações como o esmagador ondulatorio, separador por ventilação, elevador helicoidal e torrador mecânico. O processo de modernização se completaria com a mão de obra do imigrante, que, remunerada e melhor qualificada para a operação de máquinas, substituiria a do escravo. O paradigma desse novo arranjo foi a Fábrica Tibagy, instalada no bairro do Batel, em Curitiba. Cabe ressaltar a diferença entre esse tipo de empreendimento e os nascidos nas colônias. A modernização do mate se deu pelas mãos de grandes empresários que utilizaram trabalho assalariado do imigrante. Já as indústrias coloniais, de pequeno porte, nasciam do próprio esforço do imigrante e contavam com pouco capital, por isso seu ritmo de crescimento era muito mais lento.

## O Brasil se veste sozinho

O Brasil bem que poderia ter se adiantado em um século para tomar o trem da Revolução Industrial. A indústria têxtil começava a se desenvolver por aqui já em fins do século 18, quando havia abundância de algodão, mercado interno e demanda no mundo. Mas logo a metrópole (Portugal) mandou parar com a produção e simplesmente queimar os teares. Estava proibida a industrialização da colônia, em nome dos interesses portugueses e, principalmente, da Inglaterra, país que mantinha draconianos acordos comerciais com Portugal em troca de proteção militar. A indústria têxtil só iria ressurgir com força após 1860, quando se configurou um cenário que incluiu oferta de matéria-prima, proteção tarifária para a indústria nacional e mercado crescente. As primeiras fábricas surgiram em Minas Gerais. Os maiores empreendimentos foram implantados no Rio de Janeiro e na Bahia, tornando o setor um dos motores da economia brasileira após 1880. As indústrias pioneiras de Santa Catarina, de pequeno porte, tinham perfil distinto dessas grandes fábricas. Tanto que desde o fim do século 19 até 1929 o número de teares nas indústrias catarinenses correspondeu a somente 0,5% do total do Brasil.



*Casa comercial Renaux (à esq.), em Brusque: capital para a indústria*

Os astros se conjugaram por essa época, pois o mercado crescia ao mesmo tempo em que se formava um ambiente motivador para a instalação de indústrias no país em fins do período imperial, que se acentuou na República. Um exemplo são os incentivos do governo à **indústria têxtil**. O sistema de tributação da época taxava pesadamente a entrada de tecidos acabados no Brasil, mas facilitava a entrada de matérias-primas como o algodão e o fio, além de máquinas. Desse modo o mercado local era reservado para a produção local, que podia contar com insumos baratos. A partir de 1880 teve início um “surto industrial” em todo o Brasil, englobando não apenas o têxtil, mas também outros segmentos. Estava igualmente presente nas colônias um elemento fundamental para a industrialização: o conhecimento. Ocorre que, como a imigração incentivada pelo governo

tinha finalidade agrícola, os europeus se identificavam como agricultores em sua documentação, quando na verdade muitos tinham formação ligada ao artesanato e à indústria. Vale lembrar que no último quartel do século 19 já ia longe a Revolução Industrial na Europa.

Se nas colônias havia abundância de dois dos fatores clássicos de produção – trabalho e terras –, faltava o terceiro: o capital. Afinal, para se erguer uma indústria é necessário um bocado de dinheiro para a construção de prédios, compra de máquinas, instalação de sistema de energia, pagamento de consultores, técnicos, contratação de empregados. Isso tudo antes de começar a produzir e faturar. Sem a existência do famoso capital inicial, indústria nenhuma sai do papel. Mas dinheiro sobrando era algo muito raro em mãos de colonos. Pode até ter havido casos de empreendimentos que nasceram muito modestos, à base de trabalho familiar em pequenas oficinas domésticas, mas em algum momento seria necessária uma injeção de capital para saltos produtivos e tecnológicos. Esse capital estava nas mãos dos comerciantes.

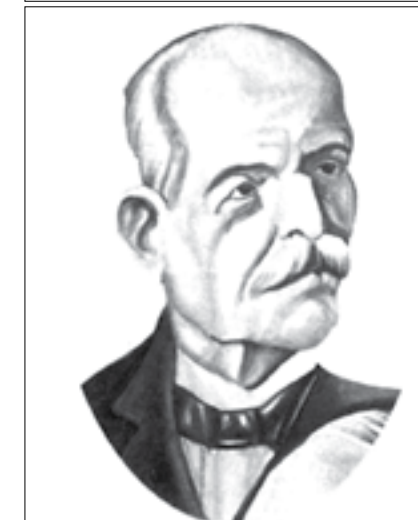
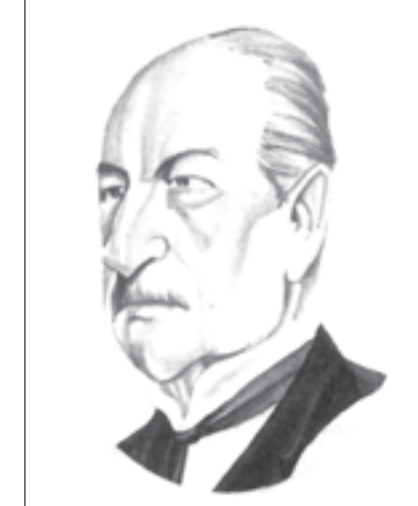
Mais do que simples vendeiros, os comerciantes eram estratégicos para o desenvolvimento

local. Faziam a comunicação da colônia com o resto do mundo, indicando o que e quanto plantar, comprando a produção e vendendo artigos importados. Muitos possuíam barcos e carroções, constituindo verdadeiras companhias logísticas. A certa altura tornaram-se os “banqueiros” locais, na ausência de um sistema financeiro formal. Cuidavam da poupança dos agricultores (serviço pelo qual cobravam taxas e pagavam rendimentos) e ofereciam crédito de consumo. Com isso, além de se tornarem os mais ricos do pedaço, os vendeiros obtinham capital de giro para bancar novos empreendimentos por conta própria ou para emprestar (financiar) àqueles que detinham conhecimento, disposição para trabalhar e vontade de vencer, mas não tinham dinheiro para começar ou para se expandir.

Em Blumenau, a Hering é a mais antiga das companhias têxteis: foi fundada em 1880, dois anos antes da Roeder, Karsten & Hadlich. Sua origem está na disposição empreendedora de dois irmãos, naturais da Saxônia, detentores de conhecimentos técnicos e com experiência fabril e comercial no ramo têxtil, tendo sido proprietários e sócios em empreendimentos na Saxônia e na Silésia. Bruno e Hermann Hering faziam parte de uma linhagem de tecelões iniciada no século 17, período em que todos os homens da família dedicaram-se a tal formação profissional. Mas após o processo de unificação da Alemanha, concluído em 1871, sobreveio uma sucessão de crises econômicas. Foi nesse contexto que Hermann Hering, o mais velho de uma família de nove irmãos, nascido em 1835, deixou a esposa grávida e sete filhos aos cuidados do irmão Bruno e embarcou para Blumenau.

Ao chegar, gostou do que viu: um lugar onde tudo estava por fazer, em oposição à economia que se desfazia em sua terra natal. Montou uma venda e produziu charutos artesanalmente. Seu plano era entrar no ramo de importação de confecções alemãs, até que lhe caiu no colo uma oportunidade: comprou um tear manual de segunda mão e uma caixa de fios de um colono de Joinville. Selava-se nessa transação o destino indus-

*A Trikotwaren Fabrik Gebrüder Hering, fundada em Blumenau em 1880*



*Os irmãos Hermann e Bruno Hering, fundadores da empresa que leva o seu nome*



trial da família. No ano seguinte mandou vir os dois filhos mais velhos e, em 1880, chegaram o irmão Bruno com a cunhada e os sobrinhos restantes. O núcleo familiar estava apto a iniciar as operações da Trikotwaren Fabrik Gebrüder Hering. A empresa dedicou-se a uma produção ainda inédita no Brasil: a confecção de malhas. A inovação associada à qualidade logo fez diferença. Os produtos da Hering se destacaram em exposições e ganharam mercado entre os colonos do nordeste catarinense, depois no Rio Grande do Sul e, finalmente, no Rio de Janeiro.

Inicialmente importando fios da Alemanha, a companhia depois apostou na verticalização, produzindo os próprios fios, além de contar com tecelagem e confecção. A unidade de fiação, financiada por uma companhia de Hamburgo, ficou pronta em 1913, apenas um ano antes de eclodir a primeira guerra mundial. A guerra interrompeu o comércio entre o Brasil e a Alemanha, e se ainda houvesse dependência para o fornecimento de fios a Hering certamente enfrentaria grandes dificuldades. Mas, munida da fiação e incentivada pela política de substituição de importações, a companhia prosperou. Em 1914 tinha 300 funcionários.

Os dois irmãos e sócios, representados pelos dois peixinhos – Hering em alemão significa arenque – da famosa logomarca, imprimiram sua marca na cultura da empresa e na região de Blumenau. Hermann era apaixonado pela técnica e pelas máquinas. Bruno fomentava a leitura entre os funcionários e tinha simpatia pelos ideais socialistas. Fundou uma cooperativa. A confluência das personalidades complementares tornou a Hering uma das empresas mais importantes para a formação de uma sociedade desenvolvida e peculiar em Blumenau. Além de se tornar uma locomotiva econômica – o grupo chegou a ter quase 30 mil funcionários –, a empresa desenvolveu ações sociais, ambientais e culturais, como o apoio ao **Teatro Carlos Gomes** e a criação do Museu Hering em 2010.

Na colônia Dona Francisca, atual Joinville, o pioneiro da indústria também foi um tecelão vindo da Saxônia em crise. Carl Gottlieb Döhler

*Teatro Carlos Gomes: exibindo óperas desde os anos 1940*



### Empresas fazem coro

Uma das primeiras realizações dos primeiros imigrantes de Blumenau foi formar grupos de teatro e de canto, em nome da manutenção de suas tradições e para conferir sentido à sua aventura migratória. A tradição nunca morreu. Os grupos se sofisticaram ao longo do tempo, até que no final da década de 1930 se conformou a Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes, fruto da fusão das companhias Frohsinn e Liederkantz, que ergueria o ousado Teatro Carlos Gomes, com palco giratório e salão de festas. Diante de exigências legais de uso do idioma português e da perseguição sofrida pelos imigrantes nos tempos da guerra, o teatro homenageou o músico brasileiro. Mas nunca deixou de reverberar os acordes da cultura do velho mundo. Tanto que, sob a batuta de Heinz Geyer, discípulo de Richard Strauss e amigo do pianista Arthur Rubinstein, várias óperas e peças para canto foram encenadas a partir dos anos 40. A tradição musical pôde contar com o apoio de empresas, destacando-se a Hering. Ela apoiou a implantação do conservatório nos anos 40 e da Orquestra de Câmara de Blumenau, nos anos 80, dentre outros. Atualmente, várias reformas e ampliações do teatro são bancadas com o apoio de empresas.

tentou a sorte como agricultor mas percebeu que tinha mais a ganhar exercendo seu ofício original. Talvez prevendo que isso fosse acontecer, sua esposa Ernestine trouxe na bagagem cinco quilos de fios que sobraram da oficina da família na cidade de Glauchau. Döhler produziu sua primeira peça de brim em dezembro de 1881. Com um detalhe: o tear que fez o serviço foi construído pelo próprio pioneiro, cujo nome batizou a indústria. Ele ainda montaria mais duas máquinas antes de começar a trazê-las da Europa.

Em Brusque (antiga colônia Itajahy) foram os comerciantes que investiram em fábricas de tecidos. Caso do alemão Carlos Renaux, que para lá se dirigira para tocar a filial de uma loja de Blumenau, para onde emigrara em 1882, aos 20 anos. Conhecedor do potencial de tecelões emigrados da Polônia russa instalados na vizinha Guabiruba, Renaux usou seu capital acumulado como vendeiro e tomou empréstimos de outros comerciantes para erguer sua primeira fábrica de tecidos, em 1892, contratando os poloneses. Especializou-se na confecção de cortinas. Ainda que não fosse originalmente do ramo, o empresário tinha um faro notável para os negócios. Logo percebeu a oportunidade para uma fiação em Santa Catarina, onde a indústria têxtil já dava pano pra manga, mas o fornecimento de fios importados era irregular e indiferenciado. Tomou novos empréstimos junto a colonos, fez uma hipoteca em Florianópolis e um financiamento junto a uma companhia alemã. Oito anos após erguer a tecelagem, Renaux instalava em Brusque a primeira fiação de algodão do sul do Brasil.

No Rio Grande do Sul, antes da década de 1880 a indústria se concentrava em Rio Grande e Pelotas. Frutos de grandes investimentos dos barões do gado, as fábricas já nasciam grandes. Produziam têxteis, alimentos (carne e derivados, conservas) e tinham foco no mercado nacional. Era algo bem diferente da indústria que nasceu nas colônias a partir de 1880, motivada pela mesma energia construtiva e desafiada pela mesma carência de recursos que se via nas colônias catarinenses. Se Santa Catarina logo demonstrou vocação para o ramo têxtil, no Rio Grande do Sul destacaram-se, na gênese da indústria colonial, a vinicultura, a metalurgia e a indústria de calçados.

O boi foi a base da economia gaúcha durante séculos, mas o couro só foi ganhar destinação mais nobre do que as peças cruas da vestimen-



*Tear pioneiro de Carl Döhler: construído pelo próprio imigrante na Colônia Dona Francisca*



*Carlos Renaux: comerciante criou fiação e tecelagem*



*Eberle no início do século 20: fruto de visão empreendedora de um adolescente*

ta dos pampas pelas mãos de imigrantes alemães. Eles ergueram uma vigorosa indústria calçadista, tornando o polo gaúcho um dos maiores do país. Afinal, a maior parte dos imigrantes trabalhava descalço, sendo que em seu país de origem havia tradição secular na confecção de calçados – um dos nomes alemães mais comuns, “Schumacher”, significa “fazedor de sapatos”. E ali, bem à mão, estava o couro, já que o Rio Grande detinha o maior rebanho bovino nacional. O pioneiro do Vale do Rio dos Sinos foi Pedro Adams Filho, nascido em Santa Clara do Sul – lugarejo próximo a Novo Hamburgo – em 1870. Aos 18 anos, após trabalhar em curtume e correaria, Adams abriu seu negócio, produzindo arreios, selas, botinas, tamancos, chinelos e sapatos. Fez sucesso, mudou-se para Novo Hamburgo e inaugurou, em 1901, a Fábrica de Calçados Sul Rio-Grandense. Adams se notabilizou por incorporar tecnologia e conhecimento ao negócio. Trouxe máquinas da Europa e dos Estados Unidos, além de técnicos uruguaios e italianos que difundiram conhecimento pelo Vale do Rio dos Sinos.

Por volta do mesmo período, no alto da Serra Gaúcha, outra indústria “abre-alas” de um segmento econômico inteiro dava seus primeiros passos em Caxias do Sul. Lá eram os italianos que se organizavam na incipiente manufatura. Um dos imigrantes que chegou em 1884 era Giuseppe Eberle, agricultor, dono de uma venda e de uma funilaria que fabricava lamparinas, na qual trabalhavam a esposa e um dos 10 filhos, Abramo, que chegara ao Brasil com 4 anos de idade. Aos 16 anos Abramo comprou a funilaria do pai. Apesar da juventude, revelou-se um homem de visão aguçada. Para obter o capital com que ampliou a oficina ele juntou sua poupança e a de outros colonos para constituir um carregamento de 25 contos de réis em produtos coloniais, como graspa, vinho, salame e queijos, para vender em São Paulo. Com o lucro instalou novas linhas na Metalúrgica Abramo Eberle. Nas décadas seguintes começaria a produção de colheres, facas e utensílios de mesa. O empreendimento foi precursor do polo metalmeccânico que se conformaria na Caxias do Sul do século 20.

O alvorecer do século deu fôlego extra aos empreendedores coloniais com a melhoria da infraestrutura e a urbanização, que acentuou a divisão do trabalho, tornando mais complexas as relações de produção, e ampliou os mercados. Modernização de portos, abertura de estradas de rodagem e de ferro, usinas de energia elétrica, serviços públicos, tudo isso permitia a expansão dos negócios e uma maior integração com a economia do restante do país, possibilitando a transição de um modelo industrial artesanal para um modelo fabril de pequeno porte nas regiões de imigração europeia. O grande salto industrial, entretanto, seria dado apenas bem mais tarde, no bojo de um processo mais amplo de industrialização do Brasil, conforme se verá adiante. Interessante é notar que muitas das indústrias que virariam potências eram as mesmas que haviam sido criadas ainda antes ou pouco depois da virada do século, nas então longínquas colônias, e que ainda estavam sob controle das mesmas famílias.

É o caso do grupo gaúcho Gerdau, cujas origens remontam a 1869, ano da chegada do comerciante alemão Johann Heinrich Kaspar Gerdau, ou simplesmente João Gerdau, à colônia de Santo Ângelo. Nos anos 1880 mudou-se para Porto Alegre e comprou uma fábrica de pregos, que foi gerenciada pelo filho Hugo. O grande salto viria somente no final dos anos 40, depois da Segunda Guerra, quando o Brasil já possuía uma razoável indústria de base. O artífice da guinada da Gerdau foi um genro de Hugo, o também alemão Curt Johannpeter, que assumiu a frente dos negócios, transformou a companhia em sociedade anônima e começou a longa trajetória de investimentos em aço, a partir da aquisição de uma siderúrgica. Hoje o grupo está entre os maiores produtores de aço do mundo, com unidades em vários países.

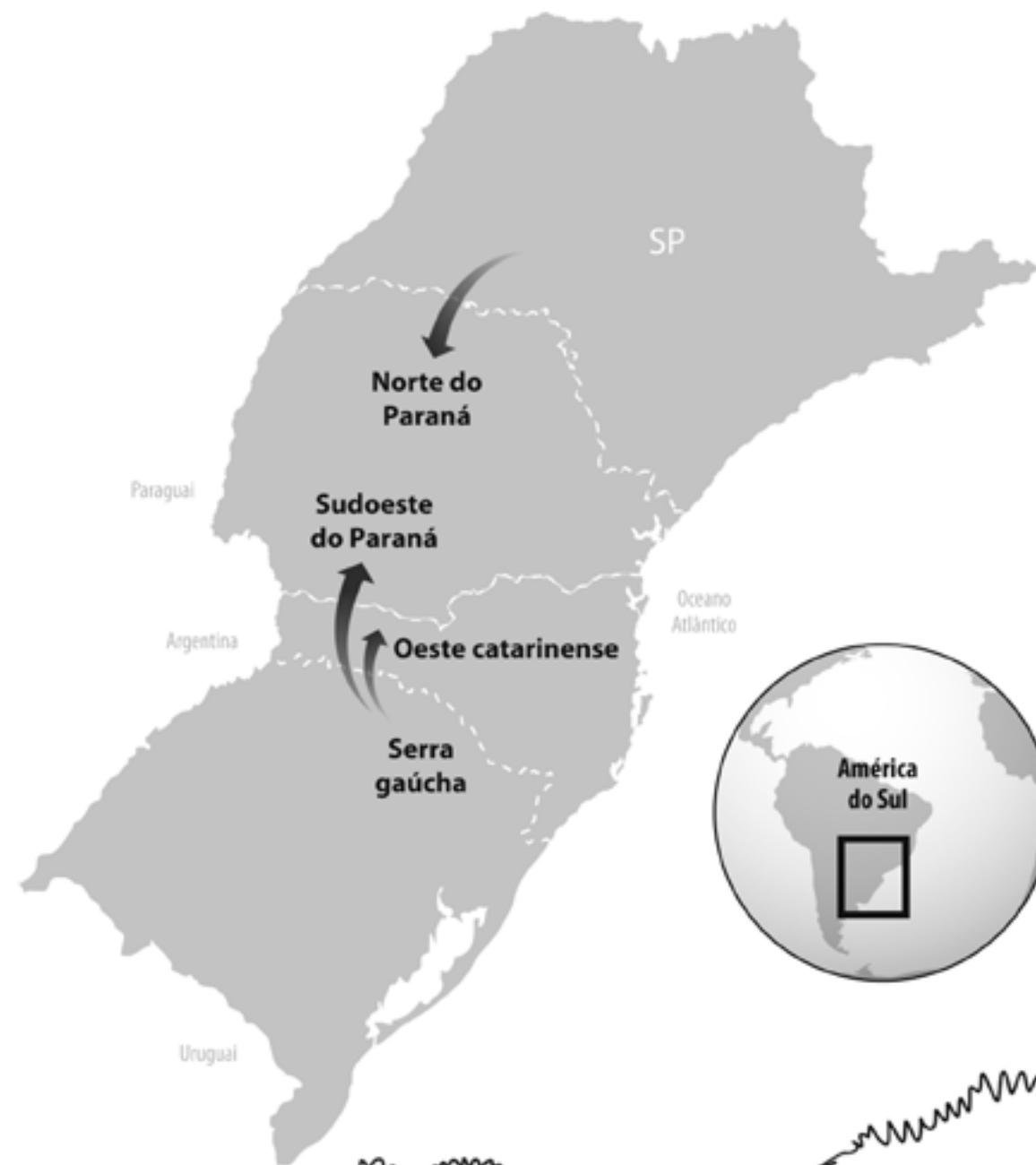
Mesmo após tantas revoluções vivenciadas pelo mundo e pelas próprias empresas, o legado daqueles pioneiros ainda cala fundo na alma das novas gerações. Na Gerdau, o patriarca João é cultuado e tido como um exemplo para todos, que buscam, diariamente, “alimentar a sua chama empreendedora”, conforme texto oficial da companhia. No caso da Hering, que se tornou a maior malharia do país nos anos 70, entrou em crise nos 90 e hoje, voltada ao varejo, é uma das empresas mais respeitadas do Brasil pela capacidade de transformação que demonstrou, o legado dos pioneiros está mais vivo do que nunca. Nessa nova fase da companhia seu maior ativo não são as grandes fábricas de outrora, mas a marca – o nome Hering e os “dois peixinhos”. Esse ativo é um legado de Hermann e Bruno, que desembarcaram em Blumenau há mais de 130 anos para fundar uma cultura empresarial com força para sobreviver por gerações.



*Fábrica de Calçados Sul Rio-Grandense: finalidade nobre para o couro do gado gaúcho*

# A marcha para o Oeste

*A Guerra do Contestado foi como a erupção de um vulcão, que ao liberar as terríveis tensões acumuladas espalha morte e destruição. Após o trágico evento a migração de agricultores gaúchos para o oeste de Santa Catarina e do Paraná deu vida nova à região, onde se consolidou um modelo de desenvolvimento econômico baseado na parceria de pequenos produtores rurais com grandes frigoríficos. Já o norte do Paraná, com suas terras extremamente férteis, entrou no mapa econômico do país com a introdução do café. Extensas florestas pereceram em pleno século 20.*



## Uma situação sem limites

*Em pleno século 20 o oeste ainda era uma “terra de ninguém” disputada por países, estados, empresários e caboclos, o que resultou na sangrenta Guerra do Contestado*

Situada em meio aos incertos limites das coroas ibéricas que disputaram, palmo a palmo, nacos da América do Sul durante três séculos, a região Sul do Brasil foi palco de confrontos que deslocaram fronteiras em várias ocasiões. Mas já em pleno século 20, estando a ocupação avançada e organizada na maior parte dos países independentes da América do Sul, havia ainda uma grande extensão onde reinava a incerteza e o conflito: as porções que hoje correspondem ao oeste e centro-oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná. Os problemas estavam tanto na definição de limites entre estados e países quanto na posse particular das terras. Documentos

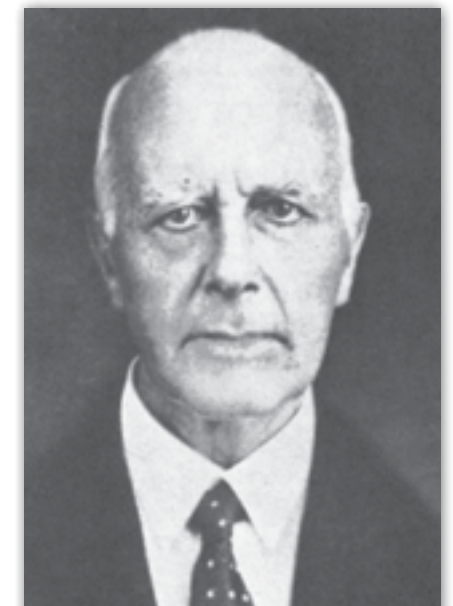
*Construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande: na origem da Guerra do Contestado*



definiam a região como área inóspita e limítrofe, ou como zona desconhecida e despovoada – indígenas e caboclos eram desconsiderados. Um exemplo da confusão está impresso no Atlas do Império do Brasil, de 1868. Nele, o mapa da província do Paraná define a comarca de Guarapuava, um imenso território de sua porção oeste que se estende, para o sul, até o Rio Uruguai, onde hoje se encontra a divisa dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Só que no mesmo atlas, na seção referente a Santa Catarina, sua porção oeste engloba a comarca de Palmas, que inclui o atual oeste do estado e mais um bom pedaço do Paraná. Trata-se de um notável caso de sobreposição territorial lavrado em um mesmo documento. Já a Argentina reivindicava territórios naquela área, que foram conquistados pelo Brasil na Guerra do Paraguai.

As terras eram ocupadas por índios e caboclos – frutos da miscigenação de índios, portugueses, espanhóis e seus descendentes – que por ela perambularam desde o século 16, quando exploradores buscavam o ouro dos incas. A região abrigou importantes missões jesuíticas e foi varada por bandeirantes e tropeiros nos séculos 17 e 18. No século 19 o governo estabeleceu ocupações militares em razão das incertezas fronteiriças. As terras serviam de refúgio a escravos fugidos, perseguidos pela Justiça e “órfãos” das revoluções Farroupilha e Federalista. A maioria dos 50 mil habitantes não possuía documento de propriedade e a economia era de subsistência.

Até que uma ferrovia rasgou a região, fato que está na raiz de um dos maiores conflitos internos da história do Brasil, a Guerra do Contestado. O episódio, que resultou no sacrifício de até 20 mil vidas, redefiniu os limites do Sul do país. O objetivo da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, projetada com 1.403 quilômetros de extensão entre Itararé (SP) e Santa Maria (RS), cortando as áreas centrais do Paraná e de Santa Catarina, era integrar o país e colocar aqueles sertões no mapa. A construção começou em 1897. O trecho até o Rio Iguaçu (Porto União-PR) foi concluído em 1905, mas parou aí. Em 1908 a obra foi assumida pela Brazil Railway Company, do empresário americano **Percival Farquhar**. Ao assumir a ferrovia no sul, Farquhar iria faturar também com a exploração da madeira. O contrato lhe dava a posse de 15 quilômetros para cada lado da linha férrea, terras repletas de valiosas araucárias centenárias e imbuias – e também de pessoas. Só que essas últimas eram “invisíveis” às autoridades. Tanto que o governo considerou as terras devolutas e desabitadas ao fazer a concessão. A empresa expulsou (com amparo legal e com apoio de fazendeiros) os posseiros. A esses se juntaram outros despossuídos, os milhares de operários da ferrovia que não tiveram para onde ir ao término da obra.



### O dono do mundo

O empresário Percival Farquhar era dono de um império multinacional com interesses diversos em locais tão distintos como Nova Iorque (onde explorava o serviço de bondes), Cuba (eletricidade) e Rússia (ferrovias e minas). No Brasil, seu feito mais conhecido é a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, na Amazônia, concluída em 1912. No Sul, após a conclusão da ferrovia, Farquhar puxou um ramal até a cidade de Três Barras (SC) para ali instalar sua gigantesca serraria, a Southern Brazil Lumber & Colonization Company, a maior da América do Sul, surpreendente até para os padrões atuais. A Lumber, como era conhecida, transformou Três Barras num verdadeiro enclave americano, onde se comemorava o 4 de julho (independência dos EUA), havia quadras de tênis, sala de cinema e uma fábrica de chicletes Adams.

Toda essa gente revoltada vagava por um verdadeiro barril de pólvora, pois uma porção do que hoje é o Meio-Oeste e o Planalto Norte de Santa Catarina era disputada por Paraná e Santa Catarina. Como seria palco da guerra ficou conhecida como Região do Contestado, mas na verdade fazia parte de uma área maior, que se estendia até o extremo-oeste, conhecida como Território Contestado, que abrangia as terras ao sul do Rio Iguaçu e ao norte do Rio Uruguai. Os sertanejos começaram a se juntar em comunidades, onde se exacerbou o fanatismo religioso, sob a inspiração do monge José Maria. Os caboclos acreditavam ser ele a reencarnação de um milagreiro que andara pela região anos antes, o italiano João Maria d'Agostini. O fanatismo ocupava um espaço de vazio institucional: a atenção que a população miserável obtinha do setor público era zero.

#### A volta do redentor

Messianismo é a crença na vinda, ou na volta (ressurreição), de um Messias, o salvador que libertará ou redimirá um grupo oprimido. O comportamento é observado desde a antiguidade até hoje, sempre em situações onde há pobreza, opressão, abandono e suscetibilidade ao fanatismo. O líder religioso pode se apresentar como a encarnação de outros líderes ou de Jesus Cristo. O Sebastianismo é uma situação específica de messianismo, referindo-se a fatos ocorridos em Portugal após a morte do Rei Dom Sebastião, no século 16. Sem herdeiros, seu trono acabou em mãos espanholas, situação que disseminou a crença entre os lusos na volta do rei, que se tornou santo popular. Na Guerra de Canudos, assim como no Contestado, foram muitas as alusões a Dom Sebastião e à instauração de uma monarquia, provocando arrepios na recém-instaurada República. Além do Contestado, várias situações de messianismo foram registradas no Sul entre os séculos 19 e 20, incluindo a aparição de diversas versões do monge João Maria. Três dos casos mais conhecidos ocorreram no Rio Grande do Sul: Muckers (Sapiranga, 1868), Monges do Pinheirinho (Encantado, 1902) e Monges Barbudos (Soledade, 1935). Os dois primeiros episódios terminaram em massacre das seitas.

O líder espiritual atraiu centenas de pessoas para o reduto de Taquaraçu, no atual município de Fraiburgo (SC), onde montou uma farmácia popular. Um grupo de combatentes armados se autodenominava os Doze Pares de França, numa referência à guarda pessoal do rei medieval Carlos Magno. O monge se dizia representante do Reino Encantado de São Sebastião, o que fazia dele um **líder messiânico**. A alusão a São Sebastião e a outras referências monárquicas fez parecer que José Maria queria a restauração da monarquia, chamando a atenção das autoridades. Taquaraçu passou a ser vigiada, então o monge e seus seguidores buscaram refúgio em Irani, o que não foi uma boa ideia. O governo paranaense interpretou o ato como uma ocupação forçada, por parte de Santa Catarina, de uma área contestada, mobilizando seus exércitos. No ataque ao reduto morreram José Maria e o comandante militar João Gualberto. Essa primeira batalha se deu em outubro de 1912.

O povo então se dissipou, voltando a se agrupar um ano depois em Taquaraçu, onde uma jovem chamada Teodora tinha visões da ressurreição do monge. Ela foi a primeira das Virgens do Contestado, jovens “orientadas” pelo monge por meio de visões e que assumiram liderança espiritual e militar nos redutos. Após a batalha de Irani o Exército e a Polícia Militar foram mobilizados para dispersar, com violência, os fanáticos. Só que daí aconteceu um “milagre”. Os caboclos, conhecedores da região, deram uma surra nos militares, calando os canhões da “república do diabo”, fato que reavivou a crença messiânica de que José Maria ressuscitaria à frente de um Exército Encantado, conforme o próprio profetizara. A virgem Maria Rosa, de apenas 15 anos, organizou um novo reduto em Caraguatá (atual Lebon Régis-SC), deixando velhos e crianças em Taquaraçu, onde muitos seriam chacinados. Maria Rosa é idealizada como uma Joana d'Arc do Contestado: montava um cavalo branco, os

cabelos e o fuzil ornados de flores silvestres.

Novos redutos foram criados, sendo Santa Maria o maior deles. A espiral de violência recrudesciu em ambos os lados. Os jagunços, dentre eles ex-combatentes da Revolução Federalista, passaram a atacar cidades, fazendas, a queimar casas e a roubar gado. Destruíram serrarias de Farquhar. Coagiram habitantes a ingressar no movimento e lançaram um manifesto monarquista. Dizia-se que estavam dispostos a marchar até o Rio de Janeiro para tomar o poder. O general Setembrino de Carvalho se deslocou para a região no final de 1914, reunindo oito mil soldados. Pela primeira vez no Brasil um avião foi utilizado em ação militar, para reconhecimento, mas a aeronave caiu. Carvalho iniciou o cerco a Santa Maria cortando suprimentos. Maria Rosa morreu em combate e Adeodato Ramos liderava os jagunços, porém não tinha o carisma e a visão estratégica da virgem. Carregava a alcunha de Flagelo de Deus, tamanha sua violência mesmo com os sertanejos que não cumpriam seus desígnios: eram degolados. Santa Maria caiu em abril de 1915.

O Acordo de Limites, assinado pelos dois estados em 1916, encerrou a disputa entre Santa Catarina e Paraná, marcando também o final da Guerra do Contestado. Pelo acordo, a maior parte do território em disputa, incluindo as terras ao sul dos rios Negro e Iguaçu e a oeste do Rio do Peixe, tornou-se território catarinense. Houve perseguição a caboclos remanescentes nos anos subsequentes, o que para alguns autores chegou a caracterizar um processo de limpeza étnica. De todo modo estava aberto o caminho para o processo de ocupação regular das terras a oeste, fato que provocou um dos maiores movimentos de migração interna da história do Brasil. Desde então o oeste se desenvolveu, mas algumas cidades que viveram os momentos mais dramáticos da guerra, como que por maldição, permanecem com alguns dos piores indicadores de desenvolvimento social de Santa Catarina e do Paraná.



*Cenas da Guerra do Contestado: trincheira feita de dormentes (no alto), tropas em formação e uso pioneiro de aviação militar*

## Gaúchos cruzam a fronteira

*O deslocamento de colonos do Rio Grande do Sul para Santa Catarina foi uma das maiores migrações internas do país e resultou em um novo modelo de desenvolvimento*



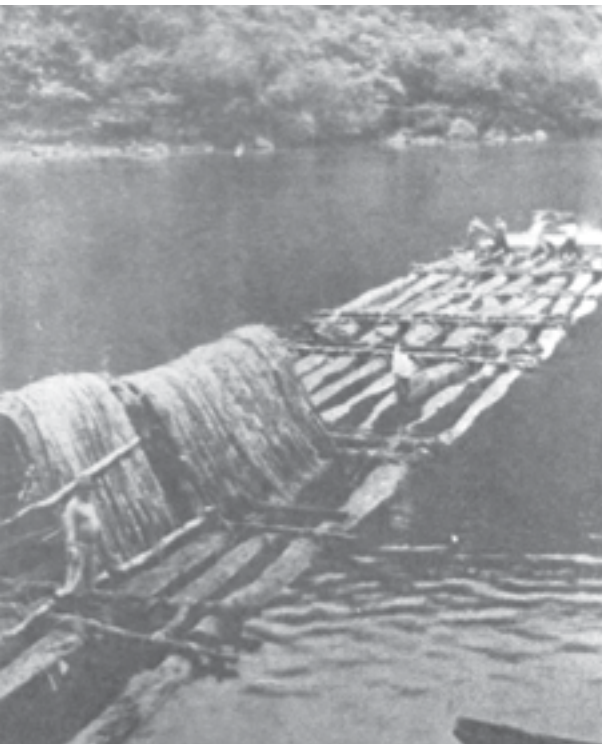
*Vilarejo que deu origem ao município de Faxinal dos Guedes, no Oeste catarinense*

O ambicioso projeto de Percival Farquhar não se limitava a extrair e a exportar a madeira de suas áreas de concessão, utilizando a portentosa ferrovia para escoar o produto. Havia ainda mais a explorar. Retirada a madeira, a terra aberta, “limpa”, oferecia-se ao cultivo. E o que pudesse ser ali produzido e transportado pela ferrovia seria muito bem recebido na zona cafeeira de São Paulo. Lá, onde se cultivava o ouro negro que era o café, não havia terra disponível para produzir alimentos, mas havia exércitos de trabalhadores – imigrantes italianos, em sua maioria – para alimentar. Farquhar não iria plantar, mas desenvolver um projeto imobiliário às margens da ferrovia oferecendo lotes a colonos que desenvolveriam a agropecuária. Mais do

que uma iniciativa puramente privada, ela fazia parte de um projeto de governo. Outras glebas de terras devolutas foram vendidas pelo estado de Santa Catarina a companhias de colonização. Foram essas empresas que fundaram os municípios de Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó, em 1917. Depois, a partir de 1926, abriam-se novas frentes de ocupação em direção ao extremo oeste. Todo o investimento na região não era fortuito, pois, sabia-se, havia muitos interessados em ocupar aquelas terras.

Não muito longe dali acotovelava-se um imenso contingente humano que não cabia mais no espaço que lhe era destinado. Eram imigrantes italianos e alemães e seus descendentes da Serra Gaúcha que, transcorridas uma ou duas gerações desde sua chegada da Europa, haviam se multiplicado em numerosas famílias. Chegou uma hora em que os lotes originais, divididos entre filhos e netos dos imigrantes, tornavam-se insuficientes para sustentar a todos no campo. Era urgente encontrar uma válvula de escape. Os novos loteamentos na vizinha Santa Catarina significavam a oportunidade para uma geração que já batia às portas da miséria: o que precisavam era de um lugar onde tudo estava por fazer, onde o trabalho transformador sustentaria famílias inteiras com conforto. Com essa crença o agricultor gaúcho

*Balsa para transporte de madeira durante cheias do Rio Uruguai*



iniciou a “conquista” do oeste, primeira escala da fantástica jornada pelo Brasil que empreenderia nas **décadas seguintes**.

A propaganda falava em terras férteis, milhares de três metros de altura e florestas sem fim, capazes de tornar rico qualquer homem disposto a trabalhar. É notável a semelhança entre a situação desses descendentes e a de seus pais imigrantes, que, sem trabalho ou espaço para cultivar na Europa, vieram de mala e cuia para o Brasil atraídos pela propaganda das companhias de colonização. As terras catarinenses eram vendidas em pequenos lotes, a preços módicos e parcelas fixas. A região ganhou ares de Eldorado entre os anos de 1920 e 1940, período em que se estima terem entrado mais de 76 mil gaúchos no estado. Os caboclos que ainda ocupavam a região levaram um “chega pra lá” das companhias colonizadoras, indo cada vez mais para longe, e os primeiros imigrantes instalaram-se ao longo do Rio do Peixe, formando núcleos coloniais. Antes da chegada dos agricultores as companhias colonizadoras retiravam a madeira. Somente então os lotes eram demarcados ao longo das estradas vicinais – chamadas de linhas – em tamanhos que variavam de 25 até 1.000 hectares.

A exploração de madeira deu o tom da primeira fase da economia regional: nos anos 30 ela ganhou do mate o posto de motor econômico. O método de extração e transporte era arcaico. Em alguns casos as toras, derrubadas com serras manuais, eram arrastadas por juntas de boi até as serrarias, onde eram serradas e transportadas por caminhões pequenos até o Rio Uruguai. Durante as cheias, seguiam para a Argentina. A atividade foi frenética e se por um lado serviu para capitalizar a região e garantir sua posterior industrialização, por outro praticamente acabou com as florestas.

Subsequente à corrida madeireira organizou-se um sistema social e de produção baseado na pequena propriedade familiar, com várias atividades dividindo o espaço da colônia. A principal era o cultivo de milho. Nesse item, a propaganda das companhias colonizadoras até que não exagerou tanto: se os milhares não chegavam aos três metros anunciados, as terras realmente eram propícias. A alta produtividade gerou excedentes que não tinham como ser comercializados. Essa “sobra” foi o embrião da atividade mais emblemática do oeste catarinense, a criação de suínos e sua industrialização, seguida pela produção de frangos em larga escala. Além da matéria-prima abundante, o porco se adequou ao território repleto de encostas íngremes e declividades acentuadas.

No início a suinocultura era praticada no sistema de faxinal, em que os porcos são criados em áreas comuns a diversos produtores. Funcionou nos primórdios, mas logo a prática foi extinta porque uma nova organização se impôs, tanto pela chegada de empresas quanto pela ação do governo estadual, que iniciou um grande projeto de extensão rural

### Rumo Norte

Se no início do século 20 ainda aportavam imigrantes europeus aos milhares no Rio Grande do Sul, não demorou para que começasse um não menos forte movimento de saída do território. A primeira incursão foi ao Oeste catarinense, nos anos 1920, e a “subida” seguiu ao Paraná e ao Centro-Oeste do país nas décadas seguintes. A partir dos anos 70, Amazônia e Nordeste também entraram na rota dos gaúchos, além de Paraguai, Uruguai e Argentina. Na gênese da diáspora, desde os primeiros movimentos, esteve a escassez de terras para cultivo. Governos locais jamais conseguiram fazer uma reforma agrária envolvendo as grandes fazendas da metade sul do Rio Grande do Sul, pressionando a saída dos pequenos agricultores ao rumo norte. Para onde foram, os gaúchos ampliaram as fronteiras agrícolas do país: Mato Grosso, Rondônia, oeste da Bahia e sul do Maranhão, só para citar alguns exemplos, estão hoje entre as maiores potências agrícolas brasileiras e devem seu desenvolvimento ao agricultor oriundo do Rio Grande do Sul. Estima-se que há 1,2 milhão de gaúchos vivendo fora de seu estado natal, sem contar os descendentes. Somente em Mato Grosso, campeão nacional na produção de grãos e na pecuária, há mais de 100 mil gaúchos.

em parceria com uma agência dos Estados Unidos. Novas técnicas de produção, equipamentos avançados e crédito a juros baixos permitiram a modernização da agropecuária, formando a base de uma cadeia produtiva que conquistou inserção internacional por meio de empresas como Sadia e Perdigão. A escala de produção industrial foi alcançada por meio de um sistema inspirado em técnicas americanas, a “integração”: os colonos recebem das empresas insumos de alta qualidade – material genético, rações, medicamentos – e criam os animais para a indústria. Assim as processadoras de carnes garantiram o suprimento crescente e seguro de matérias-primas, com qualidade homogênea, permitindo seu agigantamento em bases sólidas.

O sistema está na base daquele que ficou conhecido como “modelo agrícola catarinense”, caracterizado por pequenas propriedades rurais controladas e trabalhadas por famílias que são donas da terra, com produção altamente diversificada e tecnicizada. Santa Catarina destoou do modelo existente em quase todo o país, caracterizado por latifúndios dedicados à pecuária de baixa produtividade ou ainda, mais recentemente, a grandes lavouras em sistema de monocultura. Ainda que seja alvo de críticas devido a uma suposta dependência excessiva do produtor aos desígnios da indústria, é fato que a integração colaborou para manter centenas de milhares de famílias no campo ao longo de muitas décadas, quando em quase todo o país a tônica foi um êxodo muito mais acelerado para as cidades.

Porém, levou tempo até que o modelo agrícola que se desenvolvia no oeste fosse reconhecido como genuinamente “catarinense”. A região mal era conhecida pelo próprio governo de Santa Catarina. Tanto que em 1929 o governador Adolfo Konder realizou, em lombo de burro, uma viagem de reconhecimento à região – conhecida como “Bandeira Konder” –, que serviu também para demonstrar ao Paraná e à Argentina que Santa Catarina iria de fato exercer soberania sobre o território. Depois de sua passagem foram abertas as primeiras estradas e construídas escolas, mas a ação seria ainda insuficiente para integrar o Oeste.

Nos anos 40, durante a Segunda Guerra, Getúlio Vargas criou o Território Federal do Iguaçu, englobando as regiões oeste de Santa Catarina e do Paraná.

Por serem áreas fronteiriças, mereceram fortificação militar e administração centralizada. O território durou três anos, mas após a reincorporação pelos estados sucedeu-se um forte movimento pela criação do estado do Iguaçu. Chapecó, então, não era muito mais que um vilarejo dependente da extração de madeira, da agricultura e do pequeno comércio. Reinava no oeste um sentimento de isolamento e abandono. Foi por isso que nos anos 60 o governo catarinense criou a Secretaria do Oeste, com orçamento próprio e autonomia administrativa. Estradas, escolas, serviços de telecomunicações e outras ações, como a já citada extensão rural, integraram a região ao estado e permitiram que se tornasse um dos mais importantes polos agroindustriais brasileiros.

*Família de produtores rurais do oeste catarinense: policultura e tecnologia*



## Visionários da carne

*No oeste estava a matéria-prima, nas grandes cidades crescia o consumo de embutidos. Pequenos comerciantes que notaram a oportunidade criaram impérios agroindustriais*

Jovens que deixaram para trás as agruras do Rio Grande do Sul encontraram no oeste de Santa Catarina um misto de limitações e de oportunidades que se revelou a condição perfeita para o exercício de suas habilidades empreendedoras. Fundadores de alguns dos maiores frigoríficos do país, eles encarnaram o papel de pioneiros modernos: visionários e ao mesmo tempo realizadores que do nada constroem impérios, e com eles erguem junto regiões inteiras. Attilio Fontana, fundador da Sadia, foi um deles. Nascido em 1900 numa colônia próxima a Santa Maria, esse filho de italianos se diferenciou dos 11 irmãos, tornando-se comerciante em Cruzeiro (SC) – atual Joaçaba –, então no coração ferroviário do Vale do Rio do Peixe. Especializou-se em embarcar porcos vivos no trem para São Paulo, mas percebeu que não era aí que estava o futuro. A industrialização, ainda tosca, começava a surgir nas regiões onde obtinha seus produtos, e ele se convenceu de que o negócio seria processar a carne, transformando-a em presuntos, salsichas e salames.

A oportunidade surgiria em Concórdia, onde Fontana comprou, em 1943, um moinho de grãos e um frigorífico. A região era propícia à atividade, pois a criação de porcos e o domínio de técnicas de cura para embutidos faziam parte da cultura italiana da região. O empresário não demorou a notar que a produtividade era pequena e que poderia ser muito maior com a introdução de raças melhoradas de animais, alimentação balanceada e padrões sanitários mais elevados. Desde então Fontana se tornou apóstolo de um novo modelo produtivo, em sintonia com os ousados projetos que a extensão rural de Santa Catarina desenvolvia entre os pequenos agricultores. Uma das frentes foi o **melhoramento genético do suíno**.

À frente dessa e de outras iniciativas, o próprio Fontana fez as vezes de extensionista rural, organizando reuniões técnicas com produtores aos sábados. Após anos de trabalho, o perfil e a organização da produção regional evoluíram para o sistema integrado de produção, de parceria do criador com a indústria, o que garantiu suprimento para a expansão da Sadia, que foi pioneira também em avicultura – a integração avícola foi implementada a partir de 1961. Fontana construiu uma carreira política vitoriosa, sendo



*Attilio Fontana, fundador da Sadia: difusão de tecnologia criou polo agroindustrial*

### Porco banha X porco carne

Até os anos 50, porco era bicho criado solto. Comia milho ainda na palha, cana, mandioca, batata-doce e restos de comida. O resultado era o porco “tipo banha”, fornecedor da então valorizada gordura. Mas, nos anos 60, óleos vegetais começavam a substituir a banha na cozinha. Foi quando um ambicioso projeto envolvendo estado, indústrias e criadores começou a mudar o jeito de porco catarinense. Matrizes das raças Landrace, Hampshire, Duroc e Large White lotaram aviões nos Estados Unidos, Alemanha e Dinamarca para serem distribuídos em postos de extensão rural em Santa Catarina. O estado passou a contar com o melhor rebanho da América Latina. Se antes se gastava mais de um ano para criar um porco de 80 quilos, passou-se a obter animais de 110 quilos em 160 dias, sendo necessária menor quantidade de ração para cada quilo obtido. O bicho reconfigurado tem muita carne de primeira e um mínimo de toucinho. O melhoramento genético também foi aplicado ao frango. Em tempos idos a galinha de seis meses era vendida viva, pesando um quilo ou pouco mais. Hoje se obtém aves de três quilos em 45 dias.

vereador e prefeito de Concórdia, deputado federal, secretário de Agricultura, vice-governador e senador por Santa Catarina. Faleceu em 1989.

Outro notável empreendedor foi Saul Brandalise, também um comerciante, igualmente filho de italianos, que apostou na industrialização em Videira (então Vila das Perdizes) antes ainda que Fontana se aventurasse em Concórdia. A boa oferta de suínos animou-o a erguer um frigorífico em 1940. Videira e seus arredores logo ficaram pequenos para suas ambições, e Brandalise passou a vender carne e banha para os grandes centros consumidores do país por via aérea (do mesmo modo que depois faria a Sadia). Assim ergueu a Perdigão, que nos anos 50 e 60 investiu em derivados de carne, pegando a onda do aumento de consumo nas cidades e da proliferação das geladeiras nos lares de classe média. Perdigão e Sadia se tornariam grandes rivais até se fundirem, em 2009, na Brasil Foods, tornando-se uma das 10 maiores processadoras de carne do mundo.

Já a cidade de Chapecó, o maior polo regional, entrou na rota dos frigoríficos pelas mãos de Plínio De Nes, um imigrante natural de Encantado (RS) que fez fortuna negociando caminhões e madeira em Faxinal dos Guedes antes de encabeçar o Frigorífico Chapecó, que começou a operar em 1955. Além da indústria, que não existe mais, De Nes foi prefeito de Chapecó e secretário do Oeste entre 1969 e 1975. Por essa época, no final dos anos 60, a liderança de Aury Bodanese, um ex-caminhoneiro e ex-atravesador de produtos agrícolas natural de Erechim (RS) viabilizou uma fábrica de alimentos aos moldes das pioneiras, porém com uma diferença essencial: era uma cooperativa pertencente a pequenos produtores associados, ao invés de grandes empresários como os que se forjaram na região. A criação da Coopercentral Aurora Alimentos fechou um ciclo ao inserir os pequenos produtores pela porta da frente dos grandes negócios. A Aurora é hoje uma das maiores indústrias de alimentos do país, e tem 60 mil sócios.

*Perdigão conquistou os grandes centros urbanos entregando derivados de carne por via aérea*



## A ocupação tardia do Paraná

*Foi somente em meados do século 20 que surgiram algumas das principais cidades do oeste e norte do estado, e desde então elas passaram por vários ciclos econômicos*

Logo após a resolução da Questão dos Limites, que definiu as divisas entre Santa Catarina e Paraná, o primeiro estado passou a receber imigrantes gaúchos, mas seria questão de tempo para que a imigração ultrapassasse as fronteiras catarinenses. Afinal, do lado de lá,

no Paraná, a situação era quase a mesma do lado sul da divisa antes da Guerra do Contestado: uma terra sem lei, de ocupação precária, presa à subsistência. Vagamente palmilhada por tropeiros e ocupada por decreto – por meio da criação das cidades de Guarapuava e Palmas no século 19 –, a região não se desenvolveu. Nem mesmo com a distribuição de sesmarias pela província do Paraná, pois se tratava de área contestada e conturbada, além de isolada – pouco atraente, portanto. Quem ocupou a área pouco fez além de extrair toda a araucária possível. À exceção de enclaves militares próximos à fronteira com o Paraguai, o Sudoeste do Paraná, região equivalente a um terço do estado, mal conhecia a civilização. Grupos de bandoleiros e espoliadores dominavam a região.

Nem mesmo os extensos ervais sustentaram seu desenvolvimento, pois além da falta de transportes o ciclo da erva-mate estava no fim. A estagnação só começou a se dissipar quando já ia alta a década de 30 e Vargas lançou sua campanha de interiorização, a Marcha para o Oeste, para ocupar vazios demográficos das regiões Centro-Oeste e Norte do país. Mas o Paraná também entrou no “pacote”, recebendo investimentos em estradas que ajudaram a romper o isolamento. Com o influxo de gente, Pato Branco tornou-se o centro dinâmico regional. Na década de 40 surgiram Toledo, Cascavel e Campo Mourão. A origem do povoamento era o Rio Grande do Sul, onde a crise da pequena propriedade rural não se resolvera com a imigração massiva para Santa Catarina iniciada em 1917. Pelo contrário, se agravara. Os imigrantes transformaram rapidamente o Sudoeste paranaense. Cerca de 90% dos municípios que hoje compõem a região se emanciparam nos anos 50 e 60, auge da imigração, quando metade da população tinha origem no Rio Grande do Sul.

Na nova fronteira a riqueza estava ao alcance das mãos, das serras e dos machados. Estava



*Secagem de café em Londrina: nos anos 60 o Paraná se tornou maior centro mundial de produção da mercadoria*

### O sumiço da floresta

As regiões central e oeste do Paraná e de Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul eram cobertas por uma vegetação luxuriante, densas florestas onde reinava a imponente araucária (*Araucaria angustifolia*). Mas onde avançava a colonização a mata era um empecilho ao desenvolvimento, e seu desbaste, desejável. Ainda que muitos colonos da Serra Gaúcha tenham consumido o pinhão da araucária quando não havia mais o que comer, não houve sentimentalismos quando a árvore ganhou valor e sua exploração virou fonte de renda. Nas colônias catarinenses próximas ao litoral não havia araucárias, mas a atividade madeireira foi importante desde o final do século 19 para a própria estruturação das colônias e depois para exportação.

Nos planaltos de Santa Catarina e do Paraná, até por volta de 1910, a indústria madeireira era artesanal, voltada às necessidades dos vilarejos, mas após a Primeira Guerra a demanda mundial explodiu. Fazia-se, com araucárias, de palitos de fósforo a mastros de navios, móveis, papel, casas e estacas para prédios. O governo, ao incentivar a ocupação do oeste, permitia às companhias de colonização retirar a madeira para entregar o terreno "limpo" aos colonos, que poderiam começar imediatamente seus cultivos. Em outros casos os colonos se associaram às serrarias, ganhando também com a extração. Até os anos 1960 o Paraná teve um ciclo econômico baseado na madeira, até que a floresta literalmente desapareceu.

O capital obtido com a madeira foi essencial para o financiamento da indústria, e o espaço aberto permitiu a instalação de extensas lavouras. Se hoje a região Sul é uma potência industrial e somente o Paraná responde por 20% da colheita brasileira de grãos, isso se deve ao sacrifício de enormes extensões de florestas, num modelo de desenvolvimento válido para a época, mas impensável hoje. Estima-se que a floresta de araucárias cobria, originalmente, 200 mil km<sup>2</sup>, e que apenas 3% dessa cobertura original está mantida.



*Araucárias estiveram entre as principais vítimas da devastação*

em curso o “**ciclo da madeira**”, que durou até os anos 60, quando se extinguiu a matéria-prima e ele foi sucedido pelo ciclo da soja, cultura que ocupou as áreas abertas, durando até hoje. O Paraná é o segundo maior produtor de grãos do país: foi ultrapassado somente há poucos anos por Mato Grosso. Fica na região a maior cooperativa agropecuária da América Latina, a Coamo, de Campo Mourão, que congrega 25 mil agricultores e detém 3,5% da produção brasileira de grãos e fibras. A combinação de grãos com criação de animais foi decisiva para a consolidação do perfil socioeconômico da região. Seguindo a mesma trajetória dos imigrantes, a agroindústria do Oeste catarinense também “subiu” para o Sudoeste do Paraná, que se especializou em criar frangos e suínos para a indústria. Atualmente o Paraná possui o maior plantel de frangos do país.

Mas a porção oeste do Paraná não seria desbravada apenas pela parte de baixo do mapa, pelo imigrante que veio do sul e que fincou raízes no Sudoeste. Tão ou até mais vigoroso que esse movimento foi o que ocorreu em sentido inverso. Com o século 20 já indo longe, paulistas e mineiros ocuparam o ainda virgem norte do estado, onde hoje se encontram duas das maiores cidades paranaenses, Londrina e Maringá, pujantes centros populacionais e econômicos. Foi tudo muito rápido: em 40 anos uma região equivalente a um terço do estado transformou-se, de mata fechada e despovoada, em um conjunto de mais de 170 cidades. O poderoso motor que pôs em marcha o fenômeno chama-se café.

Porém, antes de andar rápido, a ocupação da área teve um período de lentidão. Quando da emancipação da província, em 1853, instalaram-se colônias, dentre elas a de Jataí, militar. O objetivo era fiscalizar as tropas e arrecadar impostos. O café começou a movimentar a região em 1860, quando a cultura extrapolou os limites de São Paulo. As terras férteis às

margens do Rio Itararé atraíram paulistas, que plantaram milhões de pés e fundaram cidades como Wenceslau Brás (1867) e Jacarezinho (1900), constituindo o chamado Norte Pioneiro (a leste do Rio Tibagi). Nos anos 20 o preço do café explodiu, enquanto os cafezais paulistas sofriam com doenças e o esgotamento das terras. Posseiros de São Paulo forçaram a ocupação além da divisa. O governo agiu para regularizar a situação, surgindo daí duas iniciativas de ocupação organizadas que seriam fundamentais para o futuro da região.

Uma delas envolveu companhias japonesas de colonização, que, a partir de 1931, atraíram ao Norte Pioneiro milhares de imigrantes japoneses. As colônias deram origem às cidades de Assaí e Uraí, que prosperaram rapidamente. A principal cultura não era o café, mas o algodão. Outra ação colonizadora teve um alcance espetacular. Ela foi iniciada em 1924 por um grupo britânico que desde o fim da Primeira Guerra buscava terras ao redor do mundo onde pudesse produzir algodão para suprir a indústria têxtil de seu país. Atraiu-lhes a qualidade do solo do Norte paranaense. A empresa comprou terras, mas sem boas sementes e com queda do preço da mercadoria o projeto fracassou. O grupo mudou de planos e constituiu um projeto imobiliário, adquirindo mais terras. Entre 1925 e 1928 a Cia. de Terras Norte do Paraná comprou mais de 500 mil alqueires contínuos, área maior do que muitos países. As terras foram desbravadas, loteadas e vendidas em pequenas propriedades.

Nesse território vicejaram cidades como Londrina (seu nome é uma homenagem a Londres), Maringá, Apucarana e Cianorte. Durante a Segunda Guerra a companhia foi nacionalizada, mas o projeto original não foi abandonado. Em 1944 uma nova gleba foi comprada mais a oeste, dando origem a Umuarama. A companhia comprou uma estrada de ferro e construiu uma rodovia em direção a São Paulo. A partir dos anos 40, com a comunicação estabelecida, a região viveu um *boom* populacional. Os imigrantes eram paulistas, mineiros e nordestinos. Havia também muitos estrangeiros. Em 1950, cerca de 20 núcleos urbanos ao redor de Londrina concentravam pessoas de 30 nacionalidades – entre os estrangeiros predominavam italianos, alemães e japoneses. A alta produtividade da terra roxa (que na verdade é vermelha e os italianos a chamavam “terra rossa”, daí a corruptela) elevou o Paraná à condição de maior produtor mundial de café, nos anos 60. Uma forte geada destruiu parte dos cafezais nos anos 70, e a produção declinou. Mas o Norte paranaense embarcou no novo “ouro verde”, a soja, e graças também a um considerável parque industrial, mantém-se como uma das regiões mais prósperas do estado.

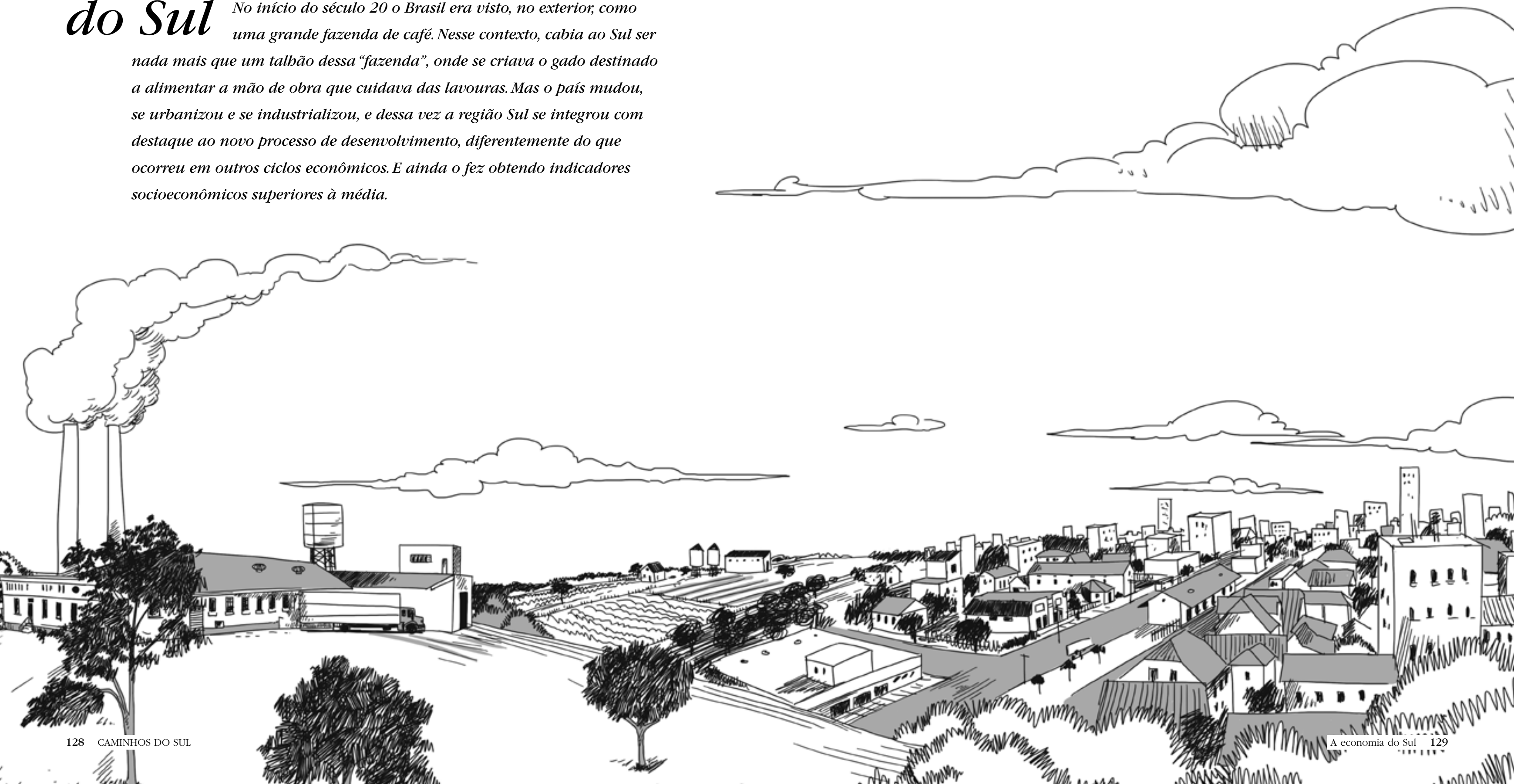
*Soja: nova estrela da economia agrícola brasileira é largamente cultivada no Paraná*



# A economia

## do Sul

*No início do século 20 o Brasil era visto, no exterior, como uma grande fazenda de café. Nesse contexto, cabia ao Sul ser nada mais que um talhão dessa “fazenda”, onde se criava o gado destinado a alimentar a mão de obra que cuidava das lavouras. Mas o país mudou, se urbanizou e se industrializou, e dessa vez a região Sul se integrou com destaque ao novo processo de desenvolvimento, diferentemente do que ocorreu em outros ciclos econômicos. E ainda o fez obtendo indicadores socioeconômicos superiores à média.*



## Um salto modernizante

*No século 20 o Brasil passou de economia primário-exportadora a industrial e se urbanizou. E o Sul deixou a periferia para se integrar ao desenvolvimento nacional*

Na periferia do Brasil. Pode-se dizer que assim esteve a região Sul até o começo do século 20. Tal condição era definida pela sua frágil inserção na vida econômica do Brasil, sem participação direta nas atividades mais importantes. Durante séculos a região apenas secundou o que realmente importava: o açúcar, o ouro e o café. Durante o ciclo da cana-de-açúcar, nos séculos 16 e 17, o Nordeste era o centro da vida econômica da colônia, com seus engenhos de mão de obra escrava. O clima temperado do Sul não se presta ao cultivo de plantas tropicais como a cana-de-açúcar, então lhe coube, quando muito, o fornecimento de índios, capturados por bandeirantes paulistas, para serem escravizados em períodos de suspensão do tráfico negreiro, sem que isso se revertesse em qualquer desenvolvimento para as terras meridionais.

No século 18, quando o ouro de Minas e do Centro-Oeste magnetizou a coroa portuguesa, o Sul – que não possuía metais preciosos – teve participação importante no fornecimento de mulas e bois, animais utilizados para transporte e alimentação. Aí teve início o desenvolvimento regional, pois fazendas se organizaram e o tropeirismo fundou cidades e abriu estradas. Ainda assim, a condição periférica era evidente e a ocupação era estimulada por motivações militares – em defesa das fronteiras –, já que não havia qualquer atividade econômica fundamental para a metrópole.

Quando o Brasil já era independente, no século 19, o café emergiu como a grande fonte de riqueza nacional. Cultivado em São Paulo e no Rio de Janeiro, tinha o apoio de alguns insumos que chegavam do Sul, como o charque, a carne salgada das charqueadas gaúchas, que alimentava escravos nos cafezais. Já os imigrantes europeus que ocuparam áreas como a Serra Gaúcha e o Vale do Itajaí (SC) conseguiram colocar alguns produtos no mercado paulista. Ainda assim, até então, a participação do Sul era tida como “periférica” na vida nacional, pois se limitava a oferecer suporte às regiões cuja produção econômica era voltada para fora do país, que se sustentava num modelo econômico primário-exportador. Houve aí, entretanto, uma diferença fundamental em relação à economia pecuária predominante na fase anterior. Enquanto as charqueadas eram tocadas por escravos, a economia colonial dos imigrantes era baseada na pequena propriedade e no trabalho. Era o oposto do modelo dominante, fundado no latifúndio, trabalho escravo e monocultura. Seria determinante para a nova configuração regional.

A “integração” completa do Sul à economia brasileira viria somente no século 20, quando a região embarcou – com destaque – na onda de industrialização que mudaria as feições do país a partir dos anos 30. A industrialização motivou a urbanização, o que levou a uma total inversão

num breve período histórico. A população rural passaria de mais de 80% do total para menos de 20% no final do século passado. A urbanização veio junto a um fenômeno importantíssimo para o Brasil: a constituição de uma classe média, inexistente no período colonial. Com ela sobreveio um mercado interno vigoroso, do qual se aproveitaria a economia do Sul nas décadas seguintes.

O processo de mudanças estruturais do país está ligado à ascensão do gaúcho Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul, ao poder central, em consequência da Revolução de 1930. Vargas, que chegou de trem à capital da República em trajes militares e chapéu de gaúcho, era acompanhado de conterrâneos montados em seus cavalos, que foram amarrados ao obelisco da Avenida Central do Rio de Janeiro, no gesto mais emblemático da revolução. A estética rural gauchesca, entretanto, não antecipou a etapa que estava por vir, marcada pela urbanização. Vargas distanciou do poder as elites agrárias que ditavam os rumos na República Velha e adotou uma política industrializante, capaz de absorver a mão de obra que deixava as lavouras de café após a crise econômica mundial de 1929. Junto vieram os direitos trabalhistas e sindicatos de traba-

lhadores – o que valeu a Vargas a alcunha de “pai dos pobres”.

Estava nos planos de Vargas – que deu um golpe de Estado em seu próprio governo em 1937, instaurando a ditadura do Estado Novo – um modelo nacionalista, com controle e presença maciça do Estado na economia. O ditador vislumbrou a indústria pesada, de base, que sustentaria a diversificação industrial com a oferta de aço e energia, sem precisar im-

portar esses insumos. Vieram as indústrias siderúrgica, automobilística e de energia. Vargas fora apeado do poder em 1945, mas voltaria em 1951 pelo voto, dando sequência a seu projeto. Após a Segunda Guerra (1939-1945) o petróleo ganhou relevância estratégica, o que levou à criação da Petrobras, em 1953. Também foram criados bancos de fomento e empresas de comunicações, telefonia e transportes. O suicídio de Vargas, em 1954, marcou o fim da era industrial de base.

Juscelino Kubitschek deu continuidade ao processo de industrialização até o final dos anos 50, passando a atrair multinacionais em setores como automobilístico, químico e de alumínio. A abertura de estradas por todo o país definiu a opção pelo transporte rodoviário. Brasília foi cons-



*Getúlio Vargas no Rio de Janeiro: rompimento com República Velha*



*Carros no entorno da Praça da Alfândega na Porto Alegre de 1960*

truída. Tudo era orientado pelo famoso Plano de Metas, que almejava fazer avançar “cinquenta anos em cinco”. A economia cresceu mas se desarranjou, resultando em uma crise no final do governo JK. Seguiram-se tempos turbulentos, marcados pela renúncia do presidente Jânio Quadros e a posse do vice, o gaúcho João Goulart, de orientação esquerdista, deposto por um golpe militar em 1964. O país mergulhou nos “anos de chumbo”, enfrentando o fechamento do Congresso, censura à imprensa, supressão de liberdades, perseguições e outras angústias antidemocráticas. Estava no auge a tensão entre Estados Unidos e União Soviética; entre os mundos capitalista e comunista.

Nesse contexto, sobreveio um período conhecido como de “modernização conservadora” no país, com o apoio dos Estados Unidos. O Brasil viveu anos gloriosos na economia, com a consolidação do “milagre brasileiro” entre os anos 60 e 70. A economia chegou a crescer a um ritmo que hoje se diria “chinês”, 10% ao ano. O Estado empreiteiro ergueu uma notável infraestrutura de estradas, portos, aeroportos e pontes; o Estado empresário fortaleceu as estatais existentes e criou outras. Foi um período de ouro para a indústria, incentivada por gordos financiamentos, embalada pelo mercado em rápida expansão e protegida por um sistema de barreiras alfandegárias que impedia a entrada de produtos estrangeiros. Tudo organizado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Mas as crises do petróleo nos anos 70, que elevaram seus preços, botaram água no chope. O país se endividou para manter o crescimento e acabou quebrando, mergulhando na “década perdida” de 80, tempos de inflação descontrolada combinada com recessão econômica.

Foi bom para a política, pois sem a força da economia o regime militar não se sustentou e veio a redemocratização. Os anos 90 foram marcados pela abertura da economia, o que atingiu

em cheio a indústria. Ela teve que se reestruturar para competir globalmente, mas muitas não resistiram. Começava a “desindustrialização” que se estende até hoje. No período se reorganizou a economia, com a estabilização da moeda (fim da inflação descontrolada) e privatizações de estatais, que levaram investimentos e modernização administrativa às maiores empresas do país, como Vale do Rio Doce, companhias telefônicas e elétricas. A reorganização forneceu as bases para uma melhor distribuição de renda e aumento da inclusão social nos primeiros anos do século 21.

A despeito das imperfeições do processo, dos desacertos cometidos e das crises geradas, o modelo desenvolvimentista iniciado nos anos 30 transformou profundamente o país, que antes era percebido como uma grande fazenda de café e de leite. O economista inglês Angus Maddison atesta que o Brasil foi o vice-campeão mundial em crescimento econômico entre 1870 e 1980, atrás só do Japão. Ao fim daquele período o Brasil possuía a nona maior economia do mundo – atualmente oscila entre a sexta e a sétima posição.

Ao longo do tempo em que a indústria tomou o posto da agricultura exportadora como locomotiva do país, período em que as cidades tornaram-se lar da maioria da população em lugar da roça, a região Sul construiu uma trajetória peculiar. Sem que tenha recebido investimentos estatais relevantes de Vargas, JK ou dos militares – eles se concentraram no eixo Rio-São Paulo –, o Sul conquistou um lugar de destaque no mosaico socioeconômico brasileiro, com renda *per capita* e fator de distribuição de renda superiores às médias do país, ainda que os índices sejam baixos se comparados aos das nações desenvolvidas. O mesmo ocorre com os índices de educação, incidência de doenças endêmicas e longevidade. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Organização das Nações Unidas, que leva em conta educação, expectativa de vida ao nascer e renda, traduz isso. Segundo a medição do ano de 2005, a região Sul possuía o índice mais elevado dentre as regiões do Brasil. Entre os 100 municípios brasileiros com melhores índices, 66 pertencem a um dos três estados do Sul.



*Londrina (no alto), cidade do norte paranaense, e Joinville, do nordeste catarinense, no início dos anos 60*

## Empreendedores: locomotivas regionais

*Sem contar com muitos investimentos de fora da região ou do governo central, o Sul se destacou pela qualidade e inovação de pequenos empreendimentos que ficaram grandes*

Um olhar para a gênese das principais empresas do Sul entre o final do século 19 e a primeira metade do 20 revela um traço comum: elas foram frutos muito mais de pequenos empreendedores locais do que originadas de capitais externos ou estatais. Tome-se o caso de Santa Catarina. Seja no caso de indústrias centenárias como Hering, Karsten e Döhler, ou no caso das surgidas entre as duas Guerras Mundiais, que inclui Sadia, Perdigão, Tupy, Tigre, Schneider, Teka, Artex e Duas Rodas, praticamente não houve empreendimento erguido por capitais de fora do estado. Concentrado no eixo Rio-São Paulo, o projeto desenvolvimentista estatal não contemplava o Sul. Tampouco havia interesse de grandes capitais privados em terras distantes e isoladas, com baixa densidade populacional e mal dotadas de infraestrutura. Mas havia, sim, oportunidades na região, que gerações de formidáveis empreendedores souberam aproveitar.

### Nas asas do condor

Em 1927, um grupo de industriais de origem alemã, liderados pelo imigrante Otto Ernst Meyer, fundou a Condor, pioneira entre as companhias aéreas comerciais do Brasil. Como os empresários seriam associados ao nazismo, o governo Vargas, pressionado pelos EUA, nacionalizou e determinou a mudança de denominação da empresa, que passou a se chamar Viação Aérea Riograndense (Varig). Ela decolou: em 1940 fez seu primeiro voo internacional e se firmou como principal do setor no Brasil ao longo de muitas décadas. Outras iniciativas no Sul também deram origem a companhias aéreas. Caso da Transbrasil, surgida da necessidade da Sadia levar suas mercadorias perecíveis desde Concórdia (SC) até os grandes centros. A viagem de caminhão até São Paulo levava oito dias, enquanto a de avião durava menos de três horas. A empresa arrendou e adquiriu aviões nos anos 50 e agregou um importante braço logístico ao seu império industrial. Varig e Transbrasil já não existem mais.

Antes da Primeira Guerra a maior parte dos industrializados era importada, mas o quadro teria que mudar com o abalo do comércio internacional e dificuldades de suprimento do mercado interno. Indústria, comércio e **serviços sofisticados** vicejaram. Um exemplo de aproveitamento de oportunidade foi a fundação da fecularia dos irmãos Hans e Fritz Lorenz, em Indaial (SC), em 1916. Netos do cientista alemão Fritz Müller, os Lorenz herdaram a curiosidade científica, porém aliada a um sentido prático. Perceberam que uma raiz local, a mandioca, substituiria com vantagens os amidos (polvilho) de batatas produzidos na Europa e até então importados. A fécula – ou amido – de mandioca e de raiz de araruta dos Lorenz teve aplicações em fábricas de explosivos, panificadoras, confeitarias e indústrias têxteis. Foi uma importante inovação tecnológica para a época, que valorizou a matéria-prima local e cujo sucesso levou à abertura de várias outras fecularias em Santa Catarina e no Paraná.

Durante a Segunda Guerra, a substituição de importações foi elevada à categoria de política pública. O nacionalismo de Vargas ergueu barreiras a produtos de consumo e também proibia a entrada de bens de capital – máquinas e equipamentos –, numa arriscada tentativa de fomentar a indústria de máquinas nacional, enquanto o governo se encarregava da produção de ferro e aço. O jeito foi desenvolver maquinário próprio aqui



*Fecularia da Lorenz em Indaial (SC): construída para produção de amido de mandioca*

mesmo, atividade que ironicamente envolveu os alemães – os “inimigos” –, que detinham tecnologia. Foi o caso do imigrante Fritz Buddemeyer, que lutara na Primeira Guerra e fora feito prisioneiro na Inglaterra e veio para Brasil em 1924. Em 1939 ele inaugurou em Itajaí uma oficina de teares que logo se transformou em fábrica. Ela produziu mais de dois mil teares mecânicos até 1951, sustentando o crescimento da indústria têxtil catarinense. O próprio Buddemeyer montou uma tecelagem em São Bento do Sul.

Nem sempre os empreendimentos aguardavam a conjuntura favorável para sair do papel. Foi o caso da Fundação Tupy, de Joinville, idealizada e construída a partir de 1929 sob a liderança de Albano Schmidt. Em parceria com o mecânico Hermann Metz e com o fundidor Arno Schwartz, Schmidt sonhava em desenvolver a fórmula do ferro maleável, que era importando da Inglaterra, especialmente em conexões hidráulicas. Descendente de uma linhagem de intelectuais germânicos que emigrara para a Rússia no século 18, e que no século seguinte aportaria em Santa Catarina, Schmidt nasceu em Joinville em 1900. Sem a mesma pretensão intelectual dos ascendentes, mas com um espírito prático a florado, contentou-se em terminar o secundário e partir para o mercado de trabalho. Numa malharia conheceu seu mentor e futuro investidor, Paulo Max Keller, que pôs-lhe à frente da gestão da fundição que ia mal das pernas e da qual era acionista.

Foi lá, com Metz e Schwartz, que Schmidt – já sócio – dedicou-se ao ferro maleável, contando só com manuais escritos em alemão e a experimentação. Foram seis anos de suor na boca do forno, sob temperaturas altíssimas e outros desconfortos, até que conseguiram o ferro maleável. Era 1938 quando a Fundação Tupy mandava os primeiros lotes para o Rio e São Paulo. No



*Tear da Buddemeyer: substituição das importações na Segunda Guerra*

ano seguinte estourou a guerra, o que interrompeu o fornecimento de conexões da Europa. A empresa de Schmidt aproveitou a oportunidade e, nos anos 50, já fornecia autopeças para a nascente indústria automobilística nacional. Mais tarde se tornaria fornecedora global de marcas como Mercedes-Benz, Volkswagen e Porsche.

O Sul entrava em linha com as principais atividades desenvolvidas no país, integrando-a ao veloz crescimento brasileiro baseado na urbanização, que demandava um sem-fim de novos produtos. Foi o caso do Grupo Gerdau, que se tornaria o maior em aços longos das Américas, aproveitando o *boom* da construção civil do pós-guerra - um dos seus principais produtos são os vergalhões de aço para construção. A joinvilense Tigre, que então fabricava pentes, revolucionou o setor de construção com suas conexões hidráulicas de plástico (PVC). Além da estrutura das casas e prédios, a indústria sulina conquistou espaço dentro dos novos lares da classe média brasileira. As dezenas de fábricas de móveis na Serra Gaúcha e do Planalto Norte catarinense são parte desse processo. A presença mais marcante seria a dobradinha entre indústria de alimentos e de eletrodomésticos. Enquanto os frigoríficos do Oeste - Sadia e Perdigão à frente - ampliavam a oferta de alimentos resfriados, congelados e industrializados, fábricas de eletrodomésticos tratavam de produzir as geladeiras.

A primeira geladeira moderna do Brasil foi fabricada em Brusque (SC), em 1947, obra de Guilherme Holderegger e Rudolf Stutzer, financiados pelo industrial e cônsul Carlos Renaux. A fábrica fundada pela dupla em Joinville em 1950 foi batizada de Consul. No início as geladeiras usavam o querosene, até que se passou a importar os compressores - os motores elétricos - e uma nova revolução tomou curso. Em 1971 foi fundada, também em Joinville, a fabricante de compressores Embraco, que fornecia os equipamentos para a Consul e outras indústrias - a empresa era uma sociedade entre Consul, Springer e Prosdócimo, todas fabricantes de eletrodomésticos que embarcavam em mais uma etapa do esforço de substituição de importações incentivada pelo governo.

A opção pelas rodovias como matriz de transportes também foi percebida por empresários do Sul, como os irmãos Hercílio e Raul Randon, de Caxias do Sul. A história da Randon começou em 1949, com uma oficina de motores industriais. Na década seguinte a Randon desenvolveu freios a ar para reboques, que se mostravam essenciais para que caminhões carregados enfrentassem os declives para lá de acentuados da Serra Gaúcha. Depois vieram os semirreboques (ou carretas), equipamentos para transporte de carga acoplados a um caminhão-trator. A Randon desenvolveu o terceiro eixo para carretas e um sistema de suspensão que permitiu aumentar a car-

ga. E não parou mais, sendo hoje em dia um dos maiores grupos do país no segmento. Também de Caxias do Sul, e igualmente fundada em 1949, a Marcopolo embarcou na onda das rodovias fabricando carrocerias de ônibus. Os anos 70 foram os de maior crescimento da empresa, assim como de toda a economia da região, que aproveitou o "milagre econômico" e cresceu acima da média do país. Houve avanço rápido de muitas indústrias já existentes, como os frigoríficos e as têxteis, que além de aproveitarem o mercado interno eram incentivadas pelo governo a explorar o externo. Os frangos catarinenses conquistaram o Oriente Médio e os têxteis chegaram à Europa. Foi um tempo auspicioso também para fábricas nascentes, caso da catarinense WEG.

A fabricante de motores foi fundada em Jaraguá do Sul no início dos anos 60 e cresceu rapidamente, com o auxílio do capital de bancos de fomento e incorporando tecnologias já desenvolvidas em outros países, como a Alemanha. Tornou-se uma das maiores do mundo em motores elétricos, com fábricas em diversos países e uma cultura empresarial internacionalizada. Apesar de o início ter se dado em um momento econômico distinto dos vividos por outras grandes indústrias pioneiras, a WEG guarda traços evidentes do empreendedorismo em estado puro. Afinal, fabricar motores elétricos em uma cidade de tradição rural, de apenas 20 mil habitantes, sem mão de obra qualificada, não era tarefa vulgar. Foi o que conseguiram os sócios Eggon João da Silva, Werner Voigt e Geraldo Werninghaus, que começaram com o capital equivalente ao valor de um Fusca na época. Com um forte apreço pela formação de pessoal, os sócios estabeleceram em Jaraguá do Sul um dos maiores polos do mundo em motores e equipamentos elétricos, referência em tecnologia, pessoal e pesquisa e desenvolvimento. É um exemplo claro de como a ação empreendedora ajudou a modificar profundamente um local, tanto do ponto vista econômico quanto do social.

Primórdios da WEG em Jaraguá do Sul (SC): cidade foi transformada pela empresa



*Albano Schmidt, da Tupy: ferro maleável supriu mercado interno*

## Os caminhos do Sul

*Uma interação complexa de forças forjou as características socioeconômicas regionais, mas o modelo dá sinais de esgotamento*

Identificar e dimensionar os fatores que levaram ao desenvolvimento peculiar dos estados do Sul gera acalorados debates. O tema é complexo demais para comportar visões excludentes ou simplistas, mas as discussões – mesmo que recheadas de bons argumentos – vêm quase sempre carregadas de visões de mundo pré-concebidas que buscam associar o processo de desenvolvimento a uma de duas premissas básicas: ou ele é fruto da ação empreendedora, que

transforma o mundo e gera valor por meio da inovação, portanto do livre mercado e da ação de empreendedores; ou ele é fruto do planejamento, direcionado por um ente poderoso, no caso o Estado, que por meio de incentivos e protecionismos – criando vantagens comparativas – constrói racionalmente o processo de desenvolvimento. Há outras teses, como a do institucionalismo, segundo o qual as instituições existentes na sociedade determinam seu desenvolvimento. Quanto mais sólidas as leis e a justiça, maior a segurança para o empreendimento e, portanto, maior a realização. Da mesma forma ocorre se as instituições privilegiam a **impessoalidade** (leia-se “meritocracia”) em lugar de relações pessoais e familiares.

Há quem veja no empreendedorismo a principal mola propulsora regional. Os casos já citados, de grandes negócios que começaram pequenos, seriam exemplos da argila que teria moldado todo um complexo industrial baseado numa cultura empresarial diferenciada. Ela seria sustentada pela cultura empreendedora europeia, de culto ao trabalho e apreço a suas realizações, acentuada pela ética protestante, presente nos imigrantes alemães. Eles foram, de fato, os artífices da indústria tradicional nas áreas de colonização e criaram uma cultura empresarial influente até hoje. O crescimento econômico decorrente dessas atividades alavancou os núcleos urbanos, fazendo a região acompanhar o processo de industrialização e urbanização do Brasil. Agricultores, comerciantes e industriais articularam a economia das colônias com a das cidades, “dinamizando” o desenvolvimento.

A ênfase no empreendedorismo ocupa um vácuo deixado pelos estudos que afirmam que a industrialização do Brasil foi financiada pelo capital do café, existente em São Paulo. Mas as zonas de imigração europeia



*Abertura de estradas em Santa Catarina: salto desenvolvimentista*

de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul não produziam café e não foram alvo de investimentos privados ou públicos. Tiveram que se virar por conta própria, muitas vezes isoladas do restante do país. Essa indústria colonial teria sido financiada com excedentes da produção agrícola, do comércio e com o reinvestimento das próprias indústrias. O setor foi turbinado pela chegada de imigrantes com qualificação industrial superior à dos vindos nas primeiras levas. Eles encontravam condições favoráveis aos empreendimentos e não raro traziam algum capital. Tinham tudo para se tornarem os patrões, contando com um formidável exército de mão de obra, de seus próprios conterrâneos, para os quais os valores culturais das empresas não causavam estranhamento. A qualidade dos seus produtos conquistou mercados fora das zonas coloniais, determinando o sucesso das empresas sulinas.

Mas, apesar do quase consenso de que o poder central pouco fez para incentivar o desenvolvimento do Sul, não se pode deixar de destacar o papel do Estado – os governos regionais, em um primeiro momento, e mais tarde o governo central. Sem esquecer que foi o governo imperial que projetou e viabilizou a imigração europeia para o Sul. Adiante, coube aos governos o papel não apenas de organizar o ambiente institucional e suprir a infraestrutura, mas também o de fomentar negócios, oferecer crédito e criar estatais. Não foi tarefa fácil. A partir de 1930 os estados perderam autonomia diante do governo central. Na segunda metade do século os governos brigaram para incluir seus estados no modelo de industrialização nacional, já que a região havia sido preterida no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Tal situação foi tratada como “discriminação” pelo governador gaúcho Leonel Brizola durante a Conferência de Florianópolis, no início de 1961, que reuniu JK e os governadores do Sul. Estes criariam o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul (BRDE), fundamental para a infraestrutura de telecomunicações, energia e transportes, além de financiar grandes empresas – até então o Sul se notabilizava pelo grande número de pequenos e médios empreendimentos. Os governos fizeram diagnósticos e planejaram o desenvolvimento, erguendo infraestrutura e ampliando o número de escolas, em busca de corrigir as disparidades regionais. Foram as bases para que a região experimentasse

### O poder das instituições

As instituições podem explicar as diferenças entre a metade sul e a metade norte do Rio Grande do Sul. Além de culturais, as diferenças são econômicas e, desconfia-se, uma coisa tem a ver com a outra. O sul do estado, região das velhas estâncias, ainda voltada à pecuária, é menos desenvolvido. O lado norte, território de imigração, é muito mais próspero. Pesquisadores já recorreram à teoria do institucionalismo para explicar a dicotomia. Comandada por elites conservadoras e suas rígidas estruturas de dominação e subordinação, organizadas sobre direitos de propriedade conquistados mais à força do que por direito, repleta de vazios demográficos e impermeável às inovações, a metade sul não embarcou na “onda” da industrialização. Já o norte, densamente povoado, foi concebido em pequenas propriedades, à base de trabalho livre (sem escravos) e com alta possibilidade de ascensão social. Daí saiu uma maior coesão social, o comércio se desenvolveu, técnicas capitalistas europeias puderam ser aplicadas e uma boa dose de inovação também ajudou. Tudo isso, sob incentivos governamentais, gerou um polo industrial altamente diversificado.



#### Os grãos e as aves

O Rio Grande do Sul já se destacou no panorama da agricultura brasileira desde o início do século 20, liderando em culturas como o arroz e o trigo. Já Santa Catarina tornou-se um grande centro de criação de suínos desde meados do século. Com a implantação das grandes lavouras de soja no Rio Grande do Sul e no Paraná, a partir dos anos 70, o agronegócio do Sul ganhou uma nova dimensão. Usinas de beneficiamento pipocaram por toda a região, produzindo farelo e óleo. A abundância de grãos sustentou uma das mais importantes e modernas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, a de frangos, elevando o Brasil ao posto de segundo maior produtor mundial. Em relação à produção nacional o Paraná ocupa a primeira posição, Santa Catarina a segunda e o Rio Grande do Sul a terceira. A região Sul é responsável por mais de 20% das exportações globais de carne de frango.

altas taxas de crescimento na época do milagre econômico, entre fins dos anos 60 e os anos 70.

Após o golpe militar os governos locais perderam poder mais uma vez. Mas o modelo nacional-desenvolvimentista seguiu em alta, dessa vez contemplando o desenvolvimento regional. Os anos 70 foram de alta intervenção estatal na economia, por meio dos PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) I e II. O primeiro articulou a construção de grandes obras como a hidrelétrica de Itaipu, no Paraná. O PND II buscou reverter os efeitos do choque do petróleo e manteve o Brasil crescendo, porém ao custo

do aumento da dívida que levaria à crise dos anos 80. O Sul avançou, nesse período, mais do que a média. Entre 1970 e 1975, o PIB industrial do Rio Grande do Sul cresceu 26,7% ao ano, em comparação a também incríveis 19% da média nacional. Em Santa Catarina, as exportações quintuplicaram. O Paraná, que se desenvolvera à base do café e da madeira, ganhava diversificação. Com a instalação da Cidade Industrial de Curitiba o governo assumiu uma postura agressiva de atração de investimentos. O mesmo ocorreu para que o Rio Grande do Sul atraísse o Terceiro Polo Petroquímico nacional, instalado no município de Triunfo no início dos anos 80.

A região deixava de ser uma economia agrícola-extrativista para se firmar como uma potência industrial, em setores como máquinas agrícolas, cutelaria, estamperia, carrocerias de ônibus e caminhões, autopeças, materiais elétricos e de comunicações, motores elétricos e motocompressores, refrigeradores, cerâmicas, têxteis e confecções, tubos e conexões de PVC, papel e papelão e química, entre outros. Apesar da consolidação de setores industriais alternativos ao agroalimentar, este ganhava um novo e extraordinário impulso com a expansão da **soja nos anos 70**.

O Sul não foi poupado da crise dos anos 80, ainda que empresas tenham mantido a trajetória de crescimento de décadas anteriores valendo-se do mercado externo, que não se encontrava estagnado. A indústria perderia vigor nos anos 90, marcados pela abertura comercial. Após a re-



*As capitais dos três estados do Sul: na outra página, Porto Alegre (RS); ao lado, Florianópolis (SC); abaixo, Curitiba (PR)*

organização da economia, com o Plano Real, o país entrou em uma nova rota de desenvolvimento, com a ampliação do mercado interno. Se até então o governo se preocupava em alimentar a economia sem se importar muito com o desenvolvimento social, o poder público passou a se identificar com a social democracia, uma orientação política que prioriza a proteção social sem abrir mão da economia de mercado. O fato é que o país crescera e enriquecera no último século, mas à custa de alta concentração de renda e consequente exclusão social.

Mas vale notar que esse processo não foi tão aprofundado no Sul, que não era uma potência econômica comparável a São Paulo mas tornara-se (ao menos algumas de suas partes) um espaço social privilegiado, com menos miséria e mais educação e saúde do que a média. Não é à toa que na nova etapa pela qual passa o país, que demanda maior equidade social, o Sul não é o maior alvo de investimentos e de atenção do poder público. Novamente, mas por motivos diferentes. E sua economia não se destaca mais como se destacou outrora, quando crescia acima da média. Hoje em dia o eixo dinâmico da economia se encontra em outras regiões, que são impulsionadas pelo agronegócio e têm maior quantidade de pessoas elevando seu padrão de consumo, demandando mais serviços. A indústria, por seu lado, que é um alicerce econômico regional, perde competitividade no exterior e no Brasil, em função de uma série complexa de fatores, que têm mais a ver com ineficiências do setor público do que das empresas. O momento pede, novamente, uma modernização do setor público para criar um ambiente positivo para os negócios, permitindo ao Sul retomar sua singular trajetória de desenvolvimento econômico e social.



## Bibliografia

AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Barthold. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1980.

ALBUQUERQUE, Mário M.*A conquista do Sul*. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 1991.

AREND, Marcelo; CÁRIO, Silvio A. F.*Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária*. Economia e Sociedade. Campinas, UNICAMP, v. 19, p. 381-420, 2010.

BALDIN, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade, história da imigração italiana no Brasil: os vênetos em Santa Catarina*. Florianopolis, Insular, UFSC, 1999.

BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. *Gaúcho, o Campeiro do Brasil (The Brazilian Cowboy)*, Letras Brasileiras, Florianópolis, 2006.

BONETTI, Elaine F; ROLLA, Ângela R.; HEES, Carlos R. *A Cultura Imigrante italiana no Brasil, no Rio Grande do Sul e na Região Centro-Sul*. In: X Seminário Intermunicipal de Pesquisa, 2007, Guaíba, ULBRA, 2007.

BONDARIK Roberto; KOVALESKI, João Luiz.; PILATTI, Luiz Alberto. *A produção de erva-mate e a iniciação industrial do Paraná*. Ponta Grossa, Anais do 19º Congresso Internacional de Administração, UEPG, 2006. v. 1.

BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis, FIESC, 1988

BRANCHER, Ana Lice;AREND, Silvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2001.

BROWNE, George P. *A Lei das Terras de 1850 e a imigração*. In. ANPUH,Anais do VIII Simpósio dos Professores Universitários de História. *A Propriedade Rural*,V. II, org: Prof. Eurípides Simões de Paula. São Paulo, 1976.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil 1500-1531*. 2. ed. Rio de Janeiro, Objetiva, 2006.

\_\_\_\_\_. *Produto Nacional: uma história da indústria no Brasil*. Brasília, CNI Sistema Indústria, 2008.

BUENO, Ricardo. *Dos cafezais nasce um novo Brasil*. Porto Alegre, Quattro Projetos, 2011.

\_\_\_\_\_. *Borracha na Amazônia:As cicatrizes de um ciclo fugaz e início da industrialização*. Porto Alegre, Quattro Projetos, 2012.

CARNEIRO, Glauco. Florianópolis: Roteiro da ilha encantada. Publicação do Museu de Arte de São Paulo, com o patrocínio do Banco Bandeirantes. Florianópolis, Expressão, 1987.

CARVALHO, Miguel M. X.;NODARI, Eunice S.*As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920)*. Revista Cadernos do CEOM,nº 29, 2008.

CORRÊA, Walquíria Krüger. *Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina*. Geosul (UFSC), Florianópolis, v. 14, n.27, p. 25-44, 1999.

CASTRO, Moacir W. de. *O sábio e a floresta: a extraordinária aventura do alemão Fritz Müller no trópico brasileiro*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis, CEAG/SC, 1980.

CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis, FCC, 1982.

D’EU, Conde. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936.

DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*, Nova Dimensão/EDIPUCRS, Porto Alegre, 1990.

EHLKE, Cyro. *A conquista do Planalto Catarinense (1ª Fase): bandeirantes e tropeiros do “sertão de Curitiba”*. Rio de Janeiro, Laudes, 1973.

GOULARTI FILHO,Alcides. *A formação econômica de Santa Catarina*. Ensaios FEE (Impresso), Porto Alegre, v. 23, n.2, p. 977-1007, 2002.

FARIAS, Cláudio V. S. *A indústria vitivinícola e o desenvolvimento regional no RS: uma abordagem neoinstitucionalista da imigração italiana aos dias atuais*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 5, p. 64-93, 2009.

FARIAS, Wilson F. *Dos açores ao Brasil meridional: Uma viagem no tempo*. Florianópolis, Do autor, 1998.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Edusp, 2007.

FERNANDES, Mario Luiz; BARCELLOS, Bruna. *Jornal A Notícia e o discurso nazista em Santa Catarina*. Cenários da Comunicação, v. 7, p. 127-135, 2008.

FIESC 50ANOS: UMA HISTÓRIA VOLTADA PARA A INDÚSTRIA CATARINENSE, Florianópolis, Fiesc, Expressão, 2000.

FONSECA, Pedro C. D. *O Brasil Meridional na Formação Econômi-ca do Brasil*. In: Francisco da Silva Coelho e Rui Guilherme Granziera. (Org.). Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Atlas, 2009, v. 1, p. 116-124.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1989.

FRAGA, Nilson C. (Organizador). *Contestado em guerra*. Florianópolis, Insular, 2012.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Açorianos no Rio Grande do Sul: em busca de sua identidade - crônicas e documentos*. 2004.

GARCIA, Elisa F.A “*conquista” dos sete povos das missões: de “ato heróico” dos luso-brasileiros a campanba negociada com os índios*. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina-PR. Londrina, Mídia, 2005. p. 196-196.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo; SILVA, Ronnie (organizadores). *Classe Média: Desenvolvimento e Crise*. São Paulo. Cortez: 2006.

HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul*. Editora Globo, Porto Alegre, 1952.

HERRLEIN JR., Ronaldo. *Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, 1920-1950*. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), Curitiba, v. 14, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LAGO, Paulo F. *Santa Catarina: a terra - o homem e a economia*. Florianópolis, UFSC, 1968.

LESSA CURTIS, Maria Luiza. *Povoamento do Rio Grande do Sul*, Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, Porto Alegre, 1964.

LIMA, Juliana D.; SANSON, João R. *O surto de industrialização do setor têxtil a partir de 1880: Blumenau e Brasil*. Heera (UFJF Online), v. 3, p. 107-130, 2008.

LOURENÇO, Gilmar M. *Oportunidades e desafios da economia paranaense*. Curitiba, Análise Conjuntural, 2006.

LUCCOCK, John. *Notas Sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil. Tomadas Durante uma Estada de Dez Anos, de 1808 a 1818*, Livraria Martins, São Paulo, 1942.

LUZ, Aujar A. da; CORREA, Carlos H. P. *Santa Catarina, quatro séculos de história: XVI ao XIX*. Florianópolis, Insular, 2000.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista. *Da Construção ao Desmanche: Análise do Projeto de Desenvolvimento Paranaense*, Curitiba, 2006.

MACHADO, Paulo P. *A política de colonização do império. Porto Alegre*, UFRGS, 1999.

MELHORES E MAIORES EXAME - 30 ANOS DE NEGÓCIOS NO BRASIL. São Paulo, Abril, 2003.

MELLO, Amílcar D’Avila de. *Expedições: Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos*. Florianópolis, Expressão, 2005. 3v.

MICHELS, Ido L. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimen-to: do planejamento econômico - 1956 aos precatórios - 1997*. Campo Grande, UFMS, 1998.

OLIVEIRA, Sérgio C. *O despertar das mulas*. Sorocaba, Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 2012.

PADILHA, Paulo R. P.;TRENTIN, Iran C. L. *Reconstituição sócio-econômica da Região das Missões / RS*. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá, Dinâmicas Setoriais e desenvolvimento rural, 2004.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná*. Curitiba, IPARDES, 2006.

PAIM, Elison Antonio. *Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina*. João Pessoa, Saeculum (UFPB), 2006.

PELLANDA, Ernesto. *Aspectos Gerais da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. In: *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1950, p.36.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992.

PIAZZA, Walter F; HÜBENER, Laura Machado. *Santa Catarina História da Gente*. Florianópolis, Lunardelli, 1989.

PIAZZA, Walter F. *A epopéia açórico-madeirense (1748-1756)*. Florianópolis, Lunardelli, 1992.

POLANYI, Karl. *A grande transformação - as origens de nossa época*. São Paulo, Elsevier, 2000.

RAMOS, Antonio D. *A formação histórica dos municípios da região das missões do Brasil*. Santo Ângelo, Publicação On-Line, 2007. v. 1.

REVERBEL, Carlos. *O Gaúcho*, L&PM Editores, Porto Alegre, 1986.

REVISTA EXPRESSÃO. Pioneiros Santa Catarina, volumes I e II. Florianópolis, Expressão, 1993.

RIBEIRO, José H. *Os tropeiros: diário da marcha*. São Paulo, Globo, 2006.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969.

ROSA, Adenilson; SILVA Augusto. *Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região*. Florianópolis, Revista Catarinense de História, 2010.

SAINT-HILAIRE,Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo, Best Seller, 2001.

SANTA CATARINA, CEAG/SC. *Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis, CEAG/SC, 1980.

SANTOS, Mirian. O. *A Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul no final do século XIX*. Histórica (São Paulo Online), São Paulo, v. Nº 09, 2006.

SCHUMPETER, Joseph. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Coleção Os Economistas. São Paulo, Nova Cultura, 1988.

SEYFERTH, Giralda. *A assimilação dos imigrantes como questão nacional*. Mana: estudos de antropologia social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997.

\_\_\_\_\_. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre, Movimen-to, 1999.

SILVA, César A. F.; HEIDEN, Francisco C.; AGUIAR, Vilência, V. P.; PAUL, José M. *Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense*. Florianópolis, Instituto CEPA/SC, 2003.

SIMON, Pedro. *A diáspora do povo gaúcho*. Brasília, Senado Federal, 2009.

SOUZA, Nali de J. *Desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul: das origens aos dias atuais*. Porto Alegre, textos para discussão PUC/RS, 2007.

TORRES, Luiz Henrique. *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63)*. Biblos (Rio Grande), Rio Grande, v. 16, p. 177-190, 2004.

TRESPACH, Rodrigo. *Passageiros no Kranich*. Porto Alegre, Alcance, 2007.

TRINTIN, Jaime Graciano. *História e desenvolvimento da economia paranaense: da década de trinta a meados da década de noventa do século XX*. In: Segundas Jornadas de História Regional Comparadas, 2005, Porto Alegre.

# Camínhos do Sul

## Créditos de imagens

---

Acervo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva/Blumenau – página 90 (abaixo), 91 e 92.  
Acervo Arquivo Histórico Municipal de Jaraguá do Sul/Fundo Família Mahfud – página 90 (alto).  
Acervo Arquivo Municipal de Joinville – páginas 88 e 133.  
Acervo Casa de Brusque – página 108.  
Acervo CEOM/Unochapecó – página 120 (alto).  
Acervo Cia. Hering – página 109.  
Acervo Felipe Kuhn Braun – página 113.  
Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – página 83.  
Acervo Museu Júlio da Castilhos – página 33, 75 e 76.  
Acervo WEG – página 137.  
Arquivo OCESC – página 122.  
Arquivo Perdigão – página 124.  
Banco de Imagens Rota Missões - páginas 28, 34 e 36.  
Claro Jansson / Acervo Museu do Contestado – páginas 116 e 119.  
Coleção do Instituto Brasileiro do Café / Acervo Museu Histórico de Londrina – página 125.  
Domingos Mancuso / Acervo Histórico Municipal João Spadari Adami – páginas 98, 99 e 112.  
Eduardo Tavares – páginas 37, 63, 68, 70, 74 e 140.  
Joi Cletison – página 57.  
Léo Guerreiro e Pedro Flores - Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman – página 132.  
Oswaldo Leite / Coleção Prefeitura Municipal de Londrina – página 133.  
Prefeitura Municipal de Curitiba – página 141 (abaixo).  
Sioney José Pereira da Silva – página 110.  
Umberto Zanella / Acervo Histórico Municipal João Spadari Adami – página 112.

---





*Casa de pedra no município de Nova Veneza (SC): colonização italiana*

Este livro convida o leitor a percorrer oito caminhos históricos que foram decisivos para a ocupação e o desenvolvimento do Sul do Brasil. São os caminhos trilhados pelos primeiros exploradores europeus, pelos missionários jesuítas e índios guaranis, pelos tropeiros, pelos açorianos, pelos gaúchos do pampa, pelos imigrantes alemães, italianos e poloneses, pelos colonizadores do oeste e pela modernização e urbanização do século 20 até os dias atuais. Trata-se de um mosaico construído com textos sintéticos e belas ilustrações e fotos, que oferece uma visão panorâmica da formação regional.



PATROCÍNIO:

Cia. Hering

Tractebel Energia  
GDF SVEZ

Enercan  
Campos Novos Energia S.A.

BAESA

PROSUL

Consórcio  
Machadinho

REALIZAÇÃO:

Ministério da  
Cultura

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

PRODUÇÃO:

